IDENTIDADE

SÉRIE CULTURA PORTUGUESA

A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

ORLANDO RIBEIRO

A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
1987

A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

Título
A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

1.ª edição, 1987

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º — 1200 LISBOA
Direitos de tradução, reprodução e adaptação reservados para todos os países

Tiragem
3 000 exemplares

Capa: A visão cartográfica que oferecia Edrèci, em 1154, da parte do Mundo onde se ia formando Portugal (a partir da leitura de Konrad Miller)

Composição e impressão
Gráfica Maiadouro
Rua Padre Luís Campos, 686 — 4470 MAIA

Depósito Legal N.º 17418/87

À memória de
Alexandre Herculano
e de Alberto Sampaio

PREÂMBULO

Numa noite do ano de 1930, no quarto de Ludgero Pinto Basto, estudante de Medicina, que preparava com Juvenal Esteves já não sei que trabalhosa matéria de exame, comentávamos um artigo de jornal, de Manuel Heleno, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, onde atribuía às suas importantes escavações de necrópoles dolménicas do Alentejo o propósito de esclarecer «as origens da nacionalidade portuguesa». Esse material, sem dúvida precioso, independentemente da interpretação forçada que se pretendia fundamentar nele, nunca foi publicado e é duvidoso até que alguma vez possa vir a ser devidamente utilizado. O anúncio, difundido pelo poderoso meio da imprensa diária, correspondia a uma tese, original aliás, de Bosch Gimpera, que o arqueólogo português levava às suas extremas consequências. Em parte falsa, exagerada e apresentada de maneira pouco convincente, esta ousada interpretação da génese de um agregado nacional era, sem dúvida alguma, apaixonante. E isso explica o que, em seguida, aconteceu.

Frequentemente, levado pela amizade e íntimo convívio com Juvenal Esteves (hoje notável professor de Dermatologia na Faculdade de Medicina de Lisboa) e pela forte apetência de cultura de todos nós e doutros amigos de então, hoje apenas vivos na nossa saudade (José Cutileiro, Mário Chicó), formávamos uma tertúlia onde, conforme as matérias, um procurava ensinar e os demais aprendiam — enriquecendo uma cultura em larga parte comum. A conversa transformava-se em viva discussão, prolongando-se até altas horas, obrigando-me o exigente raciocínio científico dos meus amigos a procurar consistência aos débeis argumentos que eu podia utilizar. Dela nasceu a ideia do presente escrito, sistematizado pela primeira vez numa conferência que proferi no Centro de Cultura Portuguesa de Bruxelas em 1939 [1].

No ano lectivo seguinte, desenvolvi o mesmo tema na minha aula semanal em português, no leitorado da Sorbonne. Sobre o material então

[1] «La Formation du Portugal», Instituto de Cultura Portuguesa, Bruxelas, 1939, 22 p.

coligido e alargado assentou a lição de um curso de extensão universitária, promovido em 1942 pela Faculdade de Letras de Lisboa, por iniciativa de Vitorino Nemésio, e dela se deu um resumo substancial [2]. *Sempre atraído pelo assunto, desenvolvi-o nalgumas páginas de* Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico [3], *num capítulo extenso da minha Geografia de Portugal* [4] *e num artigo do* Dicionário de História de Portugal, *que Joel Serrão me confiou* [5].

Inspirado em larga parte na visão etnológica que José Leite de Vasconcellos tinha do problema e, infelizmente, não chegou a tratar de maneira sistemática, não mais ele saiu das minhas preocupações e há muito que desejava poder dedicar-lhe um ensaio. *No sentido em que entendo esta expressão: explorar, com a margem de risco que comporta este tipo de aventura intelectual, um tema que, sendo na essência de História e de Etnologia, ganhará porventura em ser visto por quem possui alguma experiência da terra portuguesa e, muitas vezes, forrageou no trabalho alheio materiais para compreender, através do passado, traços fundamentais da sua originalidade humana. Como o âmbito desta indagação ultrapassa os quadros duma Geografia de Portugal, em cuja edição portuguesa, renovada e ampliada, há muito trabalho de maneira intermitente, decidi-me a escrever este breve livro* [6].

O estímulo proveio das circunstâncias referidas: o que haja de inconsistente nos fios da meada que me proponho deslindar resultará tanto da heterogeneidade do material (e do seu tratamento insuficiente pelos respectivos especialistas), como das limitações do autor. Ao leitor competente caberá julgar se valeu ou não a pena que um geógrafo procurasse ajudar a esclarecer a intrincada formação do nosso agregado nacional.

Vale de Lobos, Fevereiro de 1967

---

[2] «A Terra, a Gente e as Origens da Nacionalidade», Revista da Faculdade de Letras, Lisboa, IX (2.ª série, 1-2), 1943, pp. 238-242.

[3] 1.ª edição, Coimbra, 1945, 4.ª edição, Lisboa, 1986.

[4] *Portugal*, tomo V da *Geografía de España y Portugal*, Barcelona, 1955, 290 p. [a publicação actualizada do original português encontra-se em preparação, 1986].

[5] Artigo a seguir reproduzido.

[6] O plano elaborado em Fevereiro de 1967 é apresentado a seguir.

Quase vinte anos mais tarde e quando a minha precária saúde me impede de acabar tantas das obras planeadas com entusiasmo ao longo de uma vida de investigação, decidi divulgar o essencial do material coligido e, em parte, já publicado sobre o assunto, esperando que ajudará os futuros pesquisadores a retomar o tema.

O notável ensaio sobre as origens de Portugal que José Mattoso intitulou Identificação de um País *(1985), trouxe-me já a confortante prova que o ponto de vista do geógrafo foi tomado em conta por um dos nossos melhores historiadores.*

A inclusão desta colectânea de estudos na prestigiada colecção «Identidades, série «Cultura Portuguesa», do ICALP, vai sem dúvida permitir-lhe atingir um público muito mais largo e variado. Agradeço a todos os que se interessaram por esta publicação e a tornaram possível. Cito, em especial, o actual Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, meu prezado colega Prof. Fernando Cristóvão, a quem não só devo o prolongamento das bolsas de estudo às minhas antigas alunas Maria do Rosário de Paiva Raposo e Júlia Galego, que tanta ajuda me têm dado na preparação das minhas recentes publicações e reedições, mas também a decisão de incluir o presente livro nas publicações do ICALP; o Eng.º Beja Madeira, ao cuidado e saber de quem devo a óptima apresentação gráfica de a Ilha da Madeira até meados do século XX; *os dedicados colaboradores do Centro de Estudos Geográficos, entre os quais convém, hoje, nomear em especial Margarida Ribeiro, dactilógrafa paciente dos meus emaranhados manuscritos, Júlia Galego, que reviu e preparou grande parte dos textos agora publicados, Suzanne Daveau e Maria de Lourdes Ribeiro, que lhes deram os últimos retoques e arrumação e que vão acompanhar a impressão, e António Eanes, que desenhou parte da ilustração.*

Vale de Lobos, Outubro de 1986

I ASPECTOS DE CONJUNTO

PLANO DO LIVRO PROJECTADO EM 1967

I. *História e posição do problema*

Lusitanos e portugueses: de Herculano a Leite de Vasconcellos
Modernidade de Portugal à luz da História
Antiguidade de Portugal à luz da Etnologia
Antiguidade de Portugal à luz da História
Portugal na evolução da Península

II. *Território e Povo*

Posição, relações, contrastes da terra portuguesa
Caracteres físicos dos portugueses: o povo e as raças
Unidade e diversidade

III. *A diferenciação do Ocidente antes da História*

Traços gerais das Idades da Pedra
A civilização megalítica e as suas relações
A civilização castreja e o seu isolamento
Relações europeias e mediterrâneas nos alvores da História (povos rurais e povos marítimos)

IV. *Três influências históricas*

A romanização
Os bárbaros
O Islame

V. *A Reconquista e a formação do Estado*

O problema do ermamento
Génese de *Portucale*
A Reconquista ao Norte do Mondego
A Reconquista ao Sul do Mondego

VI. *A organização do território*

Senhorios e concelhos
Factores de povoamento
O mundo rural à margem da História

VII. *A fronteira e a língua*

A fronteira
Formação da língua portuguesa
Significação do vocabulário de origem árabe

VIII. *A unidade nacional*

Acção das cidades e dos portos
Portugal na política peninsular
Paralelismo e divergência na expansão ibérica
Fisionomia espiritual

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

Um problema controverso

O problema da formação de Portugal, muito controvertido mas pouco esclarecido, tem de seriar-se em vários aspectos:

1) Formação do Estado e sua influência na unidade e individualidade nacionais, que não podem deixar de ser, em parte, consequência da vida em comum dentro duma fronteira excepcionalmente antiga e estável.

2) Época a partir da qual se encontram indícios de constituição duma entidade administrativa com tendência para a autonomia e como se transforma ela em Estado independente.

3) Possíveis antecedentes, resultantes de condições do território, de diferenciação e homogeneidade étnicas, de heranças de civilização, que possam ter contribuído para a eclosão do futuro espaço político de Portugal.

Aceitando-se a tese estreme do ermamento dos primeiros séculos da Reconquista, é impossível fazer recuar esta indagação além deles — posição defendida por vários historiadores, a partir de Herculano até Damião Peres e Sánchez-Albornoz. A reacção doutrinal contra a posição de Herculano, negando qualquer continuidade entre lusitanos e portugueses, deve-se principalmente a Leite de Vasconcellos, que, nas suas célebres *Religiões da Lusitania*, procurou demonstrá-la em vários aspectos (Teófilo Braga, ao escrever acerca do assunto, nada disse de válido): ela tem sido seguida por pré-historiadores e etnólogos, não raro com manifesto exagero. Por outro lado, outros historiadores (Alberto Sampaio, Gama Barros, Pierre David, Menéndez Pidal, Avelino de Jesus da Costa), apoiados em factos incontroversos e em aproximações pertinentes, mostraram em que sentido se deve tomar o ermamento: desordem social, ausência ou enfraquecimento dos quadros senhoriais, fuga das populações para lugares de refúgio, ruína e assolação dos

centros urbanos, mas de modo nenhum *despovoamento* e supressão dos habitantes pelas armas. As suas conclusões, geralmente aceites por etnólogos e geógrafos (Bosch Gimpera, Mendes Correia, Caro Baroja, Jorge Dias, H. Lautensach, O. Ribeiro), falam a favor de se procurarem raízes profundas de «nacionalidade», a que porventura a ordem, fortemente centralizada, do Estado deu consistência de «nação».

4) O problema não deve ser visto apenas pelo lado «nacional», mas no conjunto peninsular de que Portugal faz parte; se o destino histórico separou e tendeu a isolar os dois Estados ibéricos, as suas origens são em larga parte comuns e a sua evolução em larga parte também paralela — esclarecendo-se mutuamente portanto.

5) São de eliminar, como fantasiosas e destituídas de base científica, as hipóteses que recuam o aparecimento de Portugal para além da segura existência de grupos individualizados por caracteres comuns da sua vida colectiva — embriões de Estados *viáveis* e de futuras «nações» (houve quem pretendesse ver nos homens dos concheiros de Muge os antepassados dos portugueses!); são de afastar também as interpretações que pretendam encontrar na individualização de povos pré-romanos ou anteriores à Reconquista, por exemplo, a *prefiguração* de Portugal: aparecendo este no século XII, é óbvio que muito do que se passou antes no seu espaço político pode ter contribuído para lhe dar unidade e consistência, somando-se pequenas circunstâncias condicionantes à causa prevalecente da sua unidade e independência políticas: mas são metodologicamente inaceitáveis as teorias que datam a Nacionalidade da civilização megalítica do Ocidente (Calcolítico), de povos obscuramente conhecidos na época da conquista romana (identificação, a partir do século XVI, de lusitanos com portugueses, ilustrada pela literatura e usada ainda na linguagem corrente), da fixação da fronteira em limites étnicos que as divisões administrativas romanas teriam respeitado, do reino dos suevos, que, com a unidade e coesão conservada através da rápida migração que os trouxe ao Noroeste da Península, teriam moldado o futuro Estado, da influência que Cluny pretendeu exercer sobre uma das frentes da Reconquista, etc. Parece tão errado desprezar sistematicamente algumas destas possíveis condições como atribuir apenas ou principalmente a qualquer delas papel decisivo na origem de Portugal.

Por o assunto ter preocupado os principais estudiosos do passado português, a sua bibliografia é muito vasta e desigual (ver, como exemplo

de posições opostas, Damião Peres e Mendes Correia; e a enumeração recente, muito ampla, embora não exaustiva, em T. de Sousa Soares, *Reflexões*, cit.). Neste estudo procurar-se-á um tratamento condensado e crítico do problema, sem o intuito de dar ideia do seu desenvolvimento através dos autores que, directa ou indirectamente, se ocuparam dele; mas com a preocupação de confrontar o aspecto português com o peninsular e de afastar desígnios patrióticos, que tanto podem revelar-se no afã de procurar a Portugal raízes profundas ou de glorificar a vontade esclarecida dos seus fundadores, como em demonstrar a essencial unidade da Península e o carácter «ocasional» da independência portuguesa.

Durante a primeira metade do século XII constituiu-se um novo Estado na Península e, um século depois de consolidada a independência, tomava forma definitiva a sua fronteira, *a mais antiga e mais estável do Mundo* [1].

Numa época de proliferação de efémeras formas políticas, numa Península sem unidade, Portugal aparece como uma nação *viável*, capaz de resistir à unificação empreendida por um poderoso Estado vizinho e de, desenvolvendo um destino histórico em parte paralelo, não mais se confundir com ele. As recentes «interpretações» de conjunto da história de Espanha, de Américo Castro e Sánchez-Albornoz, retomando a tese ultrapassada do «acaso», nem têm em conta resultados importantes de historiadores portugueses sobre a génese do Condado Portugalense (Paulo Merêa, por exemplo, num estudozinho que é modelo de rigor e lucidez), nem «explicam», de modo nenhum, essa contradição do seu futuro: nenhuma luz nos vem das divagações, por vezes muito argutas, mas não raro emaranhadas, dos dois insignes historiadores espanhóis, que preferiram arredar o problema a reflectirem nele.

O território e a raça.

Conserva-se propositadamente o segundo termo do enunciado por ele ser corrente na bibliografia, embora, na terminologia científica moderna, deva dizer-se *etnia* ou *povo*.

Uma nação constitui-se com várias unidades espaciais e com vários grupos humanos «naturais»; as interpretações que procuravam no

[1] Inicialmente escrevi da Europa; as fronteiras de outras partes do Mundo são todas mais ou muito mais recentes.

território e na «raça» uma explicação para a origem de Portugal estão ultrapassadas.

O território português reparte-se por três grandes conjuntos geográficos — Norte atlântico, Norte interior, Sul (mediterrâneo) —, todos eles comuns a regiões espanholas confinantes. O contraste entre Galiza litoral e interior repete-se entre o Minho e Trás-os-Montes; a Beira Baixa e o Alentejo são afins da Estremadura espanhola; a própria *Meseta* castelhana, porventura a região mais vigorosamente original de Espanha, lança em Miranda do Douro e a leste do distrito da Guarda o derradeiro prolongamento dos seus planaltos, rígidos e uniformes.

A ideia duma «individualidade geográfica» de Portugal como base da sua separação política, grata a geógrafos como E. Reclus, Th. Fischer e Silva Telles, embora retomada em termos mais rigorosos por H. Lautensach, carece de ser vista a outra luz [2]. Os elementos de diversidade do território são fáceis de esquematizar: maior extensão da montanha no Norte e da planura no Sul; maior duração dos tipos de tempo atlânticos na metade setentrional (chuvas mais precoces, prolongadas ou tardias, atmosfera mais húmida e luz mais doce) e mediterrâneos na meridional (Inverno moderado, Verão seco e cada vez mais longo à medida que se caminha para o sul: 2 meses no Minho, 3 no Mondego, 4 no Tejo, 6 no Algarve); preponderância de arvoredos de folha caduca (carvalhos, castanheiros, olmos, freixos, etc.) no Norte, onde formam bosques, e de árvores de folha perene (azinheira, sobreiro) no Sul.

Como a tonalidade atlântica caminha pelo litoral e a mediterrânea se insinua pelas terras baixas do interior, os elementos naturais e humanos mais importantes do território português têm um traçado em viés. O Norte atlântico (em certos aspectos até ao Mondego, noutros até à foz do Sado) é o domínio do pinheiro bravo, em grande parte propagado pelo homem, da pequena rega, da policultura, do gado graúdo, da propriedade retalhada, dos campos de milho (a partir do século XVI), centro duma policultura complexa e de elevado rendimento, do povoamento disseminado e das fortes densidades de população.

O Norte interior é terra de carvalhos e castanheiros, de cultura de centeio (hoje em parte substituído pelo trigo), da separação, como na Europa média, do campo, do bosque e do lameiro, de aldeias distantes que guardam traços da sua coesão comunitária, de densidades médias de

[2] O que procurei fazer no capítulo «Tradición cultural y formación del Estado», *Portugal*, Barcelona, 1955, pp. 67-94.

população entre ermos e baldios, onde se faziam culturas episódicas e se pastoreava gado miúdo, arroteados ou arborizados recentemente.

O Sul é o domínio de charnecas, persistentes vazios onde se fizeram há poucas dezenas de anos as últimas arroteias, da grande propriedade e da diferenciação social que ela provoca, da cultura do trigo em alternância com longos pousios, do montado (o paradoxo da mata residual, esparsa no campo e sem jamais formar floresta) e da criação pastoril de ovelhas e porcos.

Um dos elementos mais importantes destes contrastes é a fragmentação do Norte em montanhas e vales profundos, com as dificuldades que opõem ao trânsito, mas também os recessos onde a castanha ajudava a subsistir as populações que se refugiavam no isolamento de relevos inacessíveis, e a existência, no Sul, de largos tractos de planura praticável: um símbolo destas diferenças pode ver-se na persistência, em todo o Norte, do carro de bois de eixo móvel (admirável veículo, pesado mas resistente, que ainda hoje passa onde não vai o *jeep*), na modéstia das suas cidades interiores, muitas delas com a forte base rural duma depressão favorável à agricultura (antes das vias de comunicação modernas e do surto industrial recente); no Sul, no emprego de carros mais leves e mais frágeis, rodando sobre eixo fixo nos caminhos rurais onde passa qualquer automóvel, e na antiguidade e continuidade duma tradição urbana, numerosos núcleos distantes entre grandes solidões e vazios humanos. Estes contrastes são mais vigorosos no interior do País do que com qualquer dos territórios espanhóis confinantes.

A posição de fachada marítima foi aproveitada largamente pela civilização que se elaborou em Portugal; mas nem a determinou nem lhe é especialmente favorável: litoral alinhado, sem ilhas fronteiras, em parte talhado em arribas e areais desabrigados, batido severamente pelos ventos de oeste, embora com recessos de estuários e lagunas, mas sujeitos a assoreamento e com *barras* difíceis; apenas duas penetrações constituem bons portos naturais: Lisboa e Setúbal. Outras fachadas marítimas da Península tiveram destino paralelo (portos da Andaluzia atlântica, rias galegas e cantábricas), mas a vida marítima mais antiga e mais intensa pertence ao Mediterrâneo e à sua antecâmara entre o Algarve e Marrocos. Cádiz, apinhada num rochedo sem água e ligada ao continente por uma delgada restinga que abriga o seu porto, e Sevilha, no meio duma depressão de grande fertilidade e ainda acessível aos galeões da América, enlaçaram relações marítimas longínquas muito antes de Lisboa. Sevilha,

com os Descobrimentos, passou a desempenhar papel paralelo ao desta nas relações com as Índias Ocidentais (América).

O litoral atlântico é uma *finisterra*, com vocação, contraditória e alternante, de isolamento e de relações marítimas distantes: o destino histórico separou o Norte de Portugal da Galiza, que pertence à mesma fachada atlântica e, à parte os recessos das rias que dão maior peso à sua vida marítima, na paisagem, na língua, na índole dos habitantes, na emigração e na riqueza do seu lirismo, é o mais «português» dos territórios espanhóis.

A posição de Portugal ajuda a compreender o seu alheamento do Mediterrâneo (de que a Espanha se conservará solidária até ao fim do século XVI) e explica as relações com os países marítimos do Atlântico (pescarias nos mares britânicos, comércio com a Hansa desde a Idade Média, aliança com a Inglaterra, feitoria de Flandres — principal mercado dos produtos ultramarinos e um dos centros abastecedores de trigo do País na época da expansão, etc.), além, evidentemente, da projecção tropical. Aberto embora para relações marítimas e contactos distantes, pesa sobre Portugal um destino de isolamento, uma marginalidade quanto aos grandes focos da civilização do Ocidente, quer enquanto eles se situam no Mediterrâneo, quer quando a Europa média com eles concorre ou os ultrapassa. O que não é uma vantagem relativamente às faixas ou encruzilhadas onde se encontram e permutam produtos, técnicas e ideias.

A população portuguesa compõe-se, como a maior parte dos povos da Europa Ocidental, de três elementos: o *mediterrâneo*, largamente preponderante em todo o País, caracteriza-se pelos traços morenos — pele, cabelo, olhos —, estatura meã a baixa, crânio alongado, face média ou estreita, constituindo o tipo mais comum do português; o *alpino* distingue-se do anterior principalmente pelo crânio mais curto e pela face mais larga e a sua influência parece mais sensível no Sul; o *nórdico*, com olhos, pele e cabelos claros e estatura mais elevada: embora bastante generalizada, a sua influência é mais forte em Entre Douro e Minho, onde se encontra excesso significativo (entenda-se: em relação à média do País) de olhos azuis, cabelos loiros, peles rosadas e estaturas mais elevadas.

Baseado na relação do índice cefálico e da estatura, Costa Ferreira julgou ver nas províncias da Beira e de Trás-os-Montes as regiões «etnicamente mais puras» e um indício de mestiçagem nas que se afastam daquela relação; por maiores reservas que se oponham a estas sugestões,

não deixará de impressionar o facto de se encontrarem nos distritos isolados do Nordeste os valores mais elevados do índice cefálico. Mendes Correia considerou a população portuguesa como «a mais dolicocéfala e homogénea da Europa»; mas sabe-se como são delicadas as mensurações antropológicas e complexa a elaboração dos seus resultados: o facto de *todos* os distritos de Portugal revelaram diferenças sensíveis no índice cefálico em relação a *todas* as províncias espanholas limítrofes (mapa com os dados das observações de Tamagnini e Olóriz *apud* Mendes Correia, *Raízes*, p. 63) faz desconfiar que não tenham seguido os dois antropólogos os mesmos critérios de medida e restringe muito as ilações do último autor.

Aceitando que o material português e espanhol seria rigorosamente comparável, poderia antes ver-se no facto uma consequência *a posteriori* da fronteira, e não um elemento condicionante do seu traçado. Hipótese também improvável, porquanto os tipos humanos se definem na Península, através de influências, migrações e contactos, certamente num lapso de tempo muito mais longo do que a existência histórica dos Estados actuais (alguns autores admitiram que desde o fim do Neolítico).

Para além das incertezas na interpretação dos dados antropológicos, vale a pena recordar que a preponderância do elemento mediterrâneo é comum a outros países do Sul da Europa, que também não desconhecem a influência dos elementos nórdico e alpino. Em França, por exemplo, combinam-se os três de maneira diferente, porque cada um deles aí tem uma área de dominância: o que não constitui obstáculo à unidade nacional desse país. Não tem assim qualquer fundamento a tentativa de definir a existência duma «estirpe fundamental», a que teriam vindo acrescentar-se, sem a alterar profundamente, elementos estranhos.

A Nação não é uma consequência do território ou da «raça», mas da própria história: tudo o que em contrário se tem escrito é inaceitável à luz de conceitos actuais da ciência. Também carece de fundamento a hipótese de infusão de sangue africano, negróide, onde se julgou ver uma «explicação» da facilidade com que os portugueses se adaptaram ao ambiente tropical. As relações com a África, documentadas desde o Paleolítico superior, eram certamente com a África branca, cujas populações faziam parte da grande unidade mediterrânea. Os pretos vindos, em pequeno número, com a organização dos impérios almorávida e almóada, que ia da Península ao mundo das savanas, e em muito maior quantidade com os Descobrimentos (os escravos formavam um décimo da população de Lisboa no século XVI), diluíram-se e, à parte alguns

núcleos de mestiços em colónias agrícolas consecutivas à alforria (fins do século XVIII: Sado, Alter do Chão), não é aparente a sua influência.

A tradição cultural pré-histórica.

É lícito procurar, para um Estado medieval e uma nação que se vasou, em grande parte, nos seus moldes, as suas raízes humanas mais remotas em todos os elementos de civilização (conhecidos na pré-história apenas em alguns dos seus aspectos materiais) que contribuíram para diferenciar a fachada atlântica e revelam indícios de modos de vida distintos do corpo maciço do interior da Península.

O arcaísmo e a rudeza, gerados pelo isolamento, pesaram, como uma condenação quase permanente, sobre as indústrias do Oeste peninsular. A originalidade do Paleolítico português consiste num estilo fruste de talhar a pedra, usado pelas populações que percorriam o litoral na apanha de mariscos. Já rolados pelo mar siciliano, ao nível das praias quaternárias mais antigas e mais elevadas (90 m: Magoito), observam-se seixos truncados que se contam entre os remotos vestígios da existência do homem [3]. Nenhuma das brilhantes civilizações do Paleolítico superior da Península parece ter-se inscrito fortemente em Portugal. Apesar dos achados recentes de material lítico e de algumas grutas decoradas, não se encontraram as maravilhosas pinturas de animais da arte franco-cantábrica, nem as grandes composições que decoram de cenas mágicas de caça e de dança os abrigos de rocha do Levante, como se o Ocidente vivesse à margem das grandes correntes de civilização e dos caminhos dos povos, onde se permutam ideias e aperfeiçoam técnicas.

Pelo contrário, quando, depois da última glaciação, a temperatura subiu e os homens trocaram as cavernas pela beira-mar, desenvolveu-se, difundiu-se e perdurou a indústria «asturiense», caracterizada por picos feitos de seixos toscamente aguçados, com que se desprendiam as lapas dos rochedos. O material, trabalhado segundo este estilo simples e grosseiro, encontra-se, especialmente no litoral do Minho, numa abundância que desafia a avidez dos coleccionadores. Esta indústria não é específica do litoral português: pouco representada no Sul, ausente, como é

[3] Descobertos pelo P.e H. Breuil e G. Zbyszewski; recentemente este autor encontrou-os em cascalheiras calabrianas, às quais hoje se faz ascender o Quaternário. A monumental tese de licenciatura de Vítor de Oliveira Jorge sobre os seixos afeiçoados (1972) nunca foi publicada.

óbvio, das praias arenosas sem arribas, prolonga-se pelas costas rochosas da Galiza e do Norte da Península e persiste até tarde, graças ao isolamento desta área.

Em parte contemporâneos dela, os «concheiros» mesolíticos de Muge, no baixo vale do Tejo, formam um dos mais importantes sítios pré-históricos de Portugal. Montículos acumulados à beira das povoações, que serviam ao mesmo tempo de necrópole e vasadouro, neles se encontram, além dos «restos de cozinha» constituídos por cascas de mariscos, ossos de animais, cinzas e pedaços de carvão, minúsculos instrumentos de pedra e esqueletos humanos em grande abundância.

Pretendeu-se ver, tanto no material como no tipo antropológico dominante, uma forte infusão de sangue africano, mesmo «negróide», opinião que não é geralmente aceite. Menos aceitável é ainda que os homens de Muge constituam o tronco da população portuguesa. Em todo o caso, as lâminas de sílex de dimensões pequenas e forma trapezoidal, que vão reaparecer nos espólios das antas primitivas, mostram que alguns elementos culturais neolíticos se filiam nos pobres colectores de mariscos das margens do Tejo.

O Neolítico corresponde a uma das grandes «mutações culturais» da humanidade. A população desta época é semelhante, no aspecto físico, à actual. Quer dizer que o substrato étnico se encontrava já constituído e que as invasões posteriores são antes contactos de civilização do que migrações em massa capazes de produzir consideráveis infusões de sangue novo. O talho e o polimento do sílex vão chegar a uma grande perfeição, dando-se às pontas e lâminas uso semelhante ao que hoje se dá ao metal. Se essa indústria era indígena, ela perdera todos os caracteres de rudeza e de arcaísmo indicados para as anteriores; se era importada, como pensam modernamente alguns autores, existia um comércio distante e organizado, um requinte de gosto e uma grande procura, pois os instrumentos aparecem em quantidade e, com eles, pedras de colares, de vária proveniência, que não deixam dúvidas sobre a existência duma circulação abundante de produtos finos e apreciados.

No final do período neolítico começa a utilizar-se escassamente o mais maleável dos metais, o cobre, que não é raro no estado nativo, imitando-se com ele as formas das lâminas de sílex. A terra era certamente arroteada e a agricultura fixara os homens. A prova está na abundância e na variedade da cerâmica, que a sua fragilidade torna incompatível com a vida nómada. A sociedade estava organizada, os homens trabalhavam em grupos, obedecendo a chefes. Os mortos, pelo menos os das classes

superiores, recebiam sepultura adequada e não eram abandonados, como nos «concheiros» mesolíticos, juntamente com os desperdícios da vida quotidiana.

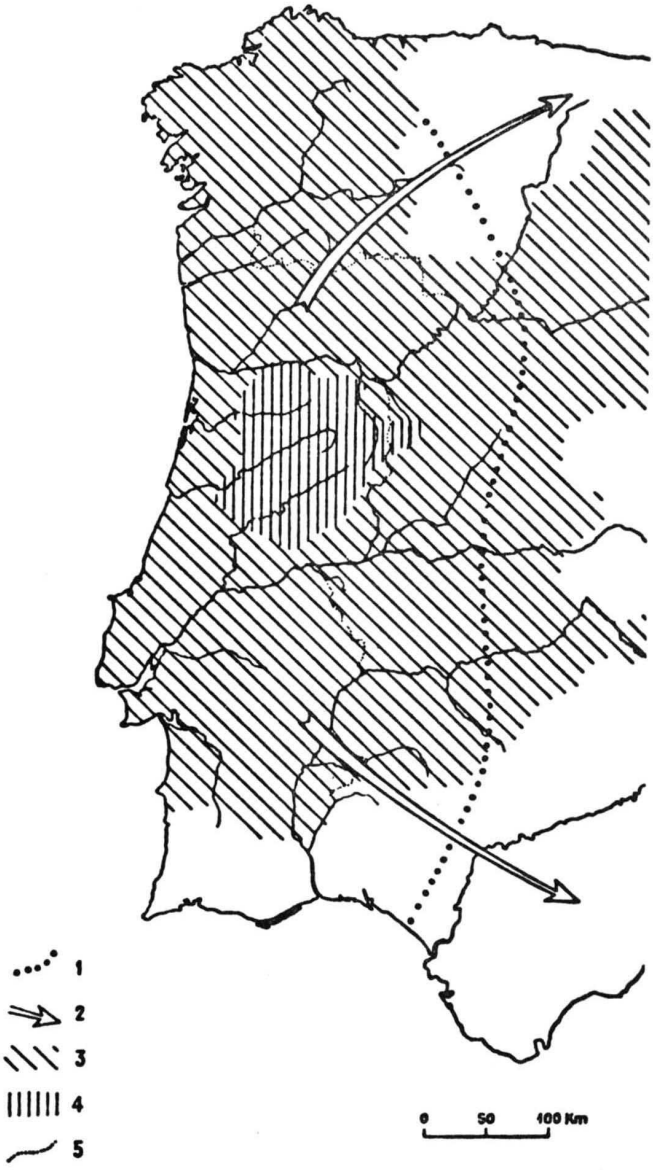
No período calcolítico (final e apogeu da Idade da Pedra polida, caracterizado pelo uso concomitante da pedra e dos primeiros utensílios de cobre) pareceu possível individualizar na Península quatro civilizações independentes e dotadas de expressão própria (Bosch Gimpera). Três delas têm como área respectivamente os Pirenéus, o Levante e a Meseta; a outra estende-se por Portugal, Galiza e seus confins não castelhanos. Alguns autores não resistiram à tentação de pretender ver, individualizados desde esta época, os três grandes conjuntos humanos peninsulares, a que correspondem os grupos linguísticos galego-português, castelhano e catalão. A separação de Portugal e a tenaz resistência da Galiza e da Catalunha à hegemonia castelhana teriam assim uma raiz muito profunda.

Duas objecções se podem fazer a estas aventurosas conjecturas: todas as vicissitudes que decorrem até ao estado linguístico da Península nos séculos X e XI (de que parecem datar os seus grandes grupos) e a persistência dos bascos, tão individualizados pela língua e pelos costumes, numa área onde os monumentos megalíticos têm muito elevada densidade, sem que os traços da sua vigorosa originalidade cultural se encontrem no Ocidente. As antas aliás penetraram, pelos Pirenéus, até à Catalunha.

A civilização megalítica é própria das áreas de rochas consistentes e não poderia expandir-se pelas bacias terciárias do interior da Península, onde mais tarde irá florescer a arte do barro (fig. 1). Esta posição periférica e a ausência de relações aparentes com aquele interior sugerem antes uma difusão ao longo de litorais do que migrações importantes pelos caminhos terrestres.

Os elementos essenciais da civilização megalítica são: antas ou *dólmens* e, no espólio interior dos que não foram violados, placas de lousa de forma trapezoidal (*chapões*), cilindros e machados de calcário, placas de lousa em forma de báculo. A interpretação de alguns permanece obscura. O gosto da ornamentação é visível nos três últimos, assim como na cerâmica. Mas a arte afasta-se de qualquer realismo, para multiplicar indefinidamente os motivos geométricos. A feliz reconstituição de algumas séries permite filiar os *chapões* numa representação da figura humana (rudimentos de braços e pernas, olhos, nariz, etc.) e os báculos em figurações do machado preso a um cabo por múltiplas voltas de fibras

Fig. 1 — PERÍODO PRÉ-ROMANO



1. Limite oriental da área da civilização megalítica
2. Expansão dos seus elementos culturais
3. Área de domínio dos celtas
4. Solar dos lusitanos
5. Fronteira de Portugal.

(Segundo Luís Pericot e P. Bosch Gimpera, extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

vegetais. Tomava-se como símbolo de poder ou prestava-se culto a este útil instrumento, difundido talvez na altura em que ensaiavam as suas primeiras reproduções em metal? [4].

As antas eram consagradas apenas à sepultura. Algumas lajes levantadas (*esteios*), cobertas por outra (*chapéu*), fechavam o recinto funerário, e a construção era coberta por um montículo de pedras e terra (*mamoa*). Muitas permanecerão ainda ocultas e intactas, outras foram destruídas ou violadas, pelo menos desde a época romana, pelos que sonham com tesouros escondidos. O povo atribui-lhes significação mágica ou religiosa (há antas transformadas em capelas) e relaciona-as com os mouros, como tudo o que é antigo e de que não se sabe a idade (*anta*, *arca*, *orca*, *casa ou cova da moura*, etc.).

As antas encontram-se no geral associadas, constituindo necrópoles que, nas montanhas do Noroeste, alcançam os limites do povoamento actual. Estas construções repartem-se ao longo das costas mediterrâneas, sem penetrarem muito no interior, na fachada atlântica da Península, e nos litorais da Europa do Noroeste, da Bretanha ao sul da Escandinávia, compreendendo a Grã-Bretanha e a Irlanda.

Os espólios das antas peninsulares mostram relações distantes, por um lado com o Oriente clássico, por outro com a Bretanha, o País de Gales e a Irlanda, estabelecidas por meio da navegação. A Península parece ter constituído então, com os seus grandes monumentos de pedra e com a elegante cerâmica chamada de vaso «campaniforme», um importante foco de irradiação cultural. O significado destes factos permanece envolto numa penumbra de hipóteses. Criações independentes ou resultado de contactos culturais com o Oriente, as antas parecem ter, em todo o caso, no Oeste peninsular um dos seus lugares de origem

É possível seriar aí uma linha de evolução que vai do simples recinto fechado pelos esteios às grandes construções providas duma galeria de acesso, mais baixa e também coberta; esta evolução prossegue até às criptas de falsa cúpula do Algarve e do Levante. Nos mais elementares

[4] A excelente tese de Vítor de Oliveira Jorge sobre o Megalitismo do Norte de Portugal, também apenas policopiada, mostra que espólio das suas antas é muito pobre: desenha-se assim já o contraste Norte Sul em que tanto se insistiu no presente estudo. Também apenas no Sul se têm encontrado *menhirs* fálicos e *cromlechs* («pedras talhas»). Atrevo-me a aproximar o *menhir* de Alqueva, no centro de um círculo de pedras arredondadas, das «Damas de Cogul» do Levante espanhol, do Paleolítico superior, onde figuras femininas estilizadas efectuam uma dança da fecundidade em torno de um feiticeiro emplumado com o símbolo exagerado da procriação (1986).

rareia a cerâmica e encontram-se, a par de poucos objectos de pedra polida, ainda os pequenos sílices trapezoidais filiados na indústria dos «concheiros»: eles parecem, portanto, não só primitivos na estrutura, mas realmente antigos no espólio. Recorre-se, pela primeira vez na fachada atlântica da Península, ao emprego da pedra em larga escala, que será um dos elementos mais importantes e permanentes da fisionomia cultural da região.

Seria exagerado procurar na «civilização megalítica ocidental» a génese da nacionalidade portuguesa (a sistematização de Bosch Gimpera tem sido a pouco e pouco abandonada); mas é lícito filiar nesta primeira manifestação da individualidade «humana» do território a continuidade dum elemento de diferenciação que, por mais de uma vez, voltará a actuar. A partir desta primordial unidade do Ocidente, será possível encontrar umas vezes o seu reforço, outras, pelo contrário, a vigorosa oposição entre o Norte e o Sul, que tanto domina aspectos fundamentais do território de Portugal como as influências de civilização que nele irão increver-se. Entre a unidade cultural do Ocidente e a formação do Estado português decorre um lapso de uns quatro milénios — que é bom ter em conta para vincar o carácter precário e aventuroso (embora sugestivo) destas aproximações.

O arcaísmo dos castros

Ao esplendor fugaz da civilização megalítica vai suceder a rudeza arcaizante dos *castros*, especialmente numerosos no Norte, onde o relevo multiplica os sítios defensivos e reforça o isolamento.

Os castros eram povoações rodeadas de muros de pedra solta, alcandoradas no cimo de montes; as casas, também de pedra solta, eram redondas (em grande número), rectangulares ou oblongas, cobertas de giestas ou de colmo, e dispunham-se formando grupos ou arruamentos, guardando sempre entre si proximidade e coesão. O recinto fortificado, às vezes duplo ou triplo, abrange um espaço vazio onde se poderiam fazer culturas ou recolher os gados em caso de guerra. As dimensões destes povoados eram variáveis: uns conteriam centos ou até milhares de habitantes, outros seriam comparáveis aos modestos «lugares» das montanhas do Noroeste. Em todo o caso, e sem embargo de abrigos dispersos pelos vales e planícies, utilizados temporariamente por pastores e cultivadores, representam uma forma de povoamento fortemente

concentrado, determinado tanto pela natureza do assento como pela função defensiva.

Certos castros ascendem ao Neolítico, outros foram romanizados e muitos mantiveram-se ininterruptamente povoados durante dois ou três milénios, conservando, no seu espólio, a marca de várias influências de civilização. Alguns constituem o casco de povoações actuais, entre elas cidades importantes. Tão numerosos nos cabeços do Noroeste e da Galiza, mostram que aí se encontrava constituído um grande foco de densidade humana, persistente até hoje.

Os limites do povoamento em altitude, como para as antas, coincidem *grosso modo* com os actuais. Encontram-se ruínas de tipo castrejo na Galiza, nas Astúrias e em todo o Portugal, embora raras e esporádicas no Sul; mas é necessário distinguir os simples sítios de *oppida*, preferidos por vários povos mediterrâneos, do conjunto da civilização «castreja», especialmente representada nas montanhas ao norte da linha do Mondego - Cordilheira Central, barreira de vários fenómenos naturais que pela primeira vez se vê funcionar como um importante limite cultural.

Os caracteres originais desta civilização consistem na importância da pedra como material de construção, no emprego de um aparelho grosseiro ou regular e no arcaísmo dos seus objectos. A cerâmica incisa reproduz, sem a finura inicial, os modelos neolíticos até à Idade do Ferro. O bronze, apesar de se ter difundido largamente nas planuras meridionais, não chegou a penetrar em muitos castros.

Até à principal invasão celta (século VI a. C.), que generalizou tardiamente o uso daquele metal, os «castrejos», apartados no isolamento das suas pobres montanhas, mantêm as formas frustes duma civilização arcaica. Praticando uma economia pastoril com culturas episódicas, a eles ascenderão certos traços de colectivismo, certamente mais vincados do que a posse individual da terra, a hierarquia social e as desigualdades de fortuna que ela introduz.

Nos alvores da História

No estado actual da investigação é impossível discernir o contributo dos lígures e dos celtas para esta civilização. Os primeiros, lembrados escassamente na toponímia que documenta as suas migrações, confundem-se num antigo e incerto substrato rural mediterrâneo, que parece corresponder a um nível social e económico superior; os celtas

possuíam uma civilização agrária elaborada na Europa média, diferente mas não inferior à mediterrânea; fixaram-se ao norte do Douro, eram numerosos no Alentejo e deixaram abundantes vestígios em nomes de lugares, de pessoas e de deuses, colorindo talvez o ocidentalismo da civilização castreja de mais um elemento de diferenciação. Povo de *finisterras*, que só o mar detém nas suas migrações, ocupam, como a civilização megalítica, os promontórios e fachadas atlânticas da Europa. Certas aproximações entre a fisionomia espiritual do Noroeste da Península e dos actuais redutos de falares célticos nunca foram investigadas sistematicamente nem enunciadas de maneira precisa.

Fenícios, gregos e cartagineses, vindos por mar, estabeleceram feitorias no litoral, onde entabularam relações com os indígenas, exploraram ou incrementaram a exploração das riquezas minerais e trocaram pelos seus artefactos as matérias-primas locais. No Mediterrâneo, na Andaluzia atlântica e no Algarve, a sua acção estendeu-se mais ou menos para o interior; mas não parece terem exercido directamente, na composição ou na maneira de viver das populações do Norte, apreciável influência.

Os iberos, que deram o nome à Península, representavam nela um elemento muito importante. Admite-se geralmente a sua origem africana e o parentesco étnico com os berberes, pressentido há muito por vários autores. Sofreram por certo profundas influências culturais da África do Norte e da colonização grega; mas, ocupando na Península, a partir da Andaluzia e do Levante, área cada vez mais extensa, assimilaram também muito das civilizações indígenas e aparecem, nos alvores da História, bastante diferenciados na maneira de viver. Por um lado, tribos sem coesão política, habitando povoações fortificadas, em lutas permanentes, praticando uma economia onde o pastoreio primava sobre a agricultura, possuindo uma cultura rústica e arcaizante; por outro, desenvolvendo, nas terras férteis da depressão bética, uma civilização agrária bem assente no solo, com uma cidade magnífica (Tartessos), explorações mineiras, frota mercante, monarquia estável, nobreza rica que vivia do trabalho das classes populares.

A Lusitânia pré-romana

«A norte do Tejo estende-se a Lusitânia, habitada pela mais poderosa das nações ibéricas e a que entre todas por mais tempo deteve as armas

romanas.» (Estrabão). Segundo as descrições dos autores clássicos, o estilo de vida dos lusitanos, e dos calaicos ao norte do Douro, aparentados com eles na rudeza e na bravura, entra no quadro da civilização castreja da Idade do Ferro.

No isolamento das suas serranias e vales profundos, pouco devem ao convívio mediterrâneo e quase nada ao mar, a que voltaram costas. A sua economia é uma economia de montanheses, que em larga parte supre as deficiências de uma agricultura irregular com os produtos dos' rebanhos, dos bosques ou das depredações em lugares chãos e férteis. Alimentavam-se de carne de cabra e faziam pão de lande, e não de cereais; usavam manteiga em vez de azeite, bebiam água e uma espécie de cerveja de cevada e tinham o vinho como coisa rara, apenas usada nos festins. A castanha desempenhava também, certamente, papel importante na alimentação.

Os lusitanos eram sóbrios e dormiam no chão ou em cima de palha, cobrindo-se, como os pastores serranos, de um inseparável manto de lã. Por várias vezes cobiçaram e saquearam a região dos turdetanos, nas margens do Guadalquivir, e outros lugares férteis da Bética, habitados por povos dados às artes pacíficas da agricultura. Estas guerras entram no quadro dos conflitos criados na oposição dos modos de vida, e Viriato, pastor e salteador da montanha, adquire o valor de um símbolo. O seu casamento com a filha do rico Astolpas representa a aliança entre os pacíficos agricultores da planície e os pobres guerrilheiros serranos, a quem aqueles, sob a ameaça das armas romanas, pagam a defesa das pessoas e dos bens.

A romanização penetrou tarde e a medo neste mundo estranho, depois de século e meio de lutas ferozes e de cruéis derrotas. Sem embargo, ainda hoje não há no Sul nada de comparável à rudeza primitiva de algumas povoações perdidas nas serranias setentrionais, com suas casas apinhadas, de pedra solta, como nos redutos castrejos, cobertas de lousa ou colmo, sem qualquer reboco ou caiação que esconda o aparelho tosco dos blocos de granito ou xisto. Tudo leva a pensar que as invasões e transformações históricas não alteraram sensivelmente nem a composição nem a maneira de viver da gente que se abriga detrás dos seus pobres muros.

Apartados pela rudeza das montanhas, pela fundura dos vales, pelo impraticável dos caminhos, aqui viverão ainda os descendentes da mais remota estirpe nacional. De facto, o contraste entre os relevos retalhados do Norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações

humanas. De um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte acção histórica — a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados, que cedo tendem a tomar feição urbana. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas: colonização fenícia, cartaginesa e grega, reflexo da brilhante civilização de Tartessos, ocupação romana e árabe, que ambas caminharam do sul para o norte e no Sul deixaram um vinco mais profundo. Aí estão as ruínas das principais cidades e monumentos romanos e tiveram assento as povoações muçulmanas mais ricas e prestigiosas.

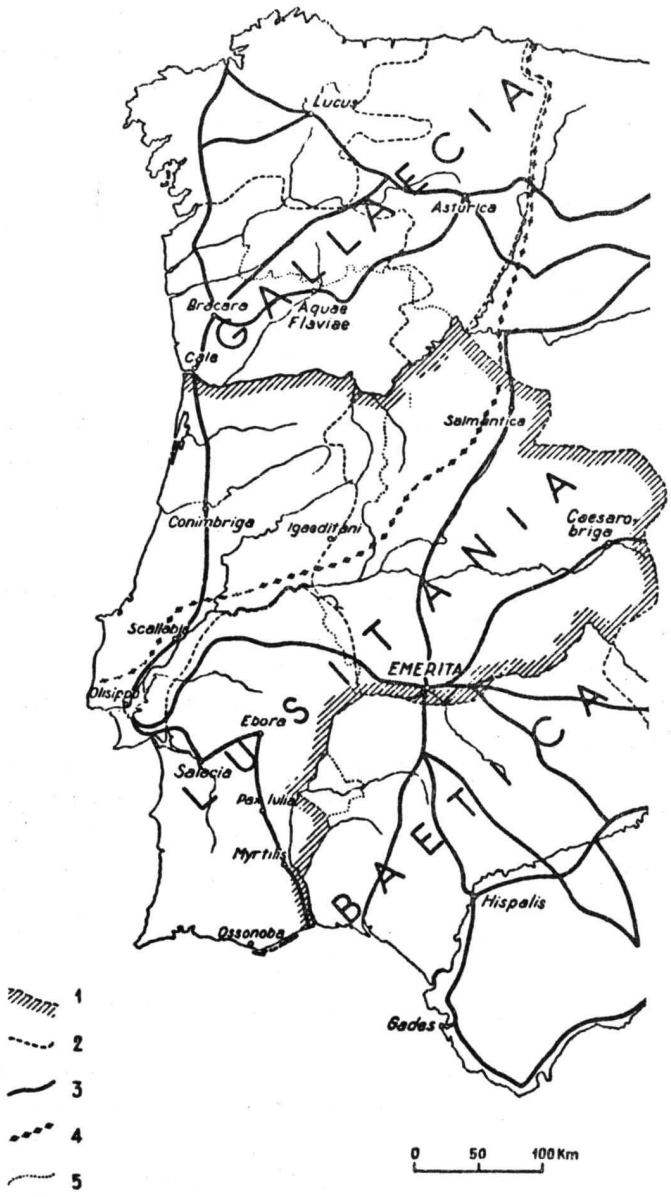
A romanização

A romanização manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e modos de viver. Persistiram alguns castros, insinuando-se no seu arcaísmo influências da nova civilização; mas a maior parte foi abandonada depois da derrota da sua população, que os romanos preferiram atrair às baixas, afastando das suas vias o perigo que constituíam estes lugares fortificados, tão propícios ao ataque como fáceis de defender.

No sopé de muitas colinas, aos castros sucederam as *villas rusticas* (quintas), que por sua vez, foram o germe de povoações maiores. A telha substitui, na cobertura das casas, o colmo, a lousa ou o barro, e o ladrilho o chão de terra batida. A economia de montanha, com episódicas culturas de cereais nas encostas e larga utilização de produtos dos bosques, cedeu lugar ao aproveitamento intensivo dos melhores solos da planura e do vale, com emprego regular do arado de madeira, de tipo mediterrâneo, que ainda se usa, a par dum tipo local primitivo e doutro trazido da Europa média com a invasão sueva. Se não se introduziram plantas novas, desenvolveu-se o cultivo do trigo, da vinha, da oliveira, das árvores de fruto — especialmente no Sul. Fixaram-se, pelas necessidades da tributação, os limites das unidades agrárias, que atravessam a alta Idade Média, fraccionando-se apenas interiormente, para virem a formar ainda os quadros das freguesias da Reconquista.

Unindo as principais cidades, traçou-se uma rede de vias calcetadas e providas de marcos miliários, transformadas com o tempo em «caminhos velhos», com troços ainda bem conservados que serviram até à

Fig. 2 — PERÍODO ROMANO



1. Limites da Lusitânia romana
2. Limites dos *conventi*
3. Vias principais
4. Limite aproximado do reino dos suevos
5. Fronteiras de Portugal

(Extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

construção das estradas de macadame, que muitas vezes seguem o mesmo traçado (fig. 2). Surgiram indústrias — olarias, forjas, pedreiras, minas, salgas de peixe, tecelagem doméstica —, umas novas, outras renovadas. E, como consequência destes moldes de uma produção regular, animou-se o trânsito, circulou a moeda, estabeleceram-se lugares de câmbio habitual. E, sobretudo, o latim substituiu os velhos falares indígenas, facilitando o convívio das diferentes populações ibéricas. Muitas povoações, antigas pelo nome ou pelos fundamentos, só então se transformaram em verdadeiras «cidades». Outras foram criadas ou remodeladas, em obediência a cânones urbanos seguidos em toda a extensão do mundo romano.

Mas o território português permaneceu sempre na orla dos grandes focos de irradiação cultural da Península. A Lusitânia, estendendo-se muito para o oriente, teve apenas apagada vida litoral. Basta dizer que Mérida, sua capital e principal cidade, fica a mais de 200 km do mar; e nada no porto de *Olisippo* (Lisboa), considerada embora como a segunda, se pode comparar à importância da sua população ou ao número e esplendor dos seus monumentos.

As divisões administrativas romanas (*conventi*) parece terem tido em conta anteriores limites étnicos, a que se ajustariam, e, por sua vez, supõe-se que possam também ter influenciado a fixação do traçado da fronteira do Estado português (T. de Sousa Soares). Em todo o caso, a Galécia e a Lusitânia separavam áreas com grandes afinidades e esta última ultrapassara muito, para o interior, a fachada atlântica de estilo «português».

«Como época do apogeu da civilização lusitano-romana poderá marcar-se, pelo menos para o Sul, o século II: é de então o templo romano de Évora, e a lei de Adriano dada ao *metallum Vipascense* (mina de Aljustrel); dos fins do século I ou começos do II é a inscrição metrificada de *Pax Iulia* (Beja) e duas estátuas marmóreas de *Myrtilis* (Mértola). Digo pelo menos para o Sul, porque o Norte e certos territórios do Centro, por várias circunstâncias, algumas das quais já Estrabão indicou, e que em parte ainda existem hoje, foram mais lentos do que o Sul em receberem o jugo e influxo romanos, perdurando aí os elementos nacionais pelos séculos fora. A avaliar do que se conhece, não há por exemplo, nada a norte do Douro que se compare ao luxo das termas de Milreu, às esculturas de Beja e Mértola, ao já citado templo de Évora, aos lindos espólios funerários do Algarve, do Alentejo e da Estremadura, ao esplendor do santuário de Endovélico, perto de Terena. Por outro lado, só

ao sul do Tejo houve cidades que cunhassem moeda; só na riba direita deste rio, e entre ele e o Guadiana, o gosto dos habitantes se comprouve de representações cénicas e de jogos circenses; nas inscrições meridionais lêem-se menos nomes bárbaros do que nas setentrionais e nas da Beira; das margens do Sado era, ao que se crê, o escritor Cornélio Boccho. Ainda assim, ninguém se iluda com o que digo. Posto que a acção dos romanos se estendesse tanto, que quase não se anda uma légua em Portugal sem que transpareçam indícios dela — ruínas, cerâmica, moedas… —, a Lusitânia, principalmente a portuguesa, é dos países onde, com uma ou outra notável excepção, a civilização romana deixou monumentos menos aparatosos e de menor importância.» (Leite de Vasconcellos) [5].

É ainda nas planuras do Sul que se encontra a representação mais próxima do sistema agrário romano: a herdade alentejana corresponde ao latifúndio e o seu *monte* à *villa rustica*, com a mesma variedade de construções, a opulência de algumas casas senhoriais, a numerosa clientela de trabalhadores e até, nalgumas explorações mais tradicionais, a combinação, vulgar na Antiguidade, da seara, olival, vinha e pasto. Às vezes a lavoura desenterra ruínas daquele tempo.

A invasão muçulmana, por ser mais recente, sobrepôs-se aos vestígios anteriores e contribuiu para que se desenhasse um contraste entre um Portugal mourisco, meridional, e um Portugal românico, setentrional. Românico, não porque o cunho romano aí tivesse sido mais impresso, mas porque o fugaz domínio árabe menos se faz sentir.

As invasões germânicas

As invasões germânicas correspondem a um importante episódio político e militar que não trouxe nenhuma alteração considerável ao estilo de vida das populações peninsulares. Os bárbaros eram pouco numerosos e haviam sofrido já o influxo da civilização romana, cujos moldes essenciais passarão a adoptar. A organização da monarquia visigótica é apoiada nas cidades, caminhos e grande parte das instituições do Império romano.

[5] O assunto tratado com mão de Mestre por este autor e retomado por Vergílio Correia, foi renovado com vigor e mais ampla documentação no excelente Portugal Romano de Jorge de Alacão (várias edições a partir de 1973).

Preferindo viver no campo, não há memória de nenhuma povoação fundada pelos bárbaros no Ocidente; pelo contrário, esta época representa provavelmente uma regressão na vida urbana, como indicam as muralhas de Lisboa, que deixaram fora do seu perímetro porções da cidade romana. A própria língua estava a ponto de se perder, e cedo foi trocada pela latina nas classes superiores, continuando apenas o povo a servir-se dela. Do gótico passaram ao português uns 40 vocábulos e destes cerca de um quarto por intermédio do latim. Contribuição insignificante comparada com as palavras de origem árabe, que formam quase um décimo da língua corrente.

Os suevos constituem, no conjunto dos povos germânicos, um caso especial. Fundaram um reino no Ocidente, das margens do Tejo ao Cantábrico, cuja área corresponde à da Lusitânia e Galécia pré-romanas, que é também a da civilização castreja. «Estes povos invasores, que atravessaram o Reno em 406, quando se fixaram na Península deviam conservar intactas as suas técnicas agrárias, assim como vivos os usos e costumes, visto só mediarem cinco anos entre o abandono das terras germânicas e a fixação no nosso território.» (Jorge Dias).

Nesta unidade étnica, e na coincidência da área do reino suevo com o Condado Portucalense, quis ver-se uma prefiguração do Portugal da Reconquista. Mas ela não será antes a revivescência, vasada em moldes anteriores, da individualidade do Ocidente, obscuramente conservada sob a uniformidade da administração romana? Em todo o caso, o importante foco de densidade humana que se vislumbra através das ruínas castrejas manifesta-se pela constituição precoce das suas paróquias cristãs. «No fim do século VI a região compreendida entre o Douro e o Minho é a mais desenvolvida, a melhor organizada, de todo o Noroeste da Península.» (Pierre David). Braga, a cidade mais importante da Gallaecia, foi capital do reino dos suevos e Portucale (Porto) a sua primeira praça-forte. Nos distritos destas duas cidades, a maior densidade de nomes de lugares de origem germânica mostra que aí se consolidara o núcleo deste fugaz Estado, absorvido pela unificação da monarquia visigótica sem que a individualidade se apagasse totalmente da região onde teve assento.

Alguns traços da vida pastoril e dos usos comunitários que no Norte lhe andam associados parecem poder filiar-se «na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus» (Jorge Dias), mas é impossível discriminar a contribuição dos bárbaros da de invasões pré-romanas. De provável temos apenas a introdução do «arado quadrangular», trazido pelos suevos, instrumento potente e muitas vezes provido de rodas,

semelhante às «charruas» usadas nos solos profundos das planuras da Europa média, do espigueiro, que terá o maior incremento com a introdução do milho de origem americana, mas servia já para a guarda doutros milhos de Verão, e do centeio, o único cereal importante que o Mediterrâneo recebeu da Europa média.

A herança dos mouros

Os muçulmanos trouxeram, em especial para a civilização do Sul do País, onde dominaram de quatro a cinco séculos, um contributo de importância comparável ao dos romanos. Com os árabes vieram, e em muito maior número que eles, populações de todo o Norte de África, conjunto designado genericamente por *mouros*: entre aquelas, os berberes representavam o elemento principal. Atravessando o estreito, fixando-se de preferência nas regiões meridionais, não encontraram, na sua nova pátria, nem uma terra estranha nem uma gente diferente. De tal forma que, no paralelismo de modos de vida do «Algarve» e do «Magrebe», é impossível destrinçar com segurança o que se deve à invasão muçulmana de um fundo anterior comum.

O território português viveu sempre na periferia do mundo árabe e longe dos grandes centros de irradiação cultural do Sul da Península. Quando se quebrou a unidade política do califado, os reinos de *taifa* que aqui se constituíram foram, salvo o de Badajoz (que estendeu o seu domínio até Lisboa), pouco importantes, pequenos e efémeros. Faltam por isso em Portugal os grandes monumentos, e apenas no traçado tortuoso das ruelas e becos de algumas cidades do Sul, e nas muralhas e castelos que as defendiam, se encontram vestígios materiais da dominação muçulmana. A igreja matriz de Mértola conserva a estrutura e alguns traços da única mesquita que se conhece.

Contudo, a marca desta época foi profunda na vida rural. Os mouros reforçaram o tom mediterrâneo que os romanos haviam começado a imprimir à agricultura. Introduziram plantas: o limoeiro, a laranjeira azeda e porventura já uma variedade doce, provavelmente o arroz; desenvolveram a cultura da oliveira, como se vê do nome que deixaram à colheita (*safra*), ao fruto (*azeitona*) e ao óleo extraído dele (*azeite*); a alfarrobeira, que parece ser árvore antiga e espontânea, deve-lhes muito da sua difusão. Plantaram grandes pomares, sendo afamados os do Algarve e dos arredores de Évora, os figos e uvas daquela província, as

maçãs enormes de Sintra; e, sobretudo, com o desenvolvimento do regadio, de que por certo aproveitaram alguns ensinamentos peninsulares e melhoramentos introduzidos na época romana, criaram, no âmbito das principais cidades, nova forma de exploração intensiva e minuciosa. Com pequena diferença nos produtos cultivados, algumas *hortas* dos arredores de Silves, Faro, Setúbal ou Lisboa repetem, com as noras, canais de rega, talhões de legumes e de pomar, as práticas do tempo dos mouros.

Esta influência sobreviveu à Reconquista, por meio dos cristãos arabizados ou moçárabes, que tão importante papel tiveram na região de Coimbra, por exemplo, onde um deles chegou a governar territórios cristãos, ou dos mouros que se submeteram e permaneceram nos lugares, cultivando a terra e exercendo pequenos mesteres.

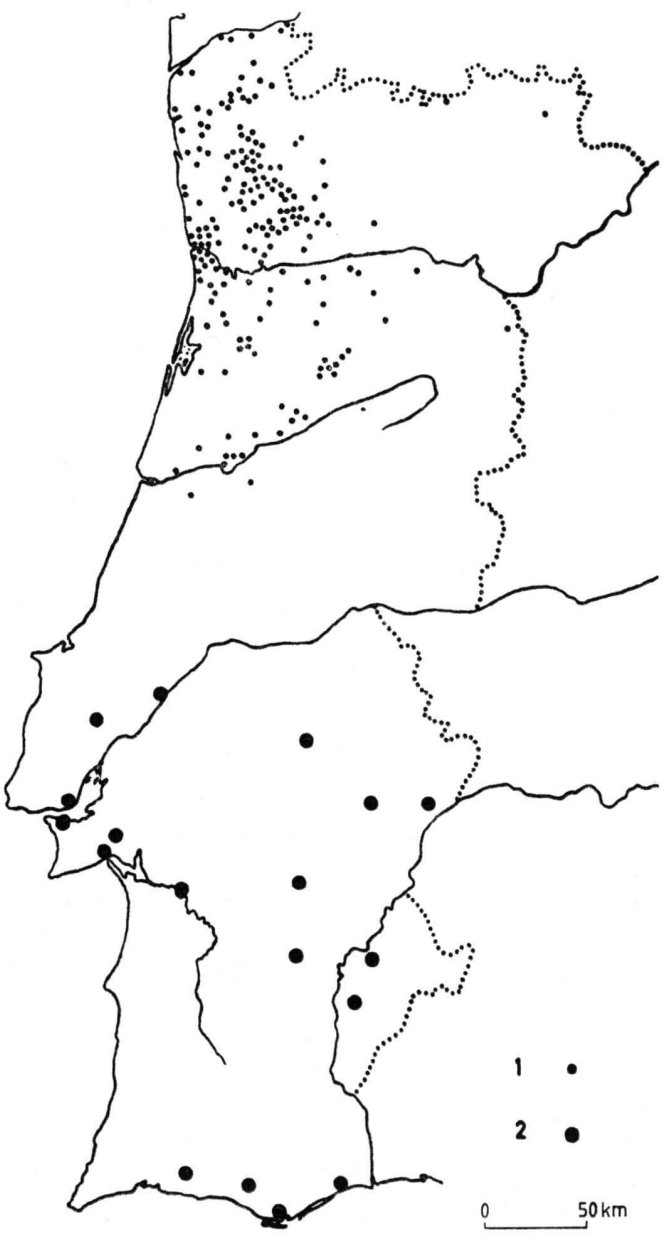
Os *mouros forros* ou livres das cidades do Sul receberam foral depois da conquista delas; os seus descendentes eram tão numerosos que formavam, no século XV, um arrabalde semi-rural, à sombra dos muros de Lisboa. Algumas cidades e vilas conservam, no nome ou na planta, a lembrança destas *mourarias*. Há notícia histórica de umas vinte, todas ao sul do Tejo ou próximo dele (fig. 3). É ainda um nome de origem árabe, saloio (habitante do campo por oposição à cidade), que designa o agricultor minucioso e rotineiro do termo da capital.

Ao sul do Douro, especialmente numerosos na Estremadura e no Algarve, muitas dezenas de nomes de povoações, de rios, de sítios ou de propriedades são de origem árabe ou arabizados, tomados de particularidades locais, da vida corrente e de nomes de pessoas que aí habitaram.

À língua portuguesa passaram cerca de 600 vocábulos árabes, dois terços de uso comum, que nela constituem a maior contribuição não românica. Palavras relativas principalmente à vida do campo e ao pastoreio, nomes de plantas, de frutos, de utensílios e práticas agrárias e de dispositivos para utilizar a água; mas também nomes de pesos e medidas, de aprestos de embarcações, referentes aos transportes e à organização da sociedade, à construção das casas, às refeições e à vida doméstica. Elas mostram como foi intensa e profunda a acção de um povo que, na orla do deserto, aprendeu a vencer a escassez de chuvas com a escolha de plantas apropriadas e um engenhoso aproveitamento de águas.

Esta influência não se estendeu uniformemente a todo o território. Sob o influxo do clima atlântico e das primeiras vitórias cristãs, as serras e vales setentrionais quase não chegaram a conhecê-la. Não se encontraram ao norte do Douro nenhuns vestígios materiais da presença

Fig. 3 — MOSTEIROS E MOURARIAS



1. Mosteiros do Norte, anteriores ao séc. XIII (para o sul a documentação é muito insuficiente, excepto para o mosteiro de Alcobaça, incluso na figura 6-II)
2. Mourarias

(Elementos de J. Leite de Vasconcellos e M. Viegas Guerreiro)

dos mouros e são reduzidos os nomes de lugares de origem árabe. O próprio vocabulário comum se serve de palavras românicas para designar objectos, medidas, operações agrícolas que no Sul se exprimem por vozes arábicas. Em Trás-os-Montes diz-se *segada* e *decrua* (lavoura anterior à sementeira), no Alentejo, *ceifa* e *alqueive*; no Norte chama-se *rasa*, *libra*, *cântaro* às medidas que no Sul se designam por *alqueire*, dois *arráteis*, meio *almude*; ali diz-se *caleira* (cano para escoar a água dos telhados), *copos*, aqui *algeroz*, *alcatruz*; a um caminho apertado entre muros ou sebes chama-se *quelha* no Norte, *azinhaga* no Sul. Uma pesquisa sistemática mostrou o emprego de umas quinze palavras arábicas no Sul, a que correspondem, no Norte, palavras românicas (ou mais antigas) e mais de um cento de «pares» destas duas origens, que indicam uma incorporação tardia na língua de palavras vindas por três caminhos: moçárabes, mouros e contacto com os Lugares de Além, as feitorias muçulmanas de Arguim e na África negra até ao golfo da Guiné, do Oceano Índico, dos Rios de Sena (Quelimane) a Malaca. A existência de moçárabes está documentada do século VIII ao século XIII e do Minho ao Algarve; o rasto de muçulmanos só se perde definitivamente no começo do século XVII. Assim, a história não fez mais do que reforçar um contraste natural que em parte também a condiciona.

Os elementos fundamentais de uma civilização especificamente «indígena» encontraram, no isolamento dos planaltos retalhados, dos vales profundos e das serras elevadas do Norte, condições de desenvolvimento ou de conservação: persistência de elementos culturais megalíticos, arcaísmo da civilização castreja e da Lusitânia tradicional, de que muitos traços chegaram à alta Idade Média e alguns até nós. É aí também que, por influência de migrações indo-europeias (celtas e germanos, especialmente suevos), as afinidades com a Europa média, marcadas no clima e na floresta de folhas caducas, e na decorrente economia rural e pastoril, recebem uma contribuição «nortenha», que, embora mal conhecida, não é lícito menosprezar. O Sul, pelo contrário, abre-se amplamente ao contacto do Mediterrâneo: com o Verão quente, seco e duradouro, entram, em vagas sucessivas, as influências históricas mais penetrantes, fecundas e perduráveis.

A Reconquista ao norte do Mondego

O aparecimento do um Estado no Ocidente da Península, nos meados do século XII, não constitui caso insólito no desmembramento da Europa

feudal. A Reconquista peninsular progrediu fragmentando-se e a aglutinação dos diferentes corpos políticos a que deu origem em torno do bloco central resultou de um processo histórico de sete séculos. Só o Estado português resistiu eficazmente a esta unificação. Se o seu aparecimento resultasse apenas da «aventura» de um príncipe ambicioso, ele teria talvez seguido o caminho de outras efémeras criações políticas.

Não é somente a génese, mas o desenvolvimento e a persistência de uma nacionalidade, que é lícito pretender explicar para além dos «acasos» da história. O nexo entre a tradição cultural do Ocidente e o Estado português implica a continuidade das populações, pelo menos na região que lhe serviu de núcleo, durante a Reconquista. É justamente essa continuidade que alguns historiadores pretendem negar, fundando-se no testemunho explícito das mais antigas crónicas: Afonso I das Astúrias, ao levar até ao Douro as armas vitoriosas (751-754), «ermou» as terras que conquistara, mandando passar à espada os mouros e trazendo consigo os cristãos. É impossível tomar ao pé da letra estas memórias. Um conjunto de factos permite pensar que, a despeito das ruínas e assolações que padeceram as povoações maiores, muita gente teria permanecido nos mesmos lugares, fugindo para as serras, onde os bosques de castanheiros e de cupulíferas (azinheiras, carvalhos) lhe proporcionaram, ao mesmo tempo, refúgio e subsistência, para voltar às suas glebas quando passava a fúria devastadora dos exércitos cristãos vitoriosos.

As mesmas tintas sombrias com que se esboça o quadro das primeiras expedições militares das Astúrias haviam servido para pintar as calamidades da invasão árabe: gente fugindo ao longo das costas, para ermos e matagais, abrigando-se no recôncavo das penedias ou sucumbindo em massa aos massacres dos muçulmanos.

Há uma contradição evidente entre documentos que narram factos passados com quarenta anos de intervalo. Os árabes limitaram-se a lançar tributos e a deixar guarnições nas cidades principais: que a população indígena permaneceu, submetendo-se, prova-o a própria existência dos cristãos que o rei das Astúrias teria levado com ele depois das suas vitoriosas expedições. *Desertus et incultus locus, vastitas eremi, trahere terras ex eremo*, a que fazem referência os diplomas, deve entender-se como uma expressão retórica aplicada aos lugares sem «senhor», isto é, sem organização administrativa.

Os documentos desde o século IX, concernentes à área de entre Minho e Mondego, dão, a quem esteja familiarizado com a vida rural, a imagem de uma terra ocupada de longa data. A gente guardava lembrança

dos limites das propriedades, e estas estavam providas de nomes, a maioria de origem antiga; sabiam-se os fundadores de igrejas e capelas, continuando a prestar-se culto aos santos padroeiros mais em voga antes destas grandes convulsões.

A organização eclesiástica ascende ao tempo de suevos e visigodos e, quando se delimitam os territórios das cidades «restauradas», é ainda nos antigos bispados que elas em parte se apoiam. Inúmeros actos públicos, de compra, venda, doação, contestações de posse, mostram que, nos sítios mais férteis, uma população de trabalhadores continuara a labutar. Até a apropriação de glebas abandonadas pelos seus donos, com consentimento do soberano (*presúria*), indica que nelas se encontravam às vezes os gados, os servos e todos os cómodos de uma lavoura que seguira a rotina de trabalho. Os novos senhores apenas introduzem na toponímia uma alteração profunda, impondo os seus nomes germânicos às *villas* de que se apossavam, querendo simbolizar, com a substituição dos nomes antigos, que as fundavam novamente. São os «nomes de presúria», vulgares na Galiza e no Norte de Portugal e diminuindo progressivamente até ao Mondego.

Em vez de latifúndios talhados à larga na terra erma, os ricaços de então possuíam, dispersos por todo o Noroeste, muitas leiras e cortinhas (quintais murados) e quinhões em *villas* de vários donos: a condessa Mumadona doou ao Mosteiro de Guimarães pelo menos 18; este tinha 14, aquele 25; outro ofereceu como dote à esposa nada menos de 37, espalhados entre Lima e Mondego. A propriedade está apertada, rodeada de muros, há prédios encravados em outros maiores, a terra e as árvores pertencem às vezes a donos diferentes, numa confusão só possível em território ocupado há muito.

A existência de mosteiros, ligada como andava à vida rural, que lhes assegurava a subsistência ou eles próprios fomentavam, é mais um indício de população densa e de organização nas terras restauradas. Dos 13 principais, mencionados em diplomas até ao fim do século XI, 10 ficam situados em Entre Douro e Minho, sendo mais numerosos no Sul desta província, 2 no Ocidente da Beira e um nos arredores de Coimbra; nenhum se conhece na mesma época em Trás-os-Montes ou no interior da Beira (fig. 3).

A região de Coimbra, cuja posse foi disputada por mouros e cristãos durante dois séculos, mostra-nos, à luz de documentos incontroversos, como as coisas se teriam passado nos territórios setentrionais, onde as fontes são mais escassas ou obscuras.

A despeito de guerras, ruínas e mudanças de senhores, a população rural manteve-se, as povoações persistiram, os cristãos donos de terras tinham assegurada a posse dos seus bens, regulando-se por juízes próprios em caso de litígio, e até os mosteiros, apesar de alguns reveses na sua fortuna e influência, continuaram congregando a população cristã, recebendo doações dos fiéis e chegando a comprar propriedades a muçulmanos. Sabe-se a tenacidade com que a gente rural se apega ao chão que trabalha. Em regiões assoladas pela guerra têm-se visto os camponeses refugiarem-se nos ermos, para, logo que passe a tormenta, voltarem aos campos e aos lares. É impossível aceitar a noção catastrófica das invasões. No Noroeste constituíra-se lentamente um importante foco de densidade. Como se viu, há 4000 anos o povoamento alcançara já, nas montanhas, os limites actuais. Quando da conquista romana, quase em cada cabeço havia uma aldeia: foi a gente dos castros que, descendo aos vales, cultivou as *villas* em que a terra se repartiu.

À luz dos documentos da Reconquista, outra vez o Noroeste aparece com a fisionomia de um formigueiro humano. Como, em tão pouco tempo, se reconstituiu? Este conjunto de factos não autoriza a hipótese de uma quebra de continuidade nas populações da região. Nela, as raízes da nacionalidade portuguesa poderão mergulhar no passado pré-romano.

Génese de «Portugal»

É, com efeito, à roda de uma pequena cidade do Noroeste, *Portucale*, junto à foz do Douro e na sua margem direita (Porto), que vai aglutinar-se o corpo político donde sairá o Estado português. Povoado insignificante na época romana (*locus*), foi sede de bispado e de circunscrição civil durante o domínio suevo e visigótico, embora inferior a Braga em importância. «Ermada» por mais de um século em consequência das razias de Afonso I, ocupada em 868, Portucale foi logo «restaurada», antes de Braga e de outras terras mais ao norte. Houve talvez o propósito de constituir um ponto de apoio na estrema dos territórios cristãos, recebendo a cidade o incremento de parte da população de Coimbra, tomada por essa época, mas abandonada pouco depois aos muçulmanos. Assim, a restauração dos núcleos urbanos, que se seguiu à sua ocupação, não progrediu regularmente do norte para o sul.

Segregado da Galiza, o território de Portucale vai desenvolver-se segundo uma evolução própria e local. Parece que a cidade tardou em

recuperar o prestígio das antigas funções; mas, centro importante de reorganização, viu a pouco e pouco o seu território ultrapassar os limites da antiga diocese e confinar com territórios de outras cidades: Braga, Lamego, Viseu e, mais tarde Coimbra.

Desde cedo, porém, *terra Portucalis, território Portugal* ou apenas *Portugal* aparecem numa acepção mais lata, que já na primeira metade do século X abrange os territórios cristãos ao sul do Lima. No fim desse século parece certo que existiu um condado correspondente a esta circunscrição territorial, que por muito tempo andou nas mãos da mesma família. Gente rica, poderosa e ilustre, com grandes propriedades e interesses na região, detém, pelo espaço de cinco gerações, este governo, até que Fernando Magno, alargando para o sul a Reconquista e reunindo Leão a Castela sob o seu ceptro poderoso, faz intervir na administração da «terra de Portugal» gente da sua confiança, entre ela o célebre moçárabe Sesnando, *alvasil* ou governador de Coimbra, definitivamente conquistada em 1064. Falecido o poderoso rei e divididos os Estados por seus filhos, é ainda um descendente da mesma família que acaba lutando, à frente dos homens de armas de Portugal, contra Garcia, rei da Galiza.

Só na segunda metade do século XI, talvez em consequência de alterações introduzidas por Fernando Magno na administração dos seus Estados, «Portugal» se alarga além do Lima, para o norte; ao sul estendia-se até ao Vouga, a leste ia além do Tâmega e até perto do Côa, embora não abrangesse os territórios de Viseu e Seia. No final do século XI, a favor das dissensões entre os «reinos de taifas» em que se desmembrara o califado, Afonso VI deslocava a frente da Reconquista do Mondego para o Tejo; mas, em virtude da vigorosa reacção almorávida, estes territórios foram perdidos ou abandonados. É por essa altura que o poderoso monarca procura, no auxílio de barões estrangeiros, fazer face a estes reveses: a dois deles faz, ao mesmo tempo, genros e governadores de parte dos seus Estados. Em 1095 Henrique de Borgonha possuía já certos territórios e dois anos depois a sua autoridade estendia-se a toda a *Portucalensis Provincia*, isto é, aos domínios cristãos do Ocidente ao sul do Minho.

Neste conjunto, todavia, o antigo *Portugale* manteve certa individualidade, contrapondo-se às terras recém-conquistadas, como antes se contrapunha à Galiza. Ao sul do Vouga, precisamente onde a natureza começa a colorir-se de tons de meridionalidade, as vicissitudes da Reconquista modelam outro mundo humano, quer pela dominação mais prolongada dos mouros, que recuperam a maior parte das terras aquém do

Mondego, quer pela forte influência exercida, na região de Coimbra, por moçárabes meridionais, que Sesnando trouxe consigo quando veio administrar estes lugares.

O governo de Portugal constituiu uma tenência hereditária subordinada à monarquia leonesa, que, por morte de Henrique, passou, sem dificuldade, à sua viúva. Mas os indícios de um espírito de autonomia multiplicam-se: os condes de Portugal procuram habilmente consolidar e alargar as suas atribuições, os nobres portugalenses desinteressam-se da Cúria de Leão, a Igreja, organizada em torno de Braga, que se esforça por agrupar, como metrópole, as dioceses portuguesas, reage às pretensões de hegemonia das outras metrópoles (Santiago de Compostela e Toledo) e contraria os propósitos de Roma, que se opõe ao desmembramento de Estados peninsulares, procurando manter a unidade de acção na Guerra Santa.

Quando D. Teresa, viúva e sucessora de D. Henrique, busca, no xadrez das suas combinações políticas, o auxílio dos barões da Galiza e a ingerência destes se torna perigosa para a autonomia de Portugal, os nobres portugalenses apoiam Afonso Henriques na luta aberta contra sua mãe. O jovem príncipe, que a si próprio se armara cavaleiro, segundo o uso apenas reservado aos filhos de reis, vence e expulsa D. Teresa em 1128 e conduz com mão firme a guerra em duas frentes, consolidando a autonomia de Portugal e alargando para o sul os limites da Reconquista.

Nos primeiros anos do seu governo invade por várias vezes a Galiza, procurando dilatar os seus domínios além do Minho e manter-se em Astorga, pretensões a que alguns reveses e o êxito das campanhas contra os mouros o fariam renunciar. Em 1139 tomou o título de rei; em 1143, Afonso VII de Leão, perante o legado do papa, reconhece a independência do novo Estado, sancionando uma situação de facto irremissivelmente estabelecida, que Roma, porventura sensível ao prestígio das conquistas e vitórias de Afonso Henriques contra os «infiéis», muitos anos depois acabará por confirmar (1179).

Unido à Galiza pela língua, mas separado pela evolução autónoma da região que se constituiu em torno de Portucale, o novo corpo político vai gravitar em volta de cidades do Noroeste: Braga, metrópole das dioceses restauradas, Guimarães, corte dos condes de Portugal, Porto, onde a preponderância da função marítima apaga o segundo elemento do seu nome, e Coimbra, importante centro de reorganização e, durante quase um século, baluarte dos territórios cristãos.

A faixa do Mondego - Serra da Estrela, limite de factos naturais e de factos de civilização cujo reflexo na história por mais de uma vez se fez notar, representa também uma pausa muito longa na expansão da Reconquista, forma os confins meridionais dos territórios herdados por D. Afonso Henriques e constitui o apoio da frente de batalha, que ele deslocará vitoriosamente para o sul.

A Reconquista ao sul do Mondego

Só mais de um século depois das correrias vitoriosas de Afonso I das Astúrias o domínio cristão se firmou definitivamente no Douro, com a restauração de Portucale e do seu território (868); um ou dois anos antes dera-se a primeira e fugaz conquista de Coimbra, mas só passados dois séculos esta cidade foi ocupada para sempre (1064), fixando-se aí por muito tempo a fronteira das terras cristãs. Apesar de episódicas conquistas nas margens do Tejo, em 1093, perdidas em 1111, os mouros continuavam a assolar a região do Mondego, derrubando castelos, afugentando a população e chegando a cercar Coimbra (1117), que resistiu, mas teve os arredores reduzidos a cinzas.

Até 1135, data da fundação do castelo de Leiria e de incursões em terras de muçulmanos, não se conhece nenhuma tentativa importante do jovem rei de Portugal, ocupado com as campanhas na Galiza, para alargar os seus domínios para o sul. No interior, a Cordilheira Central constituía uma barreira inexpugnável: a ela se apoiavam, pelo norte, antigos territórios cristãos, e, ao sul desta muralha montanhosa, apenas no último quartel do século XII há notícia da organização das primeiras povoações sob o domínio português.

A Reconquista portuguesa vai desenvolver-se rapidamente, mediante pouco mais de um século entre as primeiras acções militares de Afonso Henriques e a ocupação das últimas povoações do Algarve. Ela efectua-se em completa independência da Reconquista do interior da Península; durante este período, apenas o rei de Leão, Fernando II, acode a Afonso Henriques, seu sogro, para o libertar do cerco que os muçulmanos lhe haviam posto em Santarém, e os portugueses participam numa grande batalha peninsular (Navas de Tolosa). Pelo contrário, as terras de além-Guadiana e o Algarve são, por várias vezes, motivo de discórdias entre os Estados vizinhos, resolvidas à mão armada.

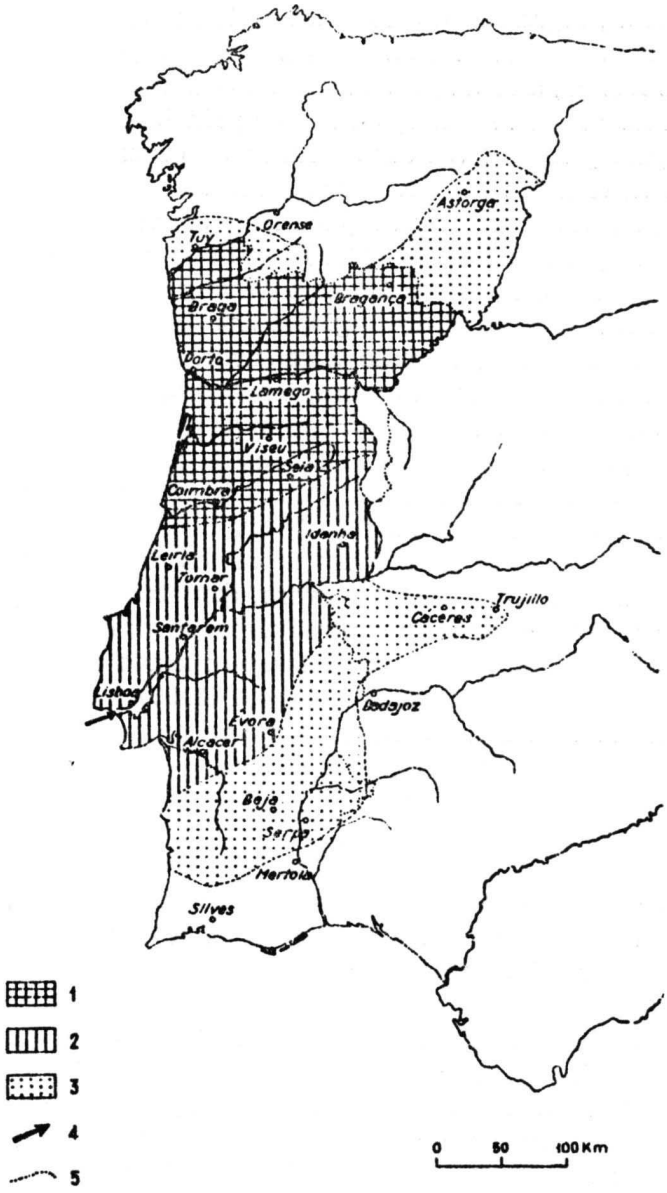
Apoiando-se nas ordens militares, os primeiros reis de Portugal recorrem também às frotas de cruzados, que colaboram no assédio de povoações não longe da foz dos rios (fig. 4). Sem as barreiras montanhosas e os vales profundos, que, no Norte, constituíram sucessivamente obstáculos e defesas, as planuras do Sul, com suas povoações isoladas e distantes, verão, ao mesmo tempo, a rápida progressão das armas cristãs e o seu inevitável retrocesso perante qualquer vigorosa reacção muçulmana.

As dissenções dos primeiros reinos de taifas facilitaram o primeiro avanço até ao Tejo (1093); mas determinaram também a reacção almorávida, que durante quarenta anos fez retroceder as fronteiras para o norte. O declínio do Império almorávida e as contendas entre os segundos reinos de taifas, que se seguiram ao seu desmembramento, favoreceram a progressão rápida dos territórios de Afonso Henriques, permitindo-lhe afirmar-se na linha do Tejo (1147), com a conquista de Santarém e Lisboa, a rendição de Sintra e o abandono de Palmela pela guarnição muçulmana. No longo cerco da principal cidade do Ocidente colaborou pela primeira vez uma armada de cruzados, que uma tempestade fizera casualmente arribar ao Porto.

As conquistas prosseguem rapidamente para além do Tejo: Alcácer do Sal caiu à quarta tentativa (1159) e no ano seguinte são ocupadas duas cidades importantes do Alentejo (Évora e Beja), pouco depois perdidas, mas recuperadas em seguida. Sob o impulso irresistível de um fronteiro audacioso, Geraldo Sem-Pavor, que «avançava sem ser apercebido na noite chuvosa, escura, tenebrosa, e, insensível ao vento e à neve, ia contra as cidades», os domínios de Afonso Henriques prolongaram-se pelas margens do Guadiana e projectaram, através da Estremadura espanhola (Badajoz, Cáceres, Trujillo...), um prolongamento oriental de efémera duração. A invasão da Península por sucessivos exércitos almóadas foi a causa de sérios reveses: perdidas todas as terras ao sul do Tejo, excepto Évora, que ficou isolada, os muçulmanos cercaram Santarém, tomaram Torres Novas e chegaram a ameaçar o castelo dos Templários de Tomar, ao mesmo tempo que se estabeleciam em Almada, em frente de Lisboa (1190).

Consolidada a linha do Tejo, defendida pelo rio e por uma faixa de charnecas desertas na margem sul, a despeito da enérgica reacção almóada, a Reconquista portuguesa vai progredir em duas direcções: uma, ao longo da costa ocidental, por acções isoladas, empreendidas com o auxílio de armadas de cruzados, mas sem o necessário apoio de

Fig. 4 — A RECONQUISTA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES



1. Territórios do Condado Portucalense recebidos por herança
2. Territórios conquistados definitivamente
3. Territórios perdidos
4. Armadas de cruzados
5. Fronteira de Portugal

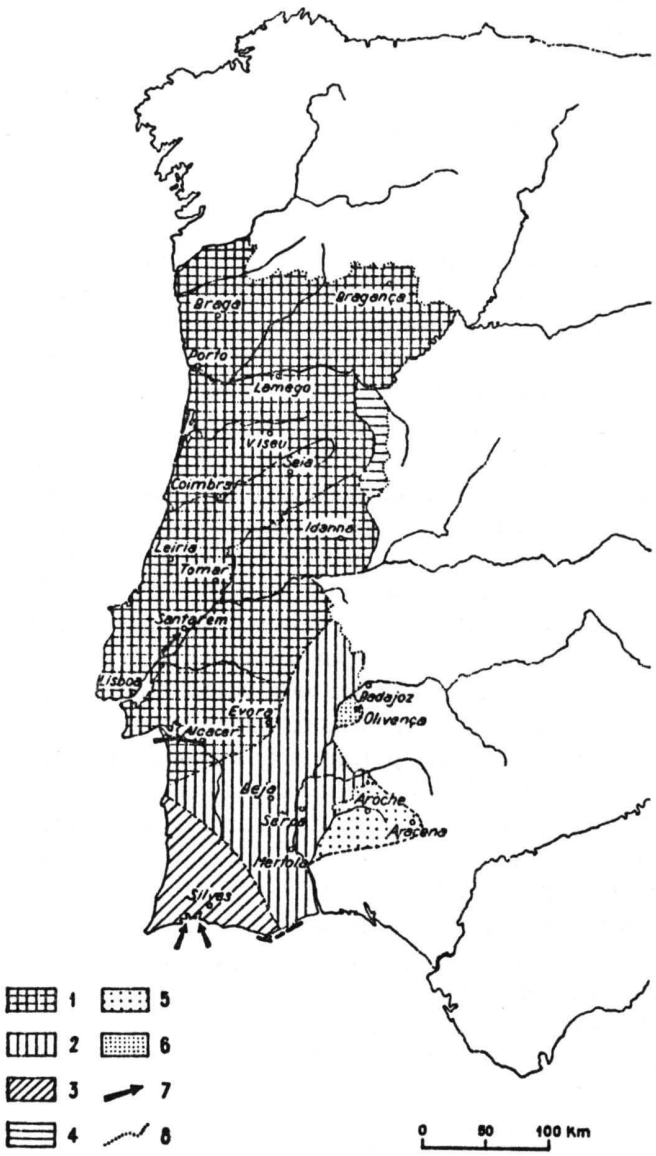
(Extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

operações terrestres — e por isso todas estas conquistas se perderam —, outra, ao longo do Guadiana, procurando os portugueses, a despeito dos acordos com Castela, firmar o seu domínio em ambas as margens (fig. 5). Os cruzados colaboraram na conquista de Alvor e de Silves, a mais rica e poderosa cidade do Algarve, na defesa de Santarém e na ocupação definitiva de Alcácer do Sal (1217). Quando se tomou esta praça, a única bem defendida pelos mouros, já estes haviam abandonado as terras recuperadas durante a grande invasão de 1190; daí por diante, acompanhando a derrocada do Império almóada, vão caindo sucessivamente em poder dos portugueses as principais terras do Alentejo e, em 1238, inicia-se a ocupação do Algarve Oriental, onde eles penetram pela margem do Guadiana. Nos primeiros tempos do reinado do quinto monarca português, o Ocidente desta província, isolado dos restantes domínios muçulmanos, foi incorporado no território nacional, completando-se assim a reconquista da fachada ocidental da Península (1249).

As principais fases dessa luta duraram século e meio até à consolidação do domínio cristão no Douro, dois séculos do Douro ao Mondego, uns oitenta anos deste rio até ao Tejo e apenas um século para a ocupação do Alentejo e do Algarve. Em 114 anos, durante os cinco primeiros reinados, incorporaram-se no território nacional quase dois terços da sua extensão.

Tudo ao sul do Mondego se passou de maneira diferente do Noroeste. A ocupação árabe foi intensa, profunda e duradoura, sobrevivendo a sua influência, como vimos, à dominação muçulmana. Sem embargo, faltava aqui a densa população rural que, desde o tempo dos castros, povoou a região ao norte do Vouga. Apenas na Estremadura e no Algarve haveria extensões de «campo» onde uma cobertura de povoamento contínuo acompanhava a utilização regular do solo. Na maior área do Alentejo e da Beira Baixa predominavam os núcleos de população concentrados e distantes; alguns constituíam cidades ricas e populosas, que remontavam à época romana, com seu âmbito de hortas e pomares e uma cintura de searas, formando como que ilhas no meio de vastos descampados. Assolados por século e meio de lutas, os territórios do Sul de Portugal não conheceram os longos períodos de acalmia que, ao norte do Mondego, separaram as principais operações militares, favorecendo a estabilidade da vida rural. Além do fluxo e refluxo das armas cristãs, sofreram as lutas armadas entre os senhores muçulmanos, que, durante os dois períodos dos reinos de taifas, estalavam ao menor

Fig. 5 — A RECONQUISTA APÓS D. AFONSO HENRIQUES



1. Territórios conquistados até 1185
2. Territórios conquistados entre 1185 e 1249
3. Territórios conquistados em 1249
4. Comarca de Ribacoa, incorporada em 1295
5. Conquistas episódicas na segunda metade do séc. XIII
6. Área de Olivença, portuguesa de 1297 a 1657 e de 1668 a 1801
7. Armadas de cruzados
8. Fronteira de Portugal

(Extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

pretexto. As invasões de almorávidas e almóadas, gente fanática, intolerante e grosseira, vinda dos confins de Marrocos, pesaram duramente na maneira de viver dos cristãos, a quem não respeitavam nem a fé nem os usos. Assolados pela guerra, com os campos à roda talados pelos exércitos, muitos lugares devem ter vivido, pelo espaço de algumas gerações, na insegurança das pessoas e dos bens: arruinadas as povoações, foragida a escassa população rural, constituíram-se vastos ermos sem cultura e sem dono.

Nesta «terra de ninguém», sem se embaraçarem com divisões de propriedades ou contestações de posse, talharam os primeiros reis enormes doações às ordens militares, bens de mosteiros e latifúndios dos grandes senhores (fig. 6). E, assim, não admira que tanto os quadros da administração como os limites das propriedades precedessem muitas vezes a ocupação efectiva do solo ou, pelo menos, a organização da vida rural.

A riqueza fundiária, que no Noroeste era constituída por múltiplas parcelas cultivadas, compõe-se aqui de enormes extensões contínuas, embora desaproveitadas: a herdade de Pedrógão, doada por D. Afonso Henriques a três nobres em recompensa de serviços, ia da Serra da Lousã até ao Zêzere, por cabeços de xisto pela maior parte incultos e despovoados; o território de Açafa, cedido por D. Sancho I aos Templários, em 1198, media, de Idanha (a Velha) aos limites do castelo de Belver, quase 100 km de comprido, abrangendo terras de ambos os lados do Tejo; a *hereditas* real que serviu de núcleo ao couto do Mosteiro de Alcobaça ia da Serra dos Candeeiros até ao mar, numa largura de 20 km, pela maior parte de denso matagal.

Da mesma forma, é desmesurada a extensão dos termos municipais, que depois se fragmentam e dão origem a outros concelhos: o da Covilhã (1186), por exemplo, abrangia a área da Serra da Estrela ao Tejo (mais de 80 km de largo) e dele se desmembraram em 37 anos oito novos grémios municipais. Évora, defendida com energia pelos freires da Ordem de Calatrava, várias vezes isolada durante as invasões almóadas, constituía o asilo «dos que fugiam da servidão dos sarracenos»; do seu vastíssimo termo, que chegava ao Guadiana e aos actuais limites com os distritos de Beja e Santarém, desmembraram-se, no século XIII, nada menos de doze concelhos.

Além do alfoz das povoações principais, nem todo o Sul do País seria constituído pelos ermos a que se faz referência. Certas circunscrições passaram, sem grande alteração de limites, ao domínio cristão. No

centro da Estremadura, Santarém, Óbidos, Torres Vedras, Alenquer, Lisboa e Sintra eram já, no tempo dos árabes, os principais núcleos de administração, e assim continuaram depois da Reconquista, fundando-se apenas um, como o nome indica: Torres Novas. No Algarve, «as principais povoações e fortalezas da província tinham já existência no período sarraceno e foram incorporadas no reino de Portugal em pleno desenvolvimento, muitas delas até com os mesmos limites do domínio anterior» (Rui de Azevedo). Tanto nesta região como na Estremadura Central, os nomes de lugares de origem árabe são abundantes e mostram, através da sua persistência, a continuidade da população que os utilizou.

A despeito de guerras, ruínas e vexações a que os sujeitou o fanatismo dos conquistadores marroquinos, os moçárabes mantiveram-se nas povoações do Sul, constituindo, depois da Reconquista, o núcleo da sua população; do mesmo modo, ora como escravos aprisionados nos combates, ora como pequenos agricultores e artífices que capitularam, permaneceram mouros, que em uma dezena das principais cidades e vilas do Sul tiveram garantidos por forais régios a liberdade e a posse dos bens.

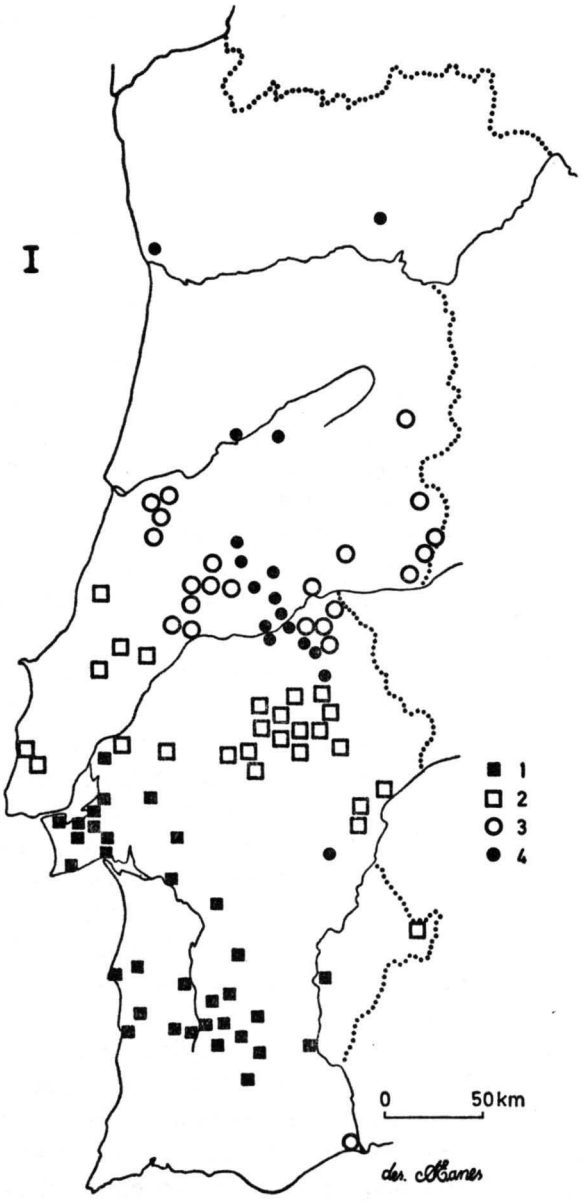
A organização do País

A faixa ocidental compreendida entre o Minho e o Mondego, com a sua população densa e os seus quadros sociais estabelecidos desde cedo, desempenhou papel preponderante na constituição do novo Estado. Do Noroeste saiu a nobreza dos primeiros séculos da Monarquia, os monges-cavaleiros, os senhores que iam ganhando bens com os progressos da Reconquista e para os lugares do Sul traziam parte da sua clientela rural. «Os solares da nobreza estavam principalmente situados em Entre Douro e Minho» (Gama Barros), com as suas terras privilegiadas e os encargos que pesavam sobre a população rural; por essa razão, não floresceram aqui, como no resto do País, as instituições municipais sob cuja protecção se constituíam os grémios de homens livres.

As cartas de foral não podem ser consideradas em bloco: umas «organizavam» povoações existentes, outras «congregavam» a gente dispersa pelo termo do concelho, algumas tinham por fim «povoar» lugares abandonados ou «fundar» povoações em sítios onde não as havia. Dos diferentes casos há várias amostras; contudo, nem sempre é fácil, através dos formulários diplomáticos, discernir a que tipo pertence determinado foral. Mas todos eles indicam que, à roda duma vila, às

Fig. 6 — FACTORES DE POVOAMENTO NA ÉPOCA PORTUGUESA

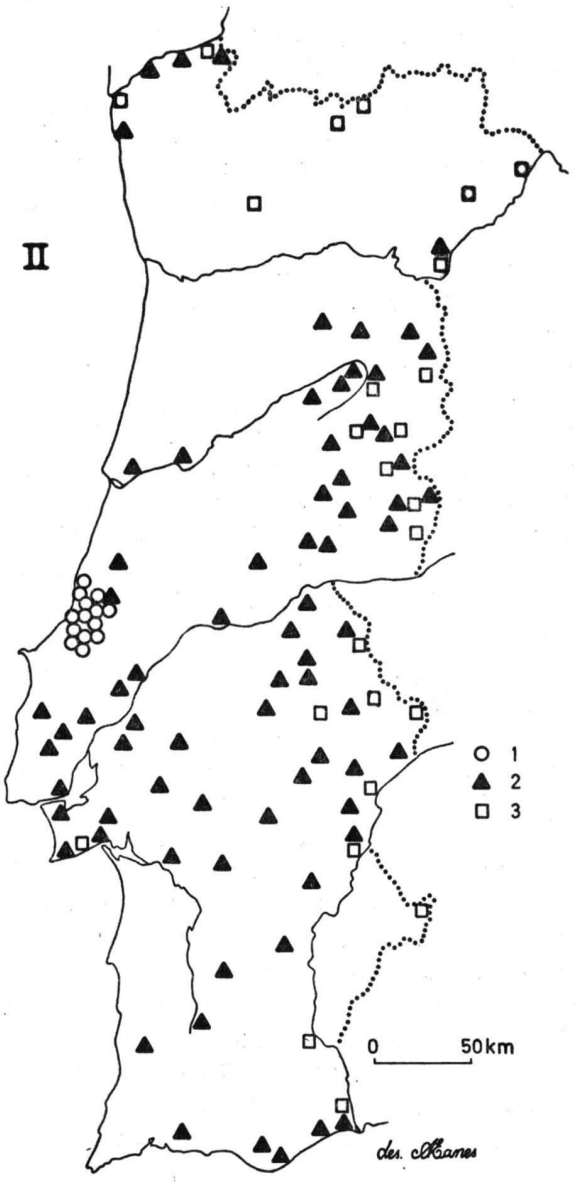
I — Terras das ordens militares



1. Ordem de Santiago.
2. Ordem de Avis
3. Ordem de Cristo
4. Priorado do Crato

Fig. 6 — FACTORES DE POVOAMENTO NA ÉPOCA PORTUGUESA

II — Outros



1. Coutos de Alcobaça
2. Concelhos do tipo dito «perfeito»
3. Coutos

(Elementos colhidos em Gama Barros, Leite de Vasconcellos, Paulo Merêa e Ruy de Azevedo, em parte cartografados pelos três últimos autores)

vezes minúscula, se organiza a vida de um território. Há exemplos de forais concedidos a grupos de três a dez povoadores, e até a uma só família, certamente para ela reunir colonos, constituindo com eles o grémio municipal.

As cartas de aforamento colectivo não concediam as regalias do foral; mas asseguravam a partilha dos direitos de domínio entre os trabalhadores da terra, uns que já aí existiam, outros que com esta regalia se pretendia atrair. «Qualquer das hipóteses pressupõe habitantes espalhados pelo país e inculca o aparecimento de casais e vilares onde dantes os não havia. As povoações, que deviam a sua origem aos aforamentos, foram decerto em muitos casos o embrião de futuros concelhos.» (Gama Barros.)

Para o mesmo período é muito menor o número de forais e de cartas de aforamento concedidas em Entre Douro e Minho do que em Trás-os-Montes: respectivamente 18 e 50 para o primeiro e 69 e 80 para o segundo. Os mosteiros, os coutos e honras da nobreza eram numerosos no Ocidente, partilhando entre si as terras privilegiadas, entre as quais se insinuavam os bens régios, tantas vezes usurpados pela ambição dos poderosos; pelo contrário, no interior e no Sul procura-se, com a concessão das regalias municipais e de aforamentos, incrementar a escassa população, reunindo gente que assegure o cultivo da terra e a defensão do País.

A distribuição dos concelhos do tipo dito «perfeito», instituídos dum jacto em lugares sem tradição municipal e seguindo, portanto, apenas três modelos, indica claramente a área que, na época portuguesa, mais carecia de centros de organização (fig. 6-II), apenas 3 ao longo do Minho, um na foz do Lima, outro na fronteira do Douro, contra 15 no baixo Mondego, Estremadura e baixo Tejo, 21 no Oriente da Beira, 32 no Alentejo (*l. s.*) e 5 no Algarve; a 5 em «terras antigas» opõem-se 73 em «terras novas», onde outro factor de organização vai também desempenhar papel de relevo.

No Oriente da Beira, as noticias da Reconquista são escassas; enquanto se organizava a faixa de entre Mondego e Tejo, estes lugares permaneceram esquecidos ou abandonados, e só nos últimos decénios do século XII nos aparecem os primeiros forais e as doações efectivas à Ordem dos Templários (fig. 6-I). Na organização dos territórios conquistados durante a época portuguesa tiveram papel fundamental as ordens militares, assegurando a defesa, com a sua milícia disciplinada e aguerrida e uma cintura de castelos, e promovendo o povoamento e

agricultura de lugares ermos ou assolados pela guerra. Todas de origem estrangeira — francesa ou peninsular —, tomaram depois feição nacional, repartindo entre si, à medida que as conquistas progrediam para o sul, vastíssimas doações territoriais e múltiplos privilégios, confirmados e alargados sucessivamente pelos reis.

A dos Templários, depois transformada em Ordem de Cristo, foi a primeira a estabelecer-se em Portugal. As suas terras e fortalezas, apoiadas nos relevos calcários do Norte da Estremadura, cobriam a linha do Mondego; contornavam o maciço antigo, guardando a entrada das gargantas do alto Tejo e a depressão periférica por onde comunicam os vales destes dois rios; e ocupavam os descampados da Beira Baixa, que se foram povoando à sombra dos seus castelos. Senhora de 21 vilas e povoações, foi com a sua imensa riqueza que o infante D. Henrique, grão-mestre da ordem, pôde custear os descobrimentos marítimos.

A Ordem do Hospital estabeleceu-se em Portugal quase pela mesma época que a do Templo, formando os seus domínios uma cunha entre as terras daquela ordem, desde o Zêzere até à sede do priorado (Crato).

A Ordem de Calatrava fixou-se em Évora em seguida à conquista desta cidade, que, eficazmente defendida pela sua milícia, resistiu a todos os ataques muçulmanos, isolada por várias vezes dos territórios cristãos. Com o Mestrado de Avis formava um território contínuo através do Ribatejo e Alto Alentejo e possuía alguns lugares meridionais.

Mas a que recebeu mais vastos domínios foi a Ordem de Sant'Iago — mais de um terço da região ao sul do Tejo; Palmela, sede do seu mestrado, alcandorada num contraforte da Arrábida, como que guarda a entrada das planuras meridionais, onde se deve à acção dos seus freires a consolidação das últimas conquistas; foi sob a direcção de um mestre da ordem que se acabou de ocupar o Algarve.

Além de enormes domínios rurais, as ordens militares senhorearam muitas terras, fundaram outras, concedendo, tal como os reis, forais e regalias às povoações.

No povoamento da Estremadura teve acção preponderante a abadia cisterciense de Alcobaça, fundada em 1153, num latifúndio real constituído, pela maior parte, de terrenos bravios e desertos (fig. 6-II). Os monges aplicaram na região os seus métodos de colonização agrícola, arroteando charnecas e matagais, secando brejos, desenvolvendo culturas (oliveira e outras árvores de fruto) e fixando, à roda das suas granjas, a população, que dirigiam ou assistiam nos trabalhos agrícolas. Assim se

vieram a constituir as 14 vilas que, entre o Maciço Calcário Estremenho e o mar, formavam os «coutos» do mais opulento mosteiro português.

A fronteira, assolada por guerras frequentes, era um lugar de insegurança onde permaneceram grandes tractos desertos. Para promoverem a fixação de gente em torno dos seus castelos, criaram os soberanos os «coutos de homiziados», a que se acolhiam os criminosos, gozando de impunidade e podendo, em certos prazos, sair fora e tratar dos seus negócios (fig. 6-II). Esta disposição, que as terras tinham por privilégio, criou ao longo da raia um cordão de lugares fortes, povoados por homens decididos a defender, com eles, a sua liberdade.

A população do Noroeste deve ter contribuído largamente para o incremento de todos estes lugares: sabe-se, por exemplo, que no século XIII vieram minhotos para Sortelha, na raia da Beira Baixa, e povoaram Vidigueira, no Alentejo. São raras as notícias de análogas deslocações, mas a esta expansão da gente da sua área mais densa se tem atribuído generalizarem-se a todo o território português as instituições, os usos e a língua que, com notável uniformidade, dominam ou dominaram no interior das suas fronteiras.

A fronteira e a língua

A fronteira portuguesa, fixada nas linhas gerais quando terminou a Reconquista, é o mais antigo limite político mundial, perdurando há sete séculos com essa função. Regular no traçado, grosseiramente paralela à linha de costa, desenha com esta um rectângulo alongado no sentido do meridiano, que constitui uma das figuras de Estado mais harmoniosas e mais simples.

Ao norte do Douro, a fronteira ajusta-se aos confins da *Terra Portugalense*, que, desde o meado do século XI, chegava ao Minho e se foi alargando para o interior. A despeito de reiteradas ambições e episódicas conquistas portuguesas, aquele rio constituiu o primeiro elemento a fixar-se na divisória dos Estados peninsulares. Desconhecem-se as circunstâncias em que se foi estabelecendo, através de serras e vales, até à curva do Douro, a demarcação da raia. A «tenência» de Astorga, pela qual Afonso Henriques se constituía vassalo do rei de Leão, não foi incorporada no território português, eliminando-se assim a área que mais se internava pelo interior da Península.

Atribui-se a um equilíbrio de forças entre o Estado do Ocidente e o reino de Leão (ou Leão e Castela), durante a progressão da Reconquista para o sul, o traçado regular da fronteira oriental. Em parte parece ter reencontrado antigos limites romanos. Mas, por várias vezes, os portugueses tentaram lançar promontórios através da Estremadura espanhola: conquistas de Geraldo Sem-Pavor, perdidas em seguida, tentativas frustradas para se fixarem em Badajoz, contendas pela possa da margem esquerda do Guadiana. Parece que um convénio entre o primeiro rei português e Fernando II determinava que este rio servisse de limite entre as terras tomadas ao mouros; mas ele não foi respeitado pelos descendentes de ambos os soberanos. Pelo tratado de Badajoz de 1267, que pôs termo a muitos anos de discórdias, Afonso X desistiu das pretensões sobre o reino do Algarve, fixando-se a fronteira pelo Guadiana, desde a confluência com o Caia até ao mar. Portugal perdia assim, a oriente deste rio, todas as terras que iam até Aracena; mas a guerra acendeu-se por duas vezes pela disputa destes lugares; ela deu pretexto, em 1296, a incorporar no reino de Portugal a comarca de Ribacoa (entre o rio Côa e a fronteira actual); pela paz de Alcañices, celebrada no ano seguinte, estabeleceu-se ao sul do Douro o traçado que, com pequenas alterações, chegou aos nossos dias (fig. 5). Esta notável fixidez de limites não impediu que, por duas vezes, a independência de Portugal corresse perigo perante as pretensões de hegemonia peninsular. No fim do século XIV, um grave problema de sucessão dinástica embrechou-se numa longa série de lutas com Castela. Considera-se em geral a tenaz resistência portuguesa como afirmação da «consciência nacional»; mas, especialmente no Norte do País, a maioria das terras tomaram voz por Castela e muitos nobres apoiaram o legítimo pretendente castelhano.

Durante os séculos XV e XVI, o pensamento de união dos reinos peninsulares sob o ceptro de um monarca português sorriu também, por várias vezes, à ambição real. Porém, quando Filipe II conseguiu, pela corrupção e pela força das armas, fazer-se aclamar rei de Portugal (1580), o sentimento nacional reagiu a todas as tentativas para constituir, para além de uma união de coroas, uma fusão de Estados. Restaurada a independência em 1640, consolidada por uma guerra longa e por um jogo de alianças em que a Inglaterra desempenhará papel preponderante, o dualismo político da Península restabeleceu-se tal como ficara constituído no fim do século XV, pela hegemonia castelhana sobre a variedade de povos e de terras que formam a Espanha.

Na maior parte da sua extensão, a fronteira segue linhas de água; mas atravessa indiferentemente grandes vales (como o do Lima e do Tâmega), maciços montanhosos (Gerês, S. Mamede) ou extensões de planura, onde apenas os marcos separam uma terra lisa, unida e igual (Beira, Alentejo).

As unidades geográficas de Espanha penetram no território português, engastando-o fortemente no conjunto peninsular: mesetas do Oriente de Trás-os-Montes e da Beira, que se quebram de encontro às deslocações do Centro do País, Cordilheira Central, divisória transversal de regiões naturais até 50 km do mar, peneplanície do Sul de Portugal, continuação da Estremadura espanhola, onde vêm perder-se, junto da raia, as montanhas que animam a grandiosa regularidade do seu relevo… Mas é impossível deixar de considerar a importância do curso dos rios na fixação do limite político. As inflexões do Douro, a jusante de Zamora, e do Guadiana, a jusante de Badajoz, constituem estremas da terra portuguesa; por outro lado, onde os rios deixam de correr em planaltos e se metem por fundas gargantas, eles podem constituir, além de uma divisória, uma defesa.

A raia chegou geralmente até onde se propagaram os ciclos de erosão recentes, determinando o encaixe dos rios e um ritmo mais vivo das águas correntes. Mas é certo também que o Guadiana tem as gargantas mais selvagens e profundas no troço português, correndo entre margens acessíveis na maior extensão que serve de fronteira. Entre muitos obstáculos que encontrou na sua expansão para oriente, a raia apoiou-se às vezes nos últimos: onde os rios não separam, pela meseta da Guarda e pela planura do Alto Alentejo penetrou o maior número de invasões. Assim, a fronteira está longe de constituir um limite natural; mas forma hoje uma perfeita divisória de povos, separando duas áreas linguísticas que coincidem com ela da maneira mais absoluta, pois apenas alguns falares raianos (mirandês, barranquenho) se empregam, no campo e no lar, a par da língua corrente.

Se os limites e unidade do português resultam em grande parte da vida em comum dentro de uma antiga fronteira, é possível fazer ascender a tempos anteriores a diferenciação do falar do Ocidente.

Duas correntes de romanização, provenientes de diferentes regiões da Itália, ao penetrarem pelo Ebro e pelo Guadalquivir, teriam introduzido no latim vulgar do Leste e do Oeste da Hispânia modalidades dialectais importadas pelos colonizadores. Quando esta língua se transformou a pouco e pouco no romance, a unidade do reino suevo, calcada

em parte sobre divisões administrativas romanas (que, por sua vez, parecem coincidir com antigos limites culturais), determina, para os falares do Noroeste, formas especiais de evolução. Foi o mais ocidental desses falares, comum à Galiza e ao território portugalense, que a Reconquista portuguesa propagou para o sul. Aqui, ele veio sobrepor-se aos dialectos moçárabes, que se sabe terem subsistido durante toda a duração do domínio muçulmano. Através da variedade de formas, muitas vezes contraditórias, que mostra o português medieval, é provável que transpareçam estas duas camadas históricas. Mas, quando se desenvolveu a Reconquista portuguesa, começava também a expansão do castelhano e a sua luta pela hegemonia. Daí a natureza diferente das fronteiras entre esta língua e o português, nítidas no Sul, separando os falares pelo limite político dos povos, mais frouxas no Norte, onde se observa, na mesma época, uma «lenta transição, por línguas intermédias, do português para o espanhol» (Harri Meier). As formas próprias ao galego-português, comuns em parte aos dialectos moçárabes meridionais, tiveram assim uma área que ultrapassava as fronteiras no novo Estado.

Até ao século XV o Minho não constitui nenhum limite linguístico importante, e ainda hoje o galego, a despeito de forte contaminação castelhana, não é mais do que um dialecto arcaizante do português, que o renascimento poético da segunda metade do século XIX enriqueceu de ressonâncias de lirismo «lusitano». Quanto aos outros falares aparentados com este, usados em Leão e no Ocidente das Astúrias, foram absorvidos pelo castelhano e apenas deixaram, nas camadas profundas dos dialectos populares, ténues vestígios. Deste modo — se a comunidade de língua é o mais forte elemento de coesão de certos grupos humanos —, o Estado português parece ter-se estabelecido no interior de uma nacionalidade *possível*. Separado da Galiza pelas vicissitudes da Reconquista, retraiu-se em relação aos limites das áreas culturais que vão avivando, desde os tempos megalíticos, a imagem do «Ocidente» ibérico.

O carácter nacional, amalgamado aos poucos neste cadinho de civilizações, adquire, com a história especificamente portuguesa, o mais claro da sua expressão. «Assim puderam longamente amadurecer, ao abrigo de fronteiras que são as mais velhas da Europa, os traços próprios da alma portuguesa e que a individualizam tão nitidamente em relação aos seus vizinhos peninsulares. Dum lado, um povo orgulhoso e exaltado, pronto para todos os sacrifícios e para todas as violências que

lhe inspirará a preocupação da dignidade; do outro lado, mais melancolia e mais indecisão, mais sensibilidade ao encanto das mulheres e das crianças, uma humanidade verdadeira onde se reconhece um dos tesouros mais preciosos do património da nossa velha Europa ocidental.» (Pierre Birot.)

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Luís GONZAGA de, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1935.

AZEVEDO, Ruy de, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 7-64.

BASTO, Artur de MAGALHAES, «A fronteira hispano-portuguesa», In *O Instituto*, Coimbra, 1923.

BARROS, Henrique da GAMA, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed., t. IV, Lisboa, 1947

BOSCH GIMPERA P., *La Formación de los Pueblos de España*, México, 1945.

CARVALHO, Joaquim de, *A Cultura Castreja — Sua Interpretação Sociológica*, sep. da revista *Ocidente*, 1946.

CASTRO, *Américo, La Realidad Histórica de España*, México, 1962.

CASTRO, Luís VIEIRA de, *A Formação de Portugal*, Funchal, 1938.

CORREIA, A. A. MENDES, «A Lusitânia pré-romana», in *História de Portugal*, ed. Barcelos, t. I, 1928.

Os Povos Primitivos da Lusitânia, Porto, 1924.

Raízes de Portugal, 2.ª ed., Lisboa, 1944.

Raças do Império, Porto, (com um resumo da antropologia portuguesa).

CORTESÃO, Jaime, «Factores democráticos na formação de Portugal», in *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1930 (publicado em volume, Lisboa, 1964).

COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959.

DAVID, Pierre, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle*, Lisboa-Paris, 1947.

DIAS, Jorge, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, Coimbra, 1948.

LAUTENSACH, Hermann, «A individualidade geográfica de Portugal no conjunto de Península Ibérica», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1932.

Portugal auf Grund eigener Reisen und der Literatur, 2 vols., Gotha, 1932, 1937.

LOPES, David, «Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano», In *Boletim de 2.ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, III, 1909-10, IV, 1910-11.

MEIER, Harri, «A formação da língua portuguesa», in *Ensaios de Filologia Românica*, Lisboa, 1948.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Origenes del Español*, Madrid, 1929.

Los Españoles en la Historia, Buenos Aires, 1959.

MEREIA, Paulo, «De Portucale civitas ao Portugal de D. Henrique», in *Biblos*, XIX, 1943 (condensa os trabalhos anteriores).
PERES, Damião, *História de Portugal*, ed. Barcelos, t. I, 1928.
Como Nasceu Portugal, 3ª ed., Barcelos, 1938.
RIBEIRO, Orlando, *La Formation du Portugal*, Bruxelas, 1939.
Portugal, vol. V de Geografia de España y Portugal, Barcelona, 1955.
SAMPAIO, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos*, t. I, Porto, 1923.
SÁNCHEZ-ALBORNOZ, *España: un enigma histórico*, Buenos Aires, 1956.
SOARES, Torquato de SOUSA, «O repovoamento do Norte de Portugal no século IX», in *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, 1940.
Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal, Coimbra, 1962.
STANISLAWSKI, Dan, *The Individuality of Portugal*, Austin, 1959.
VASCONCELLOS, José LEITE de, *Religiões da Lusitânia*, 3 tomos, Lisboa, 1897-1923.
Etnografia Portuguesa, Lisboa, 1936, 4 vols., especialmente o II e o IV.

SOBRE AS ORIGENS DE PORTUGAL

O condicionamento mais ou menos remoto de um corpo político que toma forma e autonomia no princípio do século XII não pode deixar de preocupar os geógrafos, pela sua precoce unidade e pela definição da mais antiga fronteira que se conhece. Torquato de Sousa Soares dedicou-lhe dois livros [1]; arredando as incertezas da pré-história, começa com o famoso poema de Avieno, *Ora Marítima*, cujas fontes remontam provavelmente ao século VI a. C., utilizando a exaustiva bibliografia dos autores antigos e dos seus comentadores modernos. Estas emaranhadas origens cobrem assim quase dois milénios de história, muito obscura e por vezes confusa antes da ocupação romana da Península.

Sem pretender seguir a minuciosa enumeração do autor [2], apontaremos alguns factos relevantes: navegação oceânica em barcos feitos de pele (de que é lícito duvidar por motivos técnicos, usando-se provavelmente estas embarcações apenas nos estuários e nos rios), estuário do rio Mira que dá saída a uma rica região mineira. Se os cónios podem ter dado o nome a Conimbriga é inconcebível a filiação de Anégia, território medieval do baixo Douro, em Ana, nome antigo do Guadiana e elemento persistente na forma árabe. Os cónios eram distintos dos celtas e dos tartéssios, talvez iberos, e a sua filiação na civilização megalítica (3.º e 2.° milénios a. C.) é puramente gratuita, como gratuita é a afirmação de que os monumentos megalíticos se encontram principalmente no Algarve (na verdade em toda a fachada ocidental da Península); a identidade do tipo somático português actual com o da civilização megalítica, por sua vez diferente da gente de Muge, é uma das

[1] *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, tomo I, Coimbra, 1962 e *Contribuição para o Estudo das Origens do Povo Português*, Sá da Bandeira, 1970. É estranho que aquele tomo tenha sido refundido e não continuado, tão pouco tempo depois.

[2] Basta apontar que as notas ocupam mais páginas que o texto, interrompendo a sequência do relato. A bibliografia histórica, utilizada em rodapé e enumerada no fim do volume, é muito completa e actualizada, constituindo excelente orientação do leitor para a qual se remete. São portanto mais sensíveis as lacunas apontadas nesta recensão.

fantasias de Mendes Correia, sabendo-se como são escassos os elementos antropológicos dessa época, que não autorizam tão aventurosa conclusão.

O limite entre os *conventi* lucense e bracarense é «uma fronteira mantida com impressionante estabilidade», pois separava os calaicos dos artabros antes da ocupação romana do Noroeste peninsular. No entanto, a despeito de várias flutuações devidas à ambição dos condes de Portugal, a separação entre este território e o da Galiza acabou por fazer-se, por vicissitudes que é impossível rastrear, ao sul daquele limite.

A situação ao norte do Douro, ou talvez do Vouga, parece ser a de muitos povos e poucos centros urbanos; ao sul, até ao Tejo, persistiria o regime tribal anterior «com uma incipiente organização urbana». Na «mesopotâmia» entre o Tejo e o Guadiana, além das relações marítimas, existiam caminhos terrestres que punham Tartessos em comunicação com as margens daquele rio, duplicando assim as rotas marítimas. É provável (mas o autor não o diz) que às influências mediterrâneas se possa atribuir o maior número de povoados de fisionomia urbana nesta área.

O Guadiana não era uma fronteira contínua: uma via ligara Serpa a *Arucci* (Aroche) e uma estação chamada *Fines* [3], umas vinte milhas a leste do rio, mostra que o limite da Lusitânia desenhava aí uma ansa, muito menor contudo do que a chamada Margem Esquerda ou Além-Guadiana, por onde D. Afonso III lançou um promontório até Aroche e Aracena, aquando da conquista do Algarve. Outro exemplo de importantes alterações entre as divisões administrativas romanas e a raia entre Portugal e Castela. O Guadiana tão-pouco parece ter sido uma divisória de povos pré-romanos, pois o celtas chegaram até ao Guadalquivir, a despeito da existência dos tartéssios.

A Lusitânia, cujos produtos são louvados e taxados, indica «uma economia agrária alimentada por uma próspera actividade minero-metalúrgica, em íntima relação, por via marítima ou terrestre, com as actividades mercantis dos tartéssios e, através deles, dos lígures e das colónias focenses do Mediterrâneo ocidental». As reservas de A. Schulten, impugnadas por Torquato Soares, parecem pertinentes: a linha de montanhas ao norte do Tejo separava a economia cerealífera e ganadeira de tipo latifundiário (além da riqueza mineira) da terra áspera onde os habitantes praticavam a pilhagem para subsistir.

«Mas da persistência e intensificação de actividades assim ao longo de alguns séculos, não havia de resultar apenas a elevação do nível de

[3] E. Albertini, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, Paris, 1923.

vida da gente do País; resultaria também, certamente, a fusão de elementos díspares, o que originaria a formação ou o revigoramento de uma consciência colectiva e, consequentemente, de um verdadeiro espírito de fronteira, que não podia deixar de concorrer para lhe imprimir carácter.»

Espírito de fronteira que afinal separava povos de idêntica origem e influências da mesma civilização? Aqui está uma peremptória conclusão que as premissas de modo nenhum autorizam.

«A expansão espectacular dos lusitanos», facilitada pelo uso de armas de ferro (lanças e zagaias em forma de harpão), parece antes explicar-se pelo hábito de guerrilhas e pilhagens, que punham em perigo os latifúndios do Sul. O autor aceita o espírito de fronteira mas nega a manifestação de um sentimento nacional nas guerras de Viriato. Estranha hipercrítica, pois este chefe de salteadores conseguiu organizar a resistência e submeter à sua autoridade «a mais forte das nações ibéricas e a que mais tempo lutou contra os romanos» (Estrabão). E afinal logo se desmente: «Não obstante, o facto de os lusitanos terem conseguido impor, mais ou menos efectivamente, a sua autoridade desde o Tejo ao Letes, se é certo que contribuiu para perturbar a actividade económica dos povos a eles submetidos — especialmente as populações fixadas entre o Tejo e o Douro, que tinham atingido mais alto nível cultural — certo é também que favoreceu a incorporação, nessa comunidade humana, dos habitantes de uma vasta zona montanhosa, de espírito altivo e audaz, que haviam de ocupar uma posição de particular relevo no longo processo de formação do futuro povo português. É que, em face do profundo abalo provocado, séculos depois, pela invasão muçulmana e pela reconquista cristã, foi justamente nessa região, onde, como veremos, melhor se conseguiu manter a respectiva população, que traços arcaizantes marcam indelevelmente.»

Estrabão e outros autores antigos consideram os lusitanos como iberos; autores modernos dão aos celtas uma importância que os textos nem sempre parecem autorizar. Para Bosch Gimpera, citado por Torquato Soares, «ao desfazer-se o domínio céltico, ressurgem muitos povos indígenas da Hispânia com o favor dos romanos, que restabelecem frequentemente antigos limites, e que parecem seguir, em geral, uma política anticéltica» (conclusão sem dúvida aliciante mas que o leitor estimaria ver apoiada em provas). O fim das devastações de Viriato teria permitido o ressurgimento dos povos agricultores e ganadeiros por ele ameaçados. Aceita-se que sobre a revivescência de populações diversas

quando se acabou a hegemonia céltica, a romanização foi impondo progressivamente a uniformidade dos seus padrões de civilização.

A pacificação da Lusitânia durou mais de um século, a criação da província com este nome, que começou por abranger todo o Ocidente da Península, obedeceria a motivos estratégicos, bem como a da Callaecia, desmembrada daquela mas gozando de autonomia na Terraconense (nem doutro modo podia ser, dada a sua posição remota). Com a paz romana teria havido transferência de gente do norte para o sul do Tejo (Ptolomeu) — equivalente, em forma pacífica, às razias dos lusitanos. Começa a romanização, com a descida da gente das fortificações na coroa dos montes para lugares baixos e abertos (seriam propriamente aldeias, uma vez que as cidades romanas ou romanizadas têm sempre recintos murados). O processo culminou com a fundação de cidades por colonos romanos ou romanizados e gozando plenamente dos privilégios das cidades romanas: entre nós houve três, Scalabis, talvez perto de Moron (*ubi*?), Pax Iulia (mas Estrabão dá-a como fundada pelos túrdulos) e Braccara Augusta, antigo *oppidum* dos bráccaros. Todas foram sedes de *conventi* (e todas estão longe do mar, em «lugares de atracção» e encruzilhadas [4], donde podiam irradiar as legiões e uma administração essencialmente terrestre; organizadas à romana, todas têm afinal raiz antiga). As novas funções incrementavam o negócio e favoreciam o convívio, robustecendo laços morais anteriores: «a meia distância entre a *civitas* e a província, que são para Roma as duas realidades essenciais, o *conventus* tem uma existência própria, que resulta da constância das relações judiciais, económicas e religiosas» (Albertini cit. por Torquato Soares). O *conventus* escalabitano abrangia a área enorme entre o Tejo e o Douro e confinava com Emerita, no país dos vetões, afins mas distintos. (É duvidoso que esta pequena diferença étnica justificasse a separação de dois *conventi*). O problema da filiação étnica dos lusitanos é demasiadamente controvertido para se poder considerá-los como celtas. «Mas a constituição de uma verdadeira comunidade humana, com características próprias, bem definidas, é obra dos romanos, que, ao contrário desse povo, a realizaram partindo dos aglomerados urbanos fixados na faixa litoral para o interior.»

[4] Quase se estaria tentado a falar de «lugares centrais» que têm, como nos casos de Scalabis e Mérida, uma posição de confim na respectiva divisão administrativa. Já Pax e Braccara estão no centro das suas circunscrições.

O que parece muito contestável. A despeito de grande número de cidades no Ocidente, a «atlantização do povoamento», em que Jaime Cortesão insistiu (Torquato Soares não o cita), é uma situação anterior e os romanos preferiram organizar as terras sertanejas: não é por acaso que a capital da Lusitânia está em Emerita e não em Olisipo, as sedes dos *conventi* do território português em Pax e não Salacia, em Scalabis e não Olisipo, em Braccara e não Calem. E. Albertini mostrou, num trabalho magistral sobre as divisões administrativas da Hispânia romana, como é difícil traçá-las com precisão: Hübner aceita, do Douro ao Guadiana, a coincidência com a fronteira actual, aquele autor admite-a mais a oeste, da Serra da Lapa, oriente da Estrela, até à Serra de São Mamede e ao Guadiana, com a já referida ansa em frente de Serpa. A prefiguração romana da fronteira portuguesa não é um facto, mas uma hipótese sujeita a caução. A unidade moral criada na Lusitânia, a ter existido, abrangia vastas áreas da Estremadura espanhola; o vínculo entre lusitanos e calaicos, aparentados com eles no modo de vida e no feroz espírito de independência, foi quebrado quando a Lusitânia de Augusto foi separada do seu prolongamento tradicional e natural até ao Cantábrico.

«Daí resultaria que, apesar de a divisão provincial romana, que prevaleceu no Ocidente da Hispânia, separar estas três unidades administrativas, nem por isso deixaram de se manter relações entre elas. E essas relações, intensificando-se, muito haviam de contribuir para se radicar uma relativa solidariedade, que cada vez mais acentuaria a feição peculiar de toda a região que se estende desde a foz do Guadiana à ria de Pontevedra, feição essa para que muito contribuiria também o ideal de paz, a que já nos referimos — ideal que os romanos conseguiram impor às populações por eles dominadas, tornando-o verdadeiramente operante.»

A individualidade cultural do Ocidente, tão vincadamente marcada na época megalítica e na vida castreja, não é de modo nenhum criação romana mas herança que a acção civilizadora de Roma não obliterou. As origens de Portugal são, segundo uns, mais remotas, segundo outros mais tardias. O que a nenhum historiador tinha ocorrido foi atribuir à razoira romana as virtualidades criadoras de um povo…

Depois de dois anos de ruínas e assolações, segundo Paulo Orósio, «os bárbaros, execrando as suas espadas, empunham os arados e tratam os hispano-romanos como companheiros e amigos, de tal modo que alguns preferem a pobre liberdade de que disfrutam entre os bárbaros à opressão tributária em que viviam entre os romanos». Segue-se um relato

de lutas, competições de soberania e conversão ao catolicismo que nada adianta ao assunto. O autor, seguindo Sánchez-Albornoz, atribui grande importância aos *conventi*, base de divisões eclesiásticas que, por sua vez, correspondiam a primitivas circunscrições indígenas — afirmação em nenhum lugar demonstrada. Miguel de Oliveira pensa, pelo contrário, que as dioceses nada têm a ver com os *conventi*, mas correspondem a outras relações geográficas e económicas (*civitates*), «embora não haja elementos para o verificar quanto à maior parte das igrejas da Península». Tudo hipóteses gratuitas, meros palpites a que falta a base de encadeamentos e correlações convincentes. A História não pode fazer-se com estas contradições e ausência de rigor, que surpreendem e desorientam.

Organização eclesiástica calcada nas divisões romanas quando os suevos se converteram ao catolicismo? Por um lado, o próprio autor nota que Braga se tornou sede eclesiástica, não porém Santarém e Beja. Por outro, vemos sés inteiramente novas, promovendo o desenvolvimento urbano de povoados até aí secundários ou insignificantes.

Existe aqui um problema que os historiadores se têm dispensado de aflorar: a intensa vida campestre dos suevos, agricultores na origem e tendo efectuado rápida migração só compreensível com o uso de carros (de bois?), introdutores entre nós da cultura de centeio e do arado de carrela, segundo a sugestiva hipótese de Jorge Dias, está de acordo com a retracção geral dos perímetros urbanos nessa época; mas está também em contradição com o aparecimento de cidades novas, com suas sés e cabidos, que foram sempre elementos da vida de relação e de dinamismo urbano. Teria a nova cultura determinado, como o milho graúdo no século XVI, um surto demográfico e, com a organização do território, mais fruste que na época romana, a aparição de novos centros? Tais seriam, segundo Pierre David, os *pagi*, que podiam ter população reduzida mas não disseminada, suficientemente importante para nalguns se ter cunhado moeda na época sueva e visigótica. Sánchez-Albornoz impugnou esta coerente interpretação sempre de acordo com a sua insustentável teoria do «*Despovoamento e repovoamento do vale do Douro*» durante a Reconquista.

É importante notar que a diocese do Porto (fundada entre 572 e 582), desmembrada da de Braga, tem área menor e 25 distritos, apenas menos 6 que esta. Isto parece indicar a mais forte densidade da população do Entre Douro e Minho já no século VI e a ela se pode atribuir a criação da nova sé.

O reino suevo, que se manteve por quase dois séculos (411-585), por um lado sobrevivendo, como caso único, às primeiras invasões bárbaras da Península, por outro resistindo à unificação da Espanha visigótica, levanta ao historiador, ao geógrafo e ao etnólogo um problema de que o autor se não apercebeu. Esse estado decalca com notável exactidão a Lusitânia tradicional, antes de desmembrada e alargada pela reforma provincial de Augusto. Dá a impressão que o novo reino, fundado por um povo movediço quando à sua migração se opôs uma barreira de finisterra, se moldou numa forma que a administração romana não conseguira destruir [5]. À argúcia de Pierre David não escapou que muitos dos distritos paroquais suevos «têm nome de grupos étnicos que ou pertencem à toponímia céltica ou correspondem a designação hispano-romanas».

A unificação visigótica da Hispânia permitiu a «restauração das divisões administrativas romanas» ao sul do Douro.

«De resto, só assim se poderá compreender que as grandes circunscrições territoriais pudessem, em geral, manter-se, embora tivessem de se adaptar às novas condições de vida resultantes da invasão sarracena e da reconquista cristã, que, como veremos, haviam de constituir uma prova duríssima da capacidade de resistência da sua população.»

O menos que pode dizer-se deste passo conclusivo é que lhe faltam provas em apoio. Se as dioceses de Conimbriga, Egitania, Emerita, Olisipo, Ebora, Pax Iulia e Ossonoba correspondem a antigas cidades romanas, só duas foram sedes de *conventi*, Scalabis nunca teve sede e Lameco, Caliabrica (Riba-Côa) e Viseu são povoações renovadas, insignificantes localidades se, como parece, remontam à Antiguidade.

O território português parece dividir-se em duas regiões, uma isolada e arcaizante, onde as cidades são raras (apenas Braga e Chaves), a outra mais aberta e com uma economia urbana florescente. J. Leite de Vasconcellos e Alberto Sampaio desenharam com vigor este contraste e nos trabalhos deles me apoiei para o aprofundar e desenvolver. Estranhamente, nenhum destes autores é lembrado nem discutidas as suas ideias; alude-se à «diversidade de condicionalismos geográficos» sem delinear os seus rasgos característicos.

Como, dum modo geral, com a invasão muçulmana, a população do território que mais tarde viria a ser Portugal capitulou, não se teria

[5] Creio que fui o primeiro a chamar a atenção para o assunto em *La Formation du Portugal*, Bruxelas, 1939, retomada em trabalhos posteriores.

provocado qualquer alteração substancial dos seus quadros. Creio ser essa a explicação da persistência de moçárabes não só nas cidades e vilas do Sul mas de um foco tão importante na região de Coimbra e de uma ilha de toponímia árabe em Trás-os-Montes (José Pedro Machado). Mas infiltraram-se largamente no território árabes e berberes, aqueles, principalmente nas aglomerações urbanas e planuras e estes, como horticultores e pomareiros, em regiões montanhosas que recordam o Rife donde muitos seriam originários e para onde os árabes dominantes os escorraçaram.

Torquato Soares retoma o problema das largas conquistas de Afonso I, que dilatou os domínios do pequeno reino asturiense até ao Douro: «*Campos quos dicunt Goticos usque ad flumen Dorium eremavit*» (Crónica Albeldense). Neste passo principalmente se funda a famosa teoria do «ermamento» da Reconquista. Estranhamente, Torquato Soares põe de lado as luminosas reservas de Pierre David para aderir ao seu contraditor Sánchez-Albornoz. Permito-me remeter o leitor para a condensação que fiz do assunto [6] e que não vejo como possa ser impugnada.

Alguns argumentos de tão laboriosa discussão parecem inconsistentes e contraditórios. «De resto, a alusão a *mulinos antiquos*, a que se refere Pierre David, longe de demonstrar a permanência de uma população rural anterior à presúria, não parece indicar senão a existência de velhos moinhos que não estavam em uso, pois, de outro modo, não se mencionariam assim». Isto equivale a considerar que A, morador nas *casas novas*, ocupou ou mesmo fez construir edificações recentes; o que não impede B de morar em *casas velhas*, isto é, «antigas», mas de modo algum necessariamente abandonadas.

Outro argumento é o da tradição do culto de santos venerados em época anterior (a que Pierre David concedeu importância de maneira tão

[6] *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, t. III, pp. 432-451, reproduzido acima neste volume. Uma linha notável de investigadores desde A. Sampaio e Gama Barros a Menéndez Pidal, P. David e Avelino de Jesus da Costa reuniu sólido feixe de argumentos que não podem ser destruídos, apesar das observações de outra linha, de Herculano a Damião Peres, Sánchez-Albornoz e Torquato Soares. P. Merêa, mestre desta época e da «História como Ciência de rigor» (parafraseando a expressão de Husserl relativamente à Filosofia), nunca tomou posição no assunto; especialmente significativa me parece a própria revisão que Menéndez Pidal fez das suas ideias. Ver também O. Ribeiro, «A Propósito das Áreas Lexicais no Território Português», *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1955, a minha mais recente exposição deste tema controvertido.

vigorosa e original) poder persistir em «templos de construção granítica» arruinados por «um abandono secular». Pelo visto são as pedras ruídas, e não os actos de culto, que conservam a tradição dos santos anteriores! Se se mantém uma população arcaizante «desde tempos imemoriais», prestando culto a santos de épocas remotas, não é um argumento contrário aos que vêem despopulação onde apenas teria havido desordem administrativa e urbana?!

Na delimitação do termo de Braga, ordenada pelo bispo e pelo famoso conde Vímara Peres, certos «homens foram encarregados de identificar as demarcações existentes *ab antiquo* e essa missão não deixaria de ser confiada aos habitantes do território se porventura existissem». Mas se eles se tivessem retirado, quem estaria em condições de ministrar essas informações?!

Completamente inaceitável a afirmação de que os terrenos mais ricos só começaram a cultivar-se com o milho graúdo. Este ocupava os lameiros no Verão e foi causa de se erguerem socalcos nas encostas regadas. Estranha agricultura esta que começaria «selectivamente» pelas terras piores… O autor contrapõe à experiência rural de Avelino da Costa generalidades e afirmações gratuitas; muita falta fazem aos historiadores uns laivos de preparação geográfica!

Menéndez Pidal, estudando a distribuição do topónimo *Pola* ou *Puebla* da Galiza até ao Aragão e Catalunha, aceita que se trate de *povoar*, isto é, «sujeitar a uma nova organização político-administrativa uma povoação desorganizada, informe ou porventura dispersa por causa do abalo sofrido com a dominação muçulmana»; faziam-se muitas pueblas *justamente* porque havia com quem povoar as áreas que se iam reorganizando. A aproximar do tipo de concelho que Gama Barros considera não fundado de novo mas resultante da congregação da gente disseminada no seu aro.

Uma embrulhada cronológica parece indicar a restauração, sucessivamente mais moderna, de Coimbra, Portucale e Braga; longe de indicar apenas o afluxo de gente do Sul (moçárabes principalmente), mostra a preocupação de cobrir a extrema fronteiriça antes de reorganizar as dioceses mais ao abrigo das incursões muçulmanas. Pedro Cunha Serra, estranhamente omitido pelo autor, juntou umas quantas notícias de moçárabes do Sul, atestadas em povoações até aos confins da Galiza [7]. Havia assim uma espécie de osmose entre a Hispânia cristã e o Andaluz,

[7] Ver a seguir a análise deste importante estudo.

mas é inaceitável que o progresso da Reconquista e da nova organização do território não trouxesse o progressivo deslocamento da população das regiões mais povoadas para os vastos descampados do Sul, que do Norte «tomou as instituições, os usos e a língua» (Leite de Vasconcellos). Mas, sob estes remoínhos que desorganizavam as cidades, as comunicações e as formas superiores de vida social, o essencial dos povoados rurais permanecia — a despeito da laboriosa e por vezes contraditória argumentação de Sánchez-Albornoz e Torquato Soares.

À presúria do Porto por Vímara Peres (868) parece poder atribuir-se a importância que o autor indica: dominando a passagem principal da via romana, garantia a organização de todo o Ocidente do Lima ao Vouga — núcleo do *território* que daquela cidade tomou o nome; de facto, *Portucale* torna-se mais importante pela posição do que Braga, ilustre pela população e pelas funções tradicionais — sede de *conventus* e metrópole do Noroeste, em rivalidade com a prestigiosa Santiago. Com a «restauração» de Coimbra, dez anos depois, desloca-se para o sul a marca fronteiriça que o Porto deixou de constituir, sem contudo perder o importante papel de centro da organização do vasto território de que sairá Portugal. Notarei que as cidades pré-romanas e romanizadas do Vouga (Talabriga, Lancobriga) se arruinaram para sempre, a ponto de se ter perdido a exacta localização delas. Assim, entre o Porto e Coimbra formou-se um persistente vazio urbano, talvez explicável pelas razias de Almançor e pelas incursões da pirataria normanda e sarracena. Desde o fim do século X «as terras de entre Minho e Mondego apresentam-se já como uma região nitidamente distinta, um centro de interesse muito individualizado» (P. David). Pelo contrário, as dioceses suevas de Lamego, Viseu e o território de Seia incorporam-se, embora com certa independência, ao *território* de Portugal. Da permanência da população com os seus núcleos organizadores não se pode de modo algum (como pretende Torquato Soares) concluir que ela constitui o «núcleo homogéneo» do repovoamento.

Arredo, por completamente estranho ao assunto, as acusações de patriotismo inconsciente — o *serampion nacionalista* com que Sánchez-Albornoz mimoseia os contraditores portugueses da sua insustentável teoria. Estranho apenas que um estudo sobre as origens do povo português se detenha com a Reconquista no Noroeste e nada diga sobre a das terras interiores e meridionais. Torquato Soares não quis tirar as conclusões da sua tese, que deixou implícitas na forma como vai encaminhando as premissas.

O etnólogo Jorge Dias tratou largamente dos suevos no seu estudo sobre *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, 1948, e com o seu profundo conhecimento da vida rural ventila hipóteses e adianta conclusões que o historiador podia ter discutido. Eu próprio me ocupei do assunto desde uma remota conferência em Bruxelas (*La formation du Portugal*, 1939) a um capítulo, «Tradición cultural y formación del Estado», da minha Geografia de Portugal (*Geografía de España y Portugal*, tomo V, Barcelona, 1955), retomado e desenvolvido no longo artigo «Portugal (Formação de)» do *Dicionário de História de Portugal*, acima reproduzido. Torquato Soares é, como eu, licenciado em História e Geografia e há 40 anos que trocamos trabalhos. Sempre li os dele com apreço e não vejo que os meus lhe merecessem qualquer atenção. Penso que nestes imbricados problemas de origens, a Geografia e a Etnologia possam esclarecê-los a uma luz «estrutural». É a essa luz que as conclusões implícitas nos trabalhos de Torquato Soares me parecem em larga parte inaceitáveis.

PRIMÓRDIOS DA RECONQUISTA: A CONTROVÉRSIA DO ERMAMENTO

A Joseph Maria Piel, meio século de admiração e amizade.

Intróito

Muito controvertido, não raro tratado de forma preconcebida, como «demonstração» de uma tese, nem sempre as «provas» (no sentido da estrita linguagem científica) em que se apoia o problema do «ermamento» são claras e convincentes.

Por causa das implicações geográficas, o assunto tem, a bem dizer, acompanhado as minhas preocupações, inclinando-me a ver nele desordem e assolação das povoações principais — os núcleos urbanos — e a aceitar uma continuidade do povoamento e, portanto, do património de civilizações que os homens trazem e transmitem.

Neste escrito procura-se acompanhar criticamente a argumentação de C. Sánchez-Albornoz num longo estudo dedicado à *Despoblacion y repoblacion del valle del Duero* (Buenos Aires, 1966), deixando de lado as minudências eruditas e procurando seguir as ideias e os argumentos em que se apoiam [1].

Claudio Sánchez-Albornoz é uma curiosa mescla de historiador, formado nas mais severas e objectivas regras do ofício, e de panfletário, que impõe com vivacidade e energia as suas concepções — a sua *verdade*, tratando displicentemente os que se permitem discutir ou discordar de ideias expostas e impostas de modo a forçar a convicção. *España*, *un enigma histórico* (Buenos Aires, 1956) é uma estirada e contundente refutação de Américo Castro, *La realidad historica de España* (1.ª edição, 1954, 2.ª edição renovada, 1962), discutível como

[1] Agradeço ao meu excelente colega e amigo Prof. J. M. Piel ter-me facultado a fotocópia de um livro impossível de adquirir e inexistente em bibliotecas portuguesas.

tudo o que se coloca no campo problemático, mas escrita com outra serenidade, penetração e economia.

«O despovoamento do vale do Douro é a base de todas as minhas teses sobre a história institucional e vital de Castela e de Espanha». Por isso — e não por amor da verdade — «não pude imaginar que Don Ramón Menéndez Pidal chegasse a arremeter, lança em riste, contra as minhas afirmações» (p. 7). O grande mestre da História e da Filologia hispânica é tratado com resguardos devidos ao seu enorme e justo prestígio; ainda assim é-lhe atribuída uma atitude ou intenção que a inalterável e maciça serenidade dos seus escritos não autoriza. Outras figuras menores discordantes não são consideradas com a mesma reverência…

Um quadro geográfico indefinido e sem unidade

O vale do Douro não é definido em parte alguma. Mesmo que por *valle* se tomasse *cuenca* — o que deveria ser especificado —, a indecisão persiste, pois muitos dos factos e documentos discutidos referem-se ao Minho e à Galiza, terras de montanhas onde, como insisti em vários trabalhos, a castanha e a bolota ajudavam a subsistir a nobreza e a plebe fugitiva das povoações, que voltava às suas glebas depois das devastações de exércitos invasores, muçulmanos e cristãos. A conquista muçulmana foi breve e incompleta em toda esta terra tão compartimentada, onde os fundos vales asturienses, entre os quais sobressai Covadonga, acoitaram o que restava das desbaratadas forças visigóticas. Pelágio é um herói simbólico; conforme mostrou J. M. Piel nos seus magistrais estudos de toponímia germânica, a grande abundância dela provém de «nomes de presuria», isto é, de uma nobreza neo-gótica, que cedo se espalhara pelo Noroeste, resistira nos redutos montanhosos donde saíra para empreender a Reconquista mais precoce, apropriando-se de uma terra onde a vida do povo não cessara pois continuavam, nas *villas rusticas*, desde as casas, os gados e aprestos de lavoura, até aos próprios servos da gleba, que mudaram de senhor sem mudar de situação social.

As condições eram diversas nos largos horizontes da Meseta, com suas grandes aldeias fáceis de aniquilar e donde a população fugia espavorida diante dos invasores, dando ao exército cordovês a ideia de

um deserto humano (com alguma retórica, por certo, mas um fundo de verosimilhança).

O que me parece mais grave é tomar os Campos Góticos, comarca bem definida em torno de Toro (donde provavelmente provém o topónimo: Campi Go[*thorum*] > Toro [2]), que efectivamente teriam sido devastados e ermados, como se diz na Crónica Albeldense, e generalizar a crónicas posteriores uma área enorme, imprecisa e em grande parte fora do vale do Douro e da Meseta, com a sua paisagem aberta e uniforme, por onde os exércitos podem progredir assolando povoações, aproveitando as vias romanas mais fáceis de conservar e de defender na terra chã. O contrário dos redutos montanhosos, dos vales apertados, por onde se insinuavam caminhos vulneráveis e sempre ameaçados, eriçados de brenhas e bosques que ministram recursos alimentares — castanha, bolota, cogumelos comestíveis, frutos silvestres como a maçã, a pera e a nêspera, tão largamente representada na toponímia portuguesa (Nespereira) e que nada tem a ver com a árvore introduzida do Japão no século XIX, mas era um pomo, como a pereira ou a macieira [3].

Há historiadores, posto que os menos frequentes, que têm um apurado sentido da diversidade regional — Menéndez Pidal, Levi-Provençal, Huíci Miranda, por exemplo, com quem tive a honra de discutir, com o mapa à vista e a minha ampla experiência de campo, pormenores que apoiavam as suas interpretações. Para outros os textos são manipulados como se se reportassem a espaços teóricos ou abstratos e é o que sucede com Sanchez-Albornoz. Dispondo de microfilmes em abundância, no seu refúgio de Buenos Aires, impedido de voltar a Espanha durante o longo consulado franquista, era-lhe impossível confrontar a enorme massa de documentos que acumulou com a terra a que se referiam. Muito arguto em estabelecer relações de «estamentos» sociais e normas jurídicas entre homens poderosos, falta-lhe por completo o sentido do espaço concreto onde, afinal, toda a história se desenrola.

[2] Opinião do filólogo Jesús Javier de Hoz Bravo, amavelmente comunicada pelo meu excelente colega e amigo Angel Cabo Alonso.

[3] O Abade de Baçal (Francisco Manuel Alves) na revista *Portucale*, Porto, 1946, p. 176, enumera 29 espécies vegetais espontâneas que, em caso de escassez de colheitas, podem servir de alimento, além do leite e do mel.

Entre testemunhos controversos

Sánchez-Albornoz aceita a autenticidade dos factos narrados pelas crónicas cristãs (ermamento até ao Douro, especificado quanto aos Campos Góticos) e confirma-a com relatos muçulmanos coevos (um autor por duas vezes fala de deserto quando os exércitos cordoveses atravessaram a alta Meseta). Depois de filiar a sua teoria «no grande historiador português Herculano e no grande historiador francês Barrau-Dihigo» (p. 9), verbera com energia a hipercrítica deste e a fragilidade de raciocínios onde a enganadora exactidão descamba no absurdo. Esta contradição é de grande importância para avaliar as flutuações do pensamento de Sánchez-Albornoz. Ela aparece no princípio do seu grande livro e constitui uma advertência para o leitor precatado. Se, por um lado, um ou outro falsário forjou uma doação a certo mosteiro ou um facto que deu lustre a um membro de certa família, a maior parte dos documentos hipercriticamente impugnados têm contra a pretensa falsidade a inutilidade total que daí adivinha: então para quê a sempre trabalhosa falsificação?! Por outro lado há documentos mais ou menos «arranjados» e fora da época dos sucessos que memoram: o documento pode ser arguido de falso ou de extemporâneo sem, por isso, deixarem de ser verídicos os factos narrados.

«Aunque fueran falsos los cuatro documentos que nos informan sobre las presuras lucenses del obispo Odoario no podríamos dudar de su personalidad histórica ni de la realidad de su obra colonizadora en las despobladas tierras de Lugo. De su prelacía da noticia la escritura del 861, de autenticidad indubitable, en que Toresario reconoció su dependencia servil, y la de los suyos, de los obispos lucenses. Y a sus presuras aluden una larga serie de textos en los que podemos confiar.» (p. 28)

Incontestáveis interpolações posteriores não invalidam os documentos, e os factos neles referidos, que ocorreram nos meados do século IX. Odoário não procede da *Spania* (muçulmana) mas de África, onde muitos cristãos procuraram refúgio nos estados mediterrâneos: o que indica notável mobilidade que, provavelmente, compreendia apenas pessoas de nível social elevado.

«No, no es lícito suponer fingido el diploma en estudio: Si la *narratio* está garantida por tales pormenores lingüísticos, su contenido temático no brinda flancos al ataque. Tras el desahogo narrativo de su peregrinación hasta establecerse en Lugo, Odoario cuenta sus tareas repobladoras. Halla la ciudad y la tierra desiertas, vuelve a la vida la urbe, establece a siete miembros de su *familia*, es decir a siete de sus siervos en siete lugares diversos a los que dieron nombre, hace edificar dos iglesias a dos santos a la sazón muy venerados en España: San Julián y Santa Eulalia, y dona a la sede de Santa María las construidas por sus familiares, con sus bienes y objetos de culto. Me atrevo a preguntar para qué pudo falsificarse un documento de tan inocuo contenido y que sólo brinda como bocado práctico una tan magra concesión.» (pp. 40-41)

Esta colonização com servos da sua *família* era corrente na época e nada tem de insólito.

Parece fora de dúvida que o bispo achou Lugo deserta; século e meio depois ainda estava meio povoada, ordenando Ordonho II aos seus condes que a viessem habitar e reconstruir velhas casas, talvez romanas. Impressionante quadro de desolação urbana. Outros documentos, visivelmente falsificados e tardios, não invalidam estas ilações. E todo o caso, Lugo, nas margens do Minho, nada tem a ver com o vale ou bacia do Douro.

Braga tinha sido sede metropolitana da Galiza; ao restaurar a ordem eclesiástica era natural que Afonso II quisesse também reavivar a antiga organização provincial: por isso os bispos que viviam na fortaleza de Lugo (881) eram teoricamente prelados de Braga, erma e inabitável depois da assolação dos muçulmanos. Este abandono duplica «a delimitação da diocese de Braga por acordo de uma assembleia de bispos, condes, abades e presbíteros reunida por Afonso III e a doação por este daquela ao bispo lucense Flaiano (885)» (pp. 70-71). Mas, a par desta luzida comitiva para averiguar «os termos antigos» da diocese (e para isso era preciso encontrar *antigos* habitantes capazes de os indicarem), o diploma refere a *plebs*, que tanto pode significar *colonos* adscritos à gleba como *populus*, gente ínfima de condição mais ou menos servil. Movem-se assim no cenário da «restauração» da sé bracarense o vistoso cortejo dos poderosos e a população humilde que cultivava a terra e, mudando de senhor, não mudava de condição; junto dela se procuraria naturalmente a lembrança, mais ou menos confusa, dos antigos limites eclesiásticos. A estes juntou Flaiano os seus servos para colonizar a terra assolada mas

não despovoada (Sánchez-Albornoz fez tábua rasa da *plebs* referida na doação). A menção de dois bispos de Coimbra, conquistada dez anos depois, entre os confirmantes, não indica a «restauração» desta diocese mas provavelmente a sua presença no séquito do rei, na esperança de um dia poderem alcançar a sé de que eram titulares (um deles aparece como «representante» ou subordinado do outro). Da emaranhada análise de quatro documentos duvidosos com interpolações autênticas e outras inverosímeis (doação de Afonso III à igreja de Oviedo da cidade e das torres de Leão!) conclui Sánchez-Albornoz que «se regista o despovoamento das terras fronteiriças da Galiza, Portugal e Leão» (p. 96).

Outro documento duvidoso refere a restauração do Porto por Afonso III, a conselho de Vímara Peres, seu presor em 868: «dar pregões chamando gentes a povoar um país e a colonizá-lo mediante presúria são pormenores sem censura» (p. 100). Quanto à autenticidade: mas que outra podia ser esta gente senão a que vivia desagregada e, ao som do pregão, da buzina de chifre e à vista do pendão desfraldado (*cum conu et albende*), acorria a juntar-se à que os senhores traziam consigo? Restaurado o Porto, dirige-se a comitiva a Braga com a intenção de povoá-la. O que Sánchez-Albornoz toma como uma prova mais do seu despovoamento, mostrando que atrás de uma diocese restabelecida podiam permanecer largas extensões de terra deserta: Dume, minúscula diocese junto de Braga, foi doada a um prelado de Mondoñedo — prova de que Braga quedava por restaurar. «A toponímia não era muito concreta e abundante depois do largo período de desolação sofrido pelo país em mais de um século» (p. 118). As doações régias insistem nas terras que encontraram ermas e restauraram e possuíram. Esta repetição inculca o uso de um formulário, qualquer coisa como o reiterado cumprimento de um dever real nas terras assoladas pela instabilidade militar dos primórdios da Reconquista. Adiante veremos que outro sentido se pode propor para estas expressões.

Pode supor-se que a pressa em repovoar o Porto lhe vinha da posição chave na calçada que, atravessado o rio, conduzia às terras ocupadas em força pelos muçulmanos. É estranho que Sánchez-Albornoz nada diga a este respeito. Também um grande silêncio paira sobre Coimbra, tomada em 895, mas de cuja restauração nada se conhece.

As campanhas de Afonso I
e as suas pretendidas consequências

Uma série de fontes muçulmanas contraprova as notícias das Crónicas Albeldense e de Afonso III.

«Existía por lo tanto una muy remota tradición histórica entre los islamitas españoles sobre empresas victoriosas de los primeros reyes cristianos hasta la cordillera central; empresas que determinaron la expulsión de los pobladores musulmanes de Galicia y del Valle del Duero. Esa tradición explicaba tales desastres por la rebelión de los berberiscos de Galicia contra los valís árabes que gobernaban España, rebelión con la que se inició la larga serie de guerras civiles que ensangrentaron a los conquistadores muslimes de la Península.» (pp. 124-125)

Foi a leitura daquelas crónicas que, segundo Sánchez-Albornoz, teria sugerido a Herculano «a ideia do deserto estratégico do Douro» (p. 125). De facto, Herculano alude de passo a sucessos cujo pormenor deixava naturalmente aos historiadores de Leão e Castela, pois apenas indirectamente se relacionavam com a história de Portugal. «A nós basta-nos apenas um facto. É a rapidez com que progride a povoação desses desertos que Afonso o Católico dilatara entre si e as fronteiras muçulmanas» [4]. E logo anota que Afonso III, seguindo o exemplo de seu pai e de seu avô, transpôs esses desertos para além dos Montes Hermínios, desenvolvendo largamente a ideia de que o repovoamento de todos estes lugares se faz com moçárabes vindos do Sul, chegando a aceitar «o progressivo predomínio do elemento moçárabe sobre o elemento leonês» (p. 44). Refere a seguir a invasão de Almançor, reduzindo o ermamento à devastação das cidades e castelos sem que por isso a população rural tenha desaparecido.

«Cumpre, portanto, dar o seu verdadeiro valor às expressões genéricas dos historiadores antigos, quando nos pintam a destruição e ruína dos territórios onde depois se constituiu a nossa monarquia, durante as campanhas do célebre ministro de Hixam. Para isto é preciso não esquecer a que luz eles viam os factos. Se nos lembrarmos de que o homem de trabalho, o servo, e ainda, talvez, o simples tributário, pouca

[4] *História de Portugal*, t. VI, p. 40 da edição de David Lopes.

mais consideração mereciam que um animal de serviço ou, porventura, que uma alfaia preciosa; se representarmos na imaginação os contínuos sobressaltos em que se vivia, o precário da existência nos lugares abertos, e por consequência a importância quase exclusiva que forçosamente deviam ter as cidades cingidas de fortes muralhas e os castelos povoados de cavaleiros e homens de armas, onde se concentravam todos os recursos de defesa, e onde nas tão frequentes ocasiões de perigo as classes nobres e abastadas punham a salvo da fúria inimiga haveres, mulheres, filhos e as coisas sagradas; se concebermos, em suma, quanto a vida civil daquelas épocas era diferente da nossa, compreenderemos porque os cronistas, ao verem submetidas as grandes povoações de um distrito, desmoronados os castelos, mortos, fugidos ou cativos os seus defensores, nos pintam o território como devastado e reduzido a um ermo, sem que daí devamos concluir que as tropas invasoras, obrigadas a conservar-se ordenadas para anular as resistências, para, vitoriosas, prosseguirem na sua marcha, ou, repelidas, se retirarem sem ser aniquiladas, se derramassem pelos campos para os devastar e conduzir cativa uma população vinte ou trinta vezes mais numerosa que o próprio exército, ou para passar ao fio da espada homens ímbeles, de cujos braços viriam a necessitar para subsistirem, quando aí podessem restabelecer o seu domínio. Ainda supondo os muçulmanos tão ferozes que folgassem com estes estragos inúteis, as razões de conveniência, e até a impossibilidade de os praticarem do modo absoluto com que os achamos descritos nos monumentos, obrigam-nos a entender estes num sentido restrito, e como referindo-se em especial aos castelos e povoações importantes e fortificadas.» (pp. 45-46).

É estranho que um historiador sempre tão arguto e rigoroso, demais a mais propenso à comparação, não notasse a contradição evidente que este passo faz ressaltar quanto aos «desertos» causados pelo progresso das armas dos reis asturienses. Não creio que possa comparar-se o poder militar destes com os exércitos de Almançor, ministro talentoso e sem escrúpulos que, pela última vez, fez do califado de Córdova um estado fortemente unificado… nas mãos de um usurpador. Os historiadores muçulmanos atribuem-lhe nada menos de 57 expedições vitoriosas durante os vinte anos em que deteve o poder [5]; algumas chegarão às

[5] E. Lévi-Provençal, *Histoire de l'Espagne Musulmane*, t. II, Paris-Leiden, 1950, pp. 233 ss. Na minuciosa relação das campanhas de Almançor exclui este autor a

principais cidades de Leão (Leão e Samora), a Santiago de Compostela e aos confins da Galiza; nunca as razias muçulmanas haviam chegado tão longe. Outro passo de Herculano é também muito significativo das suas diferentes maneiras de interpretar as assolações de que falam as crónicas cristãs, pelo menos na parte que diz respeito a Portugal.

«Nestas invasões e repulsões, neste batalhar de meio século, nestas destruições e reedificações de cidades e fortalezas, quem, possuído das ideias que as frases genéricas dos cronistas e dos próprios documentos tendem constantemente a inculcar, não imaginaria as aldeias e os casais despovoados, os campos incultos, a morte e a solidão assentadas por toda a parte desde o Minho até o Mondego? E todavia desse meio século, tão turbulento, tão ensanguentado, restam-nos contratos originais que provam a existência dos vilares e granjas, de uma população agrícola, de ricos proprietários rurais, de mosteiros e igrejas, enfim de tudo o que constituiria um país mais ou menos populoso numa situação ordinária, não só no trato de terra entre o Minho e o Douro, mas também por esses distritos da Beira Alta, teatro das guerras quase não interrompidas durante mais de sessenta anos.» (pp. 49-50)

Alberto Sampaio adoptará este modo de ver e apoia-lo-á em parte sobre documentos duvidosos — os mesmos que Barau-Dihigo impugnou e de que Sánchez-Albornoz acabou por aceitar, se não a autenticidade, pelo menos os factos que referem e foram reproduzidos de fontes verídicas. Ora o mais curioso é que, inspirando-se de Herculano, não deu ou não quis dar pela contradição apontada — pelo que é lícito concluir que apenas aproveitou do grande historiador português o que convinha a uma teoria preestabelecida. A aproximar da atitude hipercrítica daquele historiador francês, em que também diz inspirar-se, e das pertinentes correcções e restrições que depois lhe faz e aos que de perto o seguiram. Vale a pena reproduzir e esmiuçar os textos cristãos fundamentais, apesar de tantas vezes citados.

---

expedição que, desde Coimbra a Leão, assolou tudo na sua passagem (987), arrasando esta cidade, de que apenas ficou para memória da sua grandeza uma das torres da muralha (A. Gonzalez Palencia, *Historia de la España Musulmana*, Barcelona-Buenos Aires, 1925, p. 55). As torres e panos da muralha lá estão, em grande parte conservados e com aparelho da época romana; a empolada notícia deve-se provavelmente ao exagero de um cronista palaciano.

«La llamada Crónica de Albelda dice de Alfonso I: 'Urbes quoque Legionem atque Asturicam ab inimicis possessas uictor inuasit. Campos quos dicunt Goticos usque ad flumen Dorium eremauit ex xristianorum regnum extendit'.» El texto es preciso y el verbo *eremauit* no tiene sino una significación no discutible.

«El relato del Seudo Albeldense aparece ampliado en la Crónica de Alfonso III. En ella se lee: 'Adefonsus… cum fratre Froilane sepius exercitu mobens multas ciuitates bellando cepit. Id est. Lucum, Tudem, Portugalem, Anegiam, Bracaram metropolitanam, Uiseo, Flauias, Letesma, Salamantica, Numantia qui nunc uocatur Zamora, Abela, Astorica, Legionem, Septemmanca, Saldania, Amaja, Secobia, Oxoma, Septempuplica, Arganza, Clunia, Mabe, Auca, Miranda, Reuendeca, Carbonarica, Abeica, Cinasaria, et Alesanzo. Seu castris cum uillis et uiculis suis. Omnes quoque arabes gladio interficiens, xpistianos autem secum ad patriam ducens'.» (p. 125)

Sánchez-Albornoz mostra, com toda a razão, como as fontes arábicas, por um lado, rectificam e completam os passos referidos, que por sua vez confirmam; por outro, que em matéria de repovoamento de cidades desertas são omissas, por se tratar de factos que ocorreram em territórios definitivamente fora das fronteiras movediças do Islame. Colacionando as crónicas cristãs com as fontes muçulmanas, não teve a ideia de colacioná-las entre si (em vários autores elas são apresentadas como contemporâneas e também dos sucessos que recolheram [6]). Ora o próprio Sánchez-Albornoz tem «cada dia por más seguro que derivan de una fuente común redactada a fines del siglo VIII» (p. 10), isto é, cerca de meio século depois das conquistas de Afonso I, consolidadas e ampliadas pelos seus sucessores. Mas as duas Crónicas *não podem resultar de uma fonte comum*, como o mostra o cuidadoso confronto de ambos os textos. A Crónica Albeldense diz que o rei das Astúrias invadiu vitoriosamente as cidades desde Leão a Astorga e ermou e estendeu o reino dos cristãos pelos Campos chamados Góticos até ao Douro. Distinguem-se dois tempos na sua acção: no primeiro consolidou a posse das povoações principais numa área apenas aproximadamente demarcada, sem referência a qualquer ermamento; no segundo tomou e *ermou* uma comarca precisa: os Campos Góticos ou Campos de los Godos.

[6] Ver, por exemplo, Damião Peres, *Como nasceu Portugal*, 4.ª edição, Porto, 1967, p. 41, n.º 1 — embora o não diga expressamente.

Constituiram uma pequena divisão tradicional correspondente à actual Tierra de Campos, designação já usada na *Crónica Geral de Espanha* de 1344 e que prevaleceu sem que a anterior se obliterasse por completo; os seus limites, como o de todas as divisões históricas, podem ter oscilado; no texto da crónica indica-se uma área bem conhecida na época, em contraposição à referência um tanto vaga das cidades de Leão e Astorga. Estas notícias nem sempre são tomadas ao pé da letra, fundindo-se (e portanto confundindo-se) os relatos de ambas as Crónicas. Damião Peres, por exemplo, na *História de Portugal* [7] diz que Afonso I «tornou ermas as terras até ao Douro», quando a Albeldense apenas refere, com toda a precisão, «os Campos chamados Góticos» [8].

A Crónica de Afonso III ou *Crónica Rotense* atribui a Afonso I uma acção muito mais ampla e diferenciada. Com seu irmão Froilão tomou guerreando umas 30 cidades, que todas se enumeram, assim como os castelos com seus «vílicos», passando os muçulmanos ao fio da espada e trazendo consigo para a pátria [entenda-se as Astúrias] os cristãos. A *Crónica Albeldense* utilizou uma fonte contemporânea dos factos que consigna e dela tirou uma seca informação — a qual, por isso mesmo, tem toda a aparência de objectiva e, portanto, de verídica; a *Rotense* (ou a fonte de que deriva) enriqueceu os acontecimentos anteriores, projectando neles factos que só depois se vieram a passar; aquilo de matar todos os mouros e trazer consigo os cristãos é um ampolamento retórico, pois parte deles permaneceu nas cidades e no seu alfoz rural. Também as fontes narrativas da invasão muçulmana manifestam análoga contradição.

«Don Ramón intenta invalidar por dos caminos diferentes la importancia del testimonio del rey cronista cuyo crédito fortifican las fuentes arábigas citadas. Primero le dedica estas palabras: 'Creo que debemos considerar el susodicho pasaje pensando que la Crónica de Alfonso III adopta una expresión breve, terminante y enfática para exaltar la obra repobladora de Ordoño I y la del mismo Alfonso III y quizá para justificar la conducta que estos reyes pudieron tener en la toma de posesión de las ciudades despobladas'.» (p. 126)

[7] *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Barcelos, 1928, t. I, p. 436, 2.ª coluna.

[8] Em *Como nasceu Portugal* corrigiu este lapso.

À parte um pormenor que Sánchez-Albornoz corrige, fica claro que a Crónica de Afonso III utilizou a Albeldense e provavelmente outra anterior, que se perdeu. Se esta foi a fonte da Crónica de Afonso III, é evidente que a Albeldense, na sua concisão, parece contemporânea dos sucessos que narra mas não foi fonte daquela. A Crónica de Afonso III, redigida muito perto do Rei, renovou e incorporou textos anteriores e projecta no reinado de Afonso I ulteriores sucessos. Datará deste Rei o afã com que os monarcas procuram mostrar que, sobre as suas razias, se repovoavam e fortificavam os antigos centros urbanos? O que me parece apenas poder aceitar-se com as restrições antes indicadas.

Sánchez-Albornoz procura explicar a falta, na relação das cidades «restauradas» por Afonso I, das situadas no coração da Galiza, como Lugo e Mondoñedo, pela perdida crónica cujo autor «escribiendo poco antes del año 900 la incluyera entre las *civitates* desmanteladas y vaciadas siglo y medio antes» (p. 133). Duramente castigadas pela invasão muçulmana, contam-se entre as primeiras terras «repovoadas». É impossível que um cronista contemporâneo de Afonso I o não refira.

«Y a confirmar la veracidad de la noticia viene el interpolado pero auténtico documento en que Odoario cuenta cómo halló a Lugo desierta, la ocupó, restauró su iglesia y repobló sus alrededores con las gentes de condición libre y de condición servil que le habían seguido desde Africa, fieles a su fe cristiana y huyendo de la persecución muslim.» (p. 133).

Este documento, impugnado por vários historiadores, considera-o Sánchez-Albornoz como «interpolado mas autêntico». Baseando-se nele, Alberto Sampaio expôs a sua interpretação do «ermamento»:

«Foi destas expedições que o cronista disse, que o grande rei, depois de matar os árabes, «christianos secum ad patriam duxit»; frase exagerada até ao extremo, pois era absolutamente impossível que toda a gente desde Lugo até à linha Viseu-Salamanca-Segóvia — termo das campanhas de Afonso I —, o acompanhasse ao seu domínio do norte. Com o rei vitorioso emigrariam muitos de boa ou má vontade, mas não o grande número, que fica sempre, quaisquer que sejam as tormentas, retraído, escondido, na passagem dos exércitos amigos ou inimigos, dando ao país a aparência de um deserto. Isto originou sem dúvida a frase enfática do cronista, e as expressões contemporâneas — *ermo*, *deserto*, *terra*

desabitada. Mas que nunca houve armamento conhece-se com toda a clareza dos documentos da época.

«Consideremos em primeiro lugar os relativos a Lugo. Foragido, acompanhado de um séquito de parentes, servos e outras pessoas, o bispo Odoario recolheu-se a esta cidade, quando soube das vitórias de Afonso I, que o incumbiu de a restaurar, a ela e à província. Executada esta incumbência, passou a fazer o mesmo em Braga, falecendo então.

«A restauração e repovoamento de Lugo e seu distrito efectuar-se-ia só com os companheiros do bispo? O séquito não podia ser muito numeroso. Na própria exposição por ele feita, diz: *Cum nostris multis familiis*, *& cum cœteris populis tam nobiles quam inobiles*. *Familiis*, sabe-se, eram pessoas da classe mais ou menos servil, senão aqui também clientes ou dependentes; o resto seriam vizinhos, amigos, parentes. Treze desses, fundando uma igreja em Villamarci, dizem que saíram da sua terra com o bispo — eles *simul cum cœtris plurimis*. Não era uma multidão; nem as palavras *cœtris populis* e *cœtris plurimis* a designam, nem tão-pouco a boa razão admite que uma tal podesse permanecer por desvios durante muito tempo — *fecimus moram per loca deserta multis temporibus*. Pois com um punhado de seguidores, Odoário, encontrando a cidade — *desertam et inhabitabilem* —, restaurou-a *intus & foris* — *quam ex radici restauravi*. Simultaneamente com a mesma facilidade, reorganizou a vida agrícola. Apoderando-se duma grande quantidade de vilas, fez renascer em todas a cultura, e atribuiu o senhorio de algumas aos seus companheiros. Com os prédios distribuiu-lhes logo — *boves ad laborandum & jumenta ad serviendum eis*. Já se vê que não estava num país deserto; aliás com esses indivíduos, bem poucos em relação ao território, em tão curto prazo era-lhe impossível restaurar a cidade com a sua província; nem poderia obter os *boves & jumenta* que menciona.

«A verdade era outra. A população existia, mas fugidiça, sem ponto de apoio, justamente medrosa pelas violências, a que estava sujeita numa terra sem leis nem autoridades. Desde que teve quem a protegesse apareceu imediatamente para a vida social; por isso os trabalhos progrediram com rapidez; e tão diminutos seriam os estragos, que tudo se recompôs em poucos anos, pois quando faleceu, Odoário efectuava em Braga igual reorganização.» [9]

[9] A. Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923, I, pp. 54-55

Um dos argumentos contra *ermamento* = *despovoamento* e *restauração* = *repovoamento* recebeu de um autor que ilustra esta corrente a sua carta de autenticidade. Só que a hermenêutica da famosa doação à sé de Lugo não pode tomar-se ao pé da letra: foi o que, com rara sagacidade, mostrou Sampaio. E por isso dele se fez uma longa transcrição, quando os escabichadores de documentos o arredam por não autêntico, embora sejam autênticos — e isso o próprio Sánchez-Albornoz admite — os sucessos que memora.

A existência de uma fonte antiga para a Crónica de Afonso III baseia-a Sánchez-Albornoz em três factos: *a*) referência a centros urbanos na fronteira antiga dos turbulentos vascões — naquela época sem importância; *b*) na inclusão de uma cidade (Legio) há decénios ocupada por muçulmanos e, por isso, não ocupada por cristãos; *c*) finalmente a notícia do «repovoamento» na zona cantábrica, que perdera qualquer significado estratégico. Que melhor prova para a redundância retórica de atribuir a um único rei o trabalho de vários e fazer de episódios fronteiriços, *localizados no tempo e no espaço*, o propósito constante de uma dinastia?

Menéndez Pidal deduz que as cidades não mencionadas na Crónica de Afonso III permaneceram intactas — o que parece evidente tendo em conta a minúcia de enumeração daquela Crónica. Sánchez-Albornoz discorda, alegando que apenas se registam «algumas» entre as cidades ermadas: só o gosto da controvérsia pode levar a esta viciosa argumentação. Também quanto aos cristãos que Afonso I teria levado consigo dissentem os dois grandes historiadores: burgueses apenas ou gente de todas as classes compreendendo a clientela rural dos arredores. Não se vê como, no curto lapso de uma acção militar, o exército cristão pudesse trazer consigo toda a população cristã — tão inacreditável como o passar pelas armas todos os «infiéis».

De qualquer modo, excepto quando os mouros tentaram, por várias vezes, constituir poderosos exércitos invasores, a lenta progressão da Reconquista fez-se por guerras de minorias, de razias esporádicas, que não impediram a tolerância das duas crenças e o convívio, por vezes tão apreciado, entre mouros e cristãos. Sem embargo de estar desmantelada a organização administrativa da época visigótica e de que fosse reduzido o número de clérigos. Assim, Afonso I apenas levava consigo a gente de escol — o que se afigura plausível a Menéndez-Pidal e ao leitor desprevenido… mas causa espanto ao seu contraditor. É óbvio que, depois de vitoriosas razias que levaram as armas asturienses a 200 km das

suas bases, era mais fácil o regresso com umas dúzias de clérigos e burgueses do que com a população cristã completa de algumas cidades: elemento pela maior parte não combatente mas consumidor, pouco afeito às rápidas marchas dos homens de armas treinados na luta. A polémica, turvando a pura água do confronto de argumentos e de opiniões, tem a deplorável consequência de não deixar ver o que, a olhos desprevidos, parece evidente. Se documentos referem também *castra*, *villae*, *viculi*, isto apenas mostra que alguns teriam sido assolados: o que se não compreende é que um exército vencedor, receoso do rápido revide militar dos muçulmanos, a que dera costas, se pudesse retirar arrastando o cortejo de um conjunto de burgueses, mesteirais, camponeses, servos, de *todas* (ou quase todas) as cidades que havia assolado. Temos aqui, mais uma vez, o empolamento retórico já aludido a propósito da restauração das mesmas cidades: relativamente ao soberano, tornara-se prestigioso referir a conquista e renovação de cidades na vasta frente em que progredia e se implantava o domínio cristão. Se as campanhas de Afonso I, irmão e filho, se protelaram por vinte anos, as crónicas parecem referir apenas a primeira ou a mais importante das suas acções, não dando ideia de longo estado de guerra, durante o qual os cronistas monásticos tiveram várias ocasiões de exercer o seu talento — e não parece terem-no feito. O autor anónimo da Crónica Albeldense dá a aparência de narrar um facto único e localizado. Já a restauração de trinta cidades, segundo a Crónica de Afonso III, além de cobrir uma área enorme, parece abranger todo o reinado, não cabendo na unidade de tempo e de acção da anterior.

«¡Veinte años arrasando ciudades y con ellas sus castillos, villas y pueblecillos y llevándose al norte a los cristianos del país, siempre habrían podido producir una merma profunda en la población del valle de Duero! Veinte años de campañas devastadoras y de trasplantes demográficos siempre habrian provocado un vaciamiento no discutible en la región que hubo de padecerlos, aunque ella hubiese estado densamente poblada y aunque ninguna otra contingencia histórica hubiese precedido, acompañado y continuado el proceso bélico y migratorio.» (p. 137)

A aproximar do passo de Herculano em que procura reduzir as razias de Almançor (também durante vinte anos) a ruínas e assolações, sem que houvessem criado esses «desertos» que atribuiu precedentemente aos reis asturianos.

Quem, meio século depois, tomou posição contra o ponto de vista extremo de Herculano foram os historiadores H. da Gama Barros (1895) [10] e Alberto Sampaio (1899); este, ajudando-se do profundo conhecimento do Minho, onde era lavrador abastado, deve ser considerado um percursor da História rural que hoje conta dezenas de especialistas, pouco tendo rebuscado os arquivos mas aplicando novas e argutas interpretações tanto a corpos documentais já muito explorados como aos restos arqueológicos que o seu amigo Martins Sarmento exumou, filiando a História na Pré-história: esta atitude fá-lo salientar-se à maioria dos historiadores da sua época. A sua obra não tem, infelizmente, projecção e o autor é pouco conhecido, mesmo dos historiadores das instituições rurais [11]. Gama Barros era homem de gabinete e de arquivo — por isso a sua hermenêutica me parece particularmente exacta e significativa. Inspirando-se em Herculano, o insigne mas renitente historiador espanhol dispensa-se de discutir os que corrigiram os seus modos de ver. Não quis reparar numa contradição fundamental do grande historiador romântico. Possuidor orgulhoso da verdade, não perde tempo a examinar reparos — por mais fundamentados que se mostrem.

Despovoamento do Vale do Douro antes da campanha de Afonso I

Plínio consigna o cômputo de homens livres nas três províncias da Hispânia sem que seja possível imaginar quais as suas parcelas que corresponderiam ao vale do Douro. Apenas na bracarense a população mais elevada permite supor já o peso demográfico da Galiza e do Minho.

As degradações causadas pelas invasões bárbaras são pintadas por Hidácio com as mais negras tintas. Sabe-se que algumas hordas fizeram caminho pela Meseta e que o vale do Douro foi duramente castigado

[10] *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª edição, Coimbra, 1947. A data indicada no texto é a do primeiro dos 4 volumes que elaborou. Há edição nova, arejada por Torquato de Sousa Soares, cuidada e anotada, em 12 volumes, mas a que falta o imprescindível índice analítico — lacuna tanto mais deplorável quanto o da 1.ª edição é muito sucinto… mas é ainda a melhor guia para sondar aquele abismo de informações cuidadosamente dispostas e exactas, cortadas por clarões luminosos, embora apresentados sempre com a maior sobriedade.

[11] Em 1979, Maria José Trindade teve a feliz ideia de reeditar em dois volumes os *Estudos históricos e económicos* de Alberto Sampaio, precedidos de penetrante prefácio.

pelas guerras dos godos, aliados dos romanos, contra os suevos. Várias cidades foram pilhadas, despovoadas, arrasadas, incendiadas — com certo exagero retórico que encontramos vezes demais para poder tomá-lo ao pé da letra. Mesmo assim deram-se grandes devastações, a que nem o campo escapou. Algumas cidades prestigiosas na época romana não recuperaram nem a opulência nem as funções, outras desapareceram e não podem hoje ser identificadas.

Os bárbaros vieram em massa nos começos do século V, primeiro como invasores à mão armada, depois como colonos nos fins do mesmo século. Entretanto «os bárbaros deixam as espadas para pegar nos arados e fazem-se amigos dos hispanos», contentes de se libertarem da pesada tributação romana (Orósio). Dessa época data a sua fixação nos Campos Góticos — nas margens do Douro e tendo como centro Toro —, atraídos talvez pela vocação cerealífera dessa comarca, sede, antes da conquista romana, dos vaceus, reputados agricultores, que praticavam a divisão das terras em *sortes* mas faziam o granjeio em comum.

A Hispânia central sofreu várias calamidades a partir da segunda metade do século V: várias invasões de nuvens de gafanhotos, pelo menos quatro surtos de peste bubónica, que os navios hispânicos difundiram e vários portos mediterrâneos, anos de seca e de fome, cujos ecos chegaram aos cronistas moçárabes e até árabes do século VIII. Pelo que se sabe da propagação e da mortandade da chamada *peste negra* em toda a Europa, nos meados do século XIV, pode concluir-se que a bacia do Douro não tenha escapado a nenhum destes sucessivos flagelos, todos factores de «clareamento de la población nunca muy abundante de la Meseta superior».

«Y hemos llegado a la invasión islámica del 711. Antes de terminar ese año fatídico, el valle del Duero vio a tos fugitivos de Toledo acogerse a Cantabria, a buena parte de la nobreza goda emigrar a Galicia cruzando la Meseta, y a Tāriq con sus berberiscos aparecer por Somosierra. Codiciosos de los tesoros de la corte, avanzaron los nuevos invasores por las llanuras de la futura Castilla hasta la gran peña cántabra de Amaya. Tras ganarla, Tāriq atravesó en son de guerra los Campos Góticos hasta llegar a Astorga. Y en 713 el valle del Duero fue recorrido por las fuerzas de Musa en una nueva empresa que sólo terminó en Lugo de Galicia ante la conminación de un mensajero del califa.

«De nuevo extraños invasores recorrían el país. La campaña de Tāriq fue larga y dura y la de Muza predatoria y cruel. El Anónimo Mozárabe del

754 escribe del citado caudillo: 'Despuebla por la espada, el hambre, la cautividad, no solo la España ulterior sino también la citerior… Destruye incendiándolas hermosas ciudades, los seniores y poderosos del siglo son entregados al suplicio y los jóvenes y los lactantes muertos con puñales; y de esta manera mientras atormenta a todos con semejante terror, las pocas ciudades que quedaban, obligadas ya, piden la paz pero astutamente con consejos y burla las engaña'. Y añade que los españoles 'dirigiéndose fugitivos a las montañas, sucumben de hambre'.» (pp. 149-150)

Referindo-se à expedição de Muça à Galiza, um autor árabe diz «que não ficou igreja que não fosse queimada nem sino que não fosse quebrado»; latrocínios e atrocidades sem conta levaram os hispano-godos das classes mais elevadas a procurarem o refúgio das montanhas das Astúrias e da Galiza; só o mar os detém. O domínio muçulmano nunca foi completo e sofreu aqui, em circunstâncias que é impossível reconstituir, os primeiros reveses. As *guerrilhas*, que retardaram dois séculos a conquista e a pacificação romana, renascem e não só fazem frente ao novo invasor, como lhe disputam o terreno, passo a passo e em largas frentes de combate. De qualquer modo foram saqueadas Amaya, Leão, Astorga e Lugo, que figurarão entre as 30 cidades «restauradas» por Afonso I. A conquista muçulmana, salvo nas terras de alguns chefes visigodos que pactuaram com o vencedor mediante pesado tributo ou até a conversão ao Islame, foi quase sempre violenta e cruel. Uma vez mais são as terras abertas que mais sofrem ou mais cedo se submetem (invasores célticos, romanos, bárbaros e muçulmanos) persistindo nos recessos montanhosos os povos anteriores, ciosos da independência, quase sempre aguerridos e que só se submeteram depois de largos e rudes combates. Menéndez-Pidal e J. M. Piel estudaram a migração para o norte de topónimos indicativos de uma origem meridional dos fundadores das respectivas povoações. Fê-lo de maneira sistemática Pedro Cunha Serra [12]; num acurado estudo indica nada menos de 267 nomes de lugar do Noroeste que provêm todos do Sul e de diferentes origens sociais: refugiados cristãos, moçárabes, muladies ou renegados, mouros de condição servil, geralmente em grupos: Toldaos ou Toledanos, Cordoveses, Coimbrãos, etc.

[12] *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa, 1967; ver a minha recensão, reproduzida a seguir.

Além destas deslocações colectivas, outras se fizeram isoladamente, fixando-se em povoações que se julgavam ao abrigo das razias muçulmanas; destes povoadores isolados não é possível encontrar rasto. As Astúrias, a Galiza, e as terras cantábricas até à França constituíram lugares de refúgio, enquanto os exércitos muçulmanos talavam os páramos e as campinas da Meseta.

Estes refugiados no Norte engrossaram a ordem dos infanções, raiz de uma nobreza que atravessou toda a Idade Média, de tal modo que nas Astúrias e Leão no século XVI ainda eram tantos «hidalgos como pecheros» (plebeus). Com este «esvasiamento» da Meseta que tem por centro os Campos Góticos pretende Sánchez-Albornoz justificar a sua teoria: Afonso I pôde levar consigo os cristãos porque estes eram já o resíduo de uma população dizimada por vários flagelos e principalmente pela fuga à dominação muçulmana.

As posições perante as campanhas de Afonso I e de Almançor são perfeitamente coerentes: vimos como essa coerência faltou a Herculano. A oposição entre o estado de desordem social ou mesmo de despovoamento completo para alguns lugares é indicado (Campos Góticos); mas é improvável que o conquistador passasse a fio de espada os infiéis e levasse consigo os cristãos, criando assim o «vazio», só mais de um século depois repovoado.

Tudo isto se pode colher de uma aceitação literal das crónicas, como o fizeram grandes historiadores, de Herculano a Sánchez-Albornoz. Mas documentos da vida quotidiana, cada vez mais abundantes a partir do século VIII, mostram como a população ocupava, às vezes com forte densidade, áreas pretensamente ermadas. Existe, principalmente nas terras da Galiza, que suponho sempre mais povoada e menos ameaçada, gente numerosa e aglomerada, que algumas vezes se insurgia à mão armada contra os reis, outras forneceu contingentes às guerras de alargamento da fronteira com os mouros. O «ermo» não ficou tão despovoado no espaço e no tempo como pode supor quem tome à letra o testemunho das crónicas.

O comentário geográfico do teatro das lutas dos primeiros tempos da Reconquista, permite distinguir:

1) Uma faixa de altas montanhas, solar do reino das Astúrias e pano de fundo do reino de Leão que lhe sucedeu, e sempre um lugar de refúgio e uma base de apoio para novos ataques.

2) O conjunto dos planaltos leoneses e castelhanos (Meseta norte na terminologia dos geógrafos), onde predominam terras lisas e praticáveis,

embora atravessadas por um grande rio e os seus afluentes; aqui a população viveria essencialmente de cereais e por isto nesta terra se não fértil, pelo menos unida e desembaraçada, talharam os visigodos as suas *sortes* ou parcelas para cultivo, que deram a uma comarca o nome não de todo obliterado: Campos Góticos. O Douro constituiu antes uma linha de detença e de referência do que obstáculo pois corre pouco encaixado na Meseta e só um pouco a jusante de Samora as águas fluem mais vivas para o trecho até onde se faz sentir a erosão regressiva em função do nível de base atlântico. Este parece ter sido o teatro principal tanto das razias muçulmanas como das guerras da Reconquista: arrasadas as cidades (se o foram) é nestas planuras sem obstáculos nem refúgios que podem ter-se dado as grandes evoluções pois a falta de soutos priva a população de importante recurso alimentar.

3) Finalmente a Galiza e a Terra Portugalense, esta individualizada a partir do século XI, constituem uma unidade a que os geógrafos chamam Maciço Galaico-Duriense, conjunto aparentemente caótico de montanhas, cortadas de vales vigorosamente incisos, cobertas de soutos que proporcionavam alimento abundante e prezado, onde qualquer exército tem de caminhar com todas as cautelas, pois a «guerrilha» espera-o em cada cabeço e a rectaguarda está penosamente ameaçada por uma população que não conseguiu reduzir.

Primeiro tratarei da larga terra,
Depois direi da sanguinosa guerra.

(*Lusíadas*, III, 5)

Há historiadores da Reconquista que não seguiram estes preceitos, tomando os territórios cristãos em bloco, e não viram que houve neles diferentes maneiras de fazer guerra. Sánchez-Albornoz incorreu num perigoso efeito retórico quando afirmou que por acção conjugada das campanhas de Afonso I, da fome e da peste, se transformou em deserto uma extensa faixa de terra desde o Atlântico (qual? o galego ou o cantábrico?) até ao vale do Ebro.

O próprio vale do Douro (seria mais exacto falar de *cuenca* ou bacia), que Sánchez-Albornoz escolheu como quadro do estudo sobre o «despovoamento e repovoamento», não constitui nenhuma unidade geográfica e as conclusões válidas para Castela-a-Velha não podem

generalizar-se a Portugal e *vice-versa*. Dificuldade a que os historiadores não concedem geralmente a devida atenção [13].

Se algumas terras foram «ermadas» são justamente as da planura, entre as quais o seco relato da Crónica Albeldense especifica uma única área: os «chamados» Campos Góticos, que têm no Douro o seu limite meridional.

A originalidade das investigações de Alberto Sampaio consiste em esclarecer a história reconstituível com documentos escritos, inserindo-a numa linha de evolução que vem dos tempos pré-históricos até à vida rural dos nossos dias [14]. O âmbito cronológico aparece assim consideravelmente alargado em relação ao do medievista que o nosso autor nunca pretendeu ser (talvez mais exactamente, em que a alta envergadura do seu espírito viu uma perigosa limitação). Pioneiro de uma história rural que ensaiava na Europa os primeiros passos, Sampaio entendeu dever explicar-se quanto ao método regressivo e inteiramente novo «de partir dos documentos medievais para o domínio romano», previu o desinteresse do leitor por «uma história sem personagens» (entende-se, figuras gradas, pois a gente move-se e labuta numa vida obscura que nunca havia sido reconstituída), finalmente anuncia um âmbito cronológico, que a muitos desnorteará,

[13] «La presura», *Anuário de Historia del Derecho Español*, t. XIV, cit. por T. Toares em nota a Gama Barros, *ob. e vol. cit*. p. 374. Nesta erudita adjunção o historiador português confronta mais autoridades do que factos — e daquelas uma que considera indiscutível: Sánchez-Albornoz! Assim reforça a afirmação de que raras povoações antigas se conseguem identificar, arrasadas que foram pelas guerras, perdeu-se-lhe o nome e o lugar; no território português setentrional apenas aponta 4; ora da linha do Mondego-Cordilheira Central para o norte são conhecidos os nomes de 25 cidades, apenas 5 localizadas com aproximação (segundo o mapa da figura 14 de Jorge de Alarcão, *Portugal romano*, Lisboa, 1973). Isto indica que muitas povoações se filiam na época romana, outras são seguramente anteriores, outras ainda — certamente as mais modestas —, não deixaram nome. Nada indica aquele completo despovoamento de que Sánchez-Albornoz fez uma das «chaves» do seu conceito da história de Espanha.

[14] É evidente que esta maneira de fazer história ao invés de cronologia, ascendendo da alta Idade Média até à civilização castreja, estabelecendo confrontos com a rotineira labuta do campo minhoto, desnorteia o historiador (particularmente o nosso) que se sente perdido se lhe falta o apoio de documentos escritos. É significativo que na *História* de Fortunato de Almeida, tão completa na informação bibliográfica, Alberto Sampaio seja uma só vez citado, num ponto de pormenor. Creio que foram Leite de Vaseoncellos, na *Etnografia*, e eu, em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, os primeiros a dar-lhe relevo. A. Silbert considera-o entre os maiores precursores europeus da história rural.

desde as cividades até à época de D. Afonso III - D. Dinis, em que se fazem grandes arroteias e se incrementa, pela generalização do numerário e pela multiplicação das feiras, a vida de relação. É a passagem de uma economia fechada e local à economia nacional.

É evidente que uma história assim concebida supõe a continuidade das populações e não pode admitir as «cintas de deserto» que Herculano aceitou ao pé da letra nos primeiros cronistas da Reconquista. A transcrição feita mais acima indica claramente o modo de ver de Sampaio.

A reconstituição que ele faz da vida do Noroeste do país, desde o tempo dos castros até aos meados da primeira dinastia, supõe que se não quebrou o fio da continuidade histórica — por outras palavras, que não existiu o «ermamento» da Reconquista. Alguns autores, julgando apressadamente, pretenderam impugnar toda a reconstituição de Sampaio, baseados apenas na pretensa falsidade do documento de Odoário. Ora a verdade é que a sua demonstração assenta numa impressionante convergência de provas.

O mosteiro de Dume, fundado por São Martinho nos meados do século VI, ainda no reino dos Suevos, foi doado por Afonso III em 877 a certo bispo com o seu território; no reinado seguinte foi necessário, por motivo que se desconhece, identificar a demarcação antiga: escolheram-se peritos «*qui solent antiquitum comprovare*»; estavam intactos os marcos de pedra e havia gente que os sabia encontrar e identificar. «Os limites antigos (*terminos antiquos*) aí estavam claros sobre o solo» [15].

«Considerando os documentos ao sul do rio Minho temos a mesma impressão — que não estavam ermas as vilas tomadas de *presuria*. Dos *diplomas* 5 e 6 vê-se que ela se fizera *cum cornu et cum aluende de rege*. Esta circunstância deixa logo perceber que por essas insígnias militares se impunha silêncio aos direitos anteriores, e se validava a sua derrogação violenta. Se não houvesse aí habitantes, seria inútil fazer a ocupação em acto de guerra; bastava apoderar-se do que estava abandonado; no caso contrário aquelas insígnias sancionariam a apreensão feita pelo recém-chegado. Consta do n.º 5 que os *presores* edificaram uma igreja dotando-a com terras, casas, cubos, cubas — *omnia edificia cum intrinsecus suis*. A doação valiosa mostra que encontraram os móveis, as edificações e que o prédio estava em exploração regular; pois não é de crer que dessem

[15] A. Sampaio, *ob. e t. cit.*, pp. 45-49.

tudo, nem de presumir que com o trabalho de poucos anos adquirissem tantos objectos e valorizassem desse modo um terreno ermo. Do n.º 6 (ano 870) vê-se que a *presuria* se efectuara pelos *priores*, pais ou segundos avós quando muito, avaliando pela data; e todavia a vila estava cheia de cultivadores, gados e móveis em tal abundância que o *casale* referido era quase uma reprodução da antiga vivenda do senhorio, trabalho superior ao de três gerações se tivessem de fazer tudo.» [16]

Gama Barros e Alberto Sampaio, que escreveram pela mesma época, deixam ao leitor a impressão de não terem entre si comunicado os resultados a que ambos chegaram: em todo o caso não se citam, sendo ambos em extremo escrupulosos em indicar as respectivas fontes. Trata-se portanto de uma convergência de resultados que permite, como diria o grande geógrafo Baulig, espirito do máximo rigor e exigência, «a forte presunção de ter tocado a verdade».

Gama Barros, nada propenso a teorias, não se deixou levar pela brilhante síntese de Herculano — historiador que aliás tinha na mais alta conta. Pelo contrário, viu claramente o problema ao aproximar estas notícias de um outro período de devastações — as razias de Almançor.

«Referindo-se a Crónica do Silense às invasões do célebre Almançor, as quais ora põe no reinado de Ramiro III (966-984) e quando este ainda era criança, ora no reinado de Bermudo II (984-999), descreve com as mais negras cores o quadro das devastações que padeceu então a monarquia cristã, depois que o invasor passou o rio Douro, que era nesse tempo, diz o cronista, o limite entre os estados dos cristãos e os dos muçulmanos. Não só cidades e castelos, mas a terra toda ficou despovoada; as igrejas, mosteiros e palácios foram derrubados ou queimados; e durante doze anos contínuos em que Almançor transpôs as fronteiras, cessou inteiramente na Hespanha o culto divino, pereceu a glória dos servidores de Cristo e arrebataram-se às igrejas os seus tesouros.»

O passo seguinte embora diga respeito a época posterior é ainda mais significativo, em oposição ao que chamei «concepção catastrófica das invasões».

[16] *Id*. *Ibid*., pp. 55-56.

«Das expedições de Afonso VI (1072-1109), que chegaram até a foz do Tejo, não faz menção o Silense. A Crónica do bispo D. Pelayo (século XII) é que refere que ele tomou Lisboa, Sintra e Santarém; tornou tributárias todas as cidades e castelos dos infiéis; saqueou e despovoou muitas delas; conquistou outras, que enumera; e povoou toda a Estremadura e mais terras que declara.

«Os documentos, em que se lembram os estragos das invasões dos islamitas, mostram-nos também, não raro, sob o mesmo duplo aspecto os factos, que podem dar luz sobre a existência ou não existência de habitantes. Vê-lo-emos mais adiante, cingindo-nos aos documentos que importam particularmente a Portugal, porque bastam para o demonstrar.

«O que a narrativa dos cronistas e em geral os monumentos históricos atestam por forma que não há que duvidar, é a tenacidade da luta, mais ou menos feroz, entre cristãos e sarracenos, e a consequente sucessão de calamidades de que a Península foi teatro. Mas por maiores que se considerem os estragos, o que não se poderia admitir, ainda que os documentos não opozessem o desmentido que veremos logo, seria que à invasão ou conquista de um território se seguisse o desaparecimento total da população que nele vivia, sem escapar a dos sertões menos expostos, ou mais afastados das terras de maior importância, e que de tudo o que aí existia não ficassem senão ruínas.» [17]

As posições perante as campanhas de Afonso I e de Almançor são perfeitamente coerentes: vimos como essa coerência faltou a Herculano. Depois de partilhar a sua ideia das «cintas de desertos», as suas investigações aprofundadas sobre uma área restrita e um corpo limitado de documentos, levaram-me à conclusão de que houve desordem profunda e prolongada, na ausência de governo regular, e nova concepção dos direitos da coroa sobre os prédios rústicos, onde, por meio da *presuria*, se instala uma nova classe de proprietários. Mas, abaixo deles, estavam os cultivadores, livres ou servis, os apeiros da lavoura, o gado de trabalho. Foi deste substrato de toda a vida rural que os presores se apropriaram ao mesmo tempo que das vilas ou propriedades rústicas. Os novos donos impuseram à terra nomes também novos; daí a grande mancha de toponímia germânica no Noroeste de Portugal (os asturienses continuaram a usar os nomes visigóticos; este assunto está magistralmente estudado por J. M. Piel). Mudaram os donos e as

[17] Gama Banos, *ob. cit.*, p. 17-18.

designações, ficaram os humildes trabalhadores da terra e os «termos antigos» que demarcavam as vilas da época romana. Não resta dúvida que o fundo da população permaneceu, através das vicissitudes que, da conquista romana à Reconquista, sobrepuseram várias camadas da terra, dos bens e dos homens. Foi evidentemente esta camada, tendo no cimo o rei e constituída pelos bispos e pelos nobres, que procedeu à «restauração» dos centros urbanos, que haviam perdido não só população mas a organização e a ordem que caracterizam as cidades.

E parece que estava tudo dito sobre o pretenso «ermamento» quando, a propósito da adesão de Menéndez-Pidal à maneira de ver que vários argumentos sustentam, Sánchez-Albornoz vem «romper lanças» (a expressão é dele e injustamente aplicada ao mestre que contradiz) por uma teoria em que assenta a sua própria concepção da história de Espanha…

Temos assim que grandes historiadores dividem as suas opiniões sobre pontos fundamentais. O confronto de personalidades não adianta: para decidir é preciso comparar com o maior rigor a interpretação que das fontes se pode extrair — e a famosa teoria do «ermamento» esvai-se num conjunto coerente de factos que a contradizem.

INFLUÊNCIAS MUÇULMANAS NO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

O contraste entre uma parte da Península Ibérica, fortemente arabizada, e a outra parte, que escapou à influência muçulmana, tem sido várias vezes posto em relevo. Este contraste resulta tanto de vicissitudes da Reconquista, muito rápida até ao Douro e progredindo facilmente até à Cordilheira Central, enquanto o recuo da estrema entre cristãos e mouros se fez mais lentamente daí para o Sul, como em condições naturais, mais favoráveis aos géneros de vida correntes entre as populações muçulmanas nas planuras agro-pastoris, nas vastas charnecas e nas veigas irrigadas das regiões meridionais.

Um minucioso estudo de nomes de lugar relativos ao Norte de Portugal e ao reino de Leão [1] vem mostrar uma verdadeira «osmose» entre as duas civilizações pelas quais se repartia a Península: ao movimento de povoadores provenientes do Norte, que acompanhou os progressos da Reconquista, tem de opor-se outra corrente, de sentido contrário, com gente originária do Sul — cristãos que viveram debaixo do domínio sarraceno ou provenientes de lugares ainda sujeitos a ele e até mouros, preados e reduzidos à condição servil com as razias da Reconquista: portanto moçárabes e muladies (renegados) e autênticos muçulmanos. *Coimbrões*, *Cordoveses*, *Corenses* (de Cória), *Meridãos* (de Mérida), *Santarém*, *Toledanos*, *Moldes* (Muladies), *Sarracenos* e nomes do tipo de *Vilar de Mouros* indicam esta proveniência e ocorrem certo número de vezes na área em estudo: *Moldes* (20),... *de Mouros* (11), *Coimbra* (10) são os mais frequentes; mas *Córdova* aparece duas vezes, no extremo norte da Galiza e das Astúrias, onde também se encontra duas vezes *Moldes* e uma *Villademoros* — o que indica uma penetração até aos mais remotos lugares dos territórios cristãos.

[1] Pedro Cunha Serra, *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular* (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), Lisboa, 1967, 158 pp.

Os restantes topónimos estudados são principalmente nomes de pessoas (de origem religiosa ou indicativos de paternidade, de filiação ou de naturalidade); registam-se, ao todo, 267, particularmente densos na área compreendida nos actuais distritos de Porto, Braga e ainda nos de Aveiro, Viseu e parte do de Vila Real (41, p. 100). Esta densidade, à primeira vista, poderia parecer significativa de um repovoamento mais intenso; mas como ocorre, por um lado, na região mais povoada do país, por outro na de maior disseminação e, portanto, de maior número de lugares, todos os grupos de topónimos que apareçam com certa frequência têm aí sempre larga (ou a mais larga) representação. Dois claros se desenham nitidamente e parecem significativos: as montanhas despovoadas das Astúrias e o planalto entre Salamanca e a fronteira de Portugal, que teria sido, por muito tempo, *terra de ninguém*, tardiamente repovoada quando a estrema com os domínios sarracenos já estava longe e haveria diminuído o afluxo da corrente de gente daquela origem.

Documentos dos séculos IX a XII referem a existência de mouros de condição servil, nas Astúrias (6 vezes), na Galiza (7), em Leão (11), em Portugal (16); nos séculos XII e XIII, acompanhando a transformação dos escravos em servos e destes em homens livres, são correntes notícias de mouros entre a população dos concelhos e gozando das respectivas regalias; é muito sugestiva a hipótese do autor da influência do direito muçulmano na remição do escravo mediante contrato, pagando a respectiva quantia por uma só vez ou a prestações. Na «estremadura» oscilante das duas civilizações, os negociantes que acorriam às feiras, os roubos feitos na terra alheia, os *alfaqueques*, que se ocupavam da remição de cativos (cujo nome árabe é bem significativo), os *moçárabes* e *enaciados* ou *tornadiços* (todos presentes na toponímia) facilitavam estes contactos e explicam particularmente bem as formas híbridas, tanto de nomes de pessoas como de lugares, que algumas vezes ocorrem.

Por um processo muito comum através de toda a toponímia portuguesa em áreas de povoamento *recente* (em relação a determinada época), muitos pequenos locais de habitação tomaram o nome das pessoas que os fundaram ou desenvolveram. Assim, o Noroeste peninsular mostra-nos, a par dos *nomes de presúria*, de origem germânica, que indicam a apropriação de lugares consecutiva à Reconquista, largamente preponderantes, alguns nomes de origem arábica que corresponderão, provavelmente, a formações «insensíveis» (como lhes chamou Leite de Vasconcellos) de casais, quintas, lugarejos, de que, ao depois, alguns viriam a desenvolver-se: um dos exemplos de método

do autor ilustra o processo — *Fafe*, Braga, abonado só a partir de 1647, assenta nas formas *Halaf*, *Falafe*, nomes de pessoas registados em documentos portugueses entre 1016 e 1127; seis a sete séculos decorreram para que o casal que tomou o nome de um mouro ou moçárabe se transformasse em povoação referida como tal. O que indica um povoamento *plástico* que se insinua, mesmo em áreas densamente povoadas, entre as terras antigas, das quais umas conservaram os nomes (latinos ou anteriores), outras mudaram-no, trocando-o pelo dos *presores*.

A toponímia arábica do Noroeste indica um afluxo modesto de povoadores numa região onde só se falavam os dialectos romances; por isso ela está apenas representada pelos nomes próprios que eles trouxeram. A toponímia árabe do Sul tem outra fisionomia: além de mais densa, compreende, como o vocabulário comum da mesma origem, grande variedade de sentidos: «osmose», sem dúvida no Noroeste, mas não o recobrimento de civilização e a abundância dos seus vestígios característicos das áreas profundamente arabizadas; nele se funda uma das mais vigorosas oposições regionais na Península Ibérica.

II ASPECTOS REGIONAIS

PORTUGAL E O ALGARVE:
SINGULARIDADE DE UM NOME DE PROVÍNCIA

1. *De* Portucale *a* Portugal.

É sabido como se formou o nome do Estado português: de uma pequena cidade junto da foz do Douro e na sua margem direita, por onde se fazia passagem entre ambos os lados do rio. *Cales*, *Cale*, depois *Portucale*, isto é, o *porto de Cale* ou *Cale que era porto* [1], como ainda hoje se chama a outros lugares [2] ao longo do mesmo rio que, pelo carácter montanhoso da sua bacia, foi aquele onde até mais tarde persistiu a importância do tráfico fluvial. Povoado insignificante na época romana (*locus*, *civitas*), citânia como tantas outras que coroavam os cabeços do Noroeste da Península Ibérica, deveu a sua fortuna à passagem da via romana que ligava Olisipo a Bracara, onde dominava o obstáculo mais importante que ela encontrou no seu caminho. Nos confins da *Galaecia* e da *Lusitania*, na faixa litoral de trânsito que aqui constitui a beira-mar, perto da costa mas ao abrigo do rio, a despeito das suas margens alcantiladas, era um «porto», isto é, um «passo» obrigatório entre as terras que jaziam ao norte e ao sul do Douro e a saída natural de uma extensa bacia navegável entre serranias de mal andar. É de crer que em todo o Ocidente, do Algarve ao Cantábrico, não houvesse, depois de Olisipo, passo fluvial mais importante; seria também, entre o estuário do Tejo e os recessos das rias galegas, um dos cais mais seguros e acessíveis.

É sabido também [3] como, a pouco e pouco, este nome de cidade passou, com os progressos da Reconquista, a significar o território que se organizou em torno do seu aro até abranger uma grande circunscrição

[1] Leite de Vasconcellos, *Opúsculos*, t. V; Cláudio Basto, «Os nomes *Cale* e *Portucale*», *Revista de Guimarães*, vol. especial, 1949.

[2] Porto Manso, Porto Antigo, Porto de Rei, Portelo, Portuzelo, etc.

[3] Principalmente depois dos sugestivos e profundos estudos de Paulo Merêa, condensados em «De 'Portucale' (civitas) ao Portugal de D. Henrique», *Biblos*, XIX, 1, pp. 45-62, Coimbra 1943, e também em opúsculo.

administrativa, um *condado* constituído com todos os domínios cristãos do Ocidente ao sul do Minho (antes do Lima). *Terra portucalis*, *territorio Portugal* ou simplesmente *Portugal*, confinou primeiro com outros territórios de «cidades»: Braga, Lamego, Viseu, mais tarde Coimbra e Seia, acabando por englobá-los a todos sob a designação comum. Foi debaixo deste nome que o condado se fez reino e que este se alargou principalmente [4] para o sul, incorporando no território nacional, durante os cinco primeiros reinados, em pouco mais de um século, quase dois terços da sua extensão.

2. *Nomes de* terras *ou* tenências.

As antigas divisões territoriais, criadas e mantidas nos primeiros séculos da Reconquista, extinguiram-se pelos fins do século XIII, acabando com elas os amplos poderes dos *ricos-homens* ou senhores de terras que, em nome do poder central, as administravam com latas atribuições. Nenhuma das *terras* ou *tenências* de que se encontram notícias, na época portuguesa, até 1275 [5], aparece jamais contraposta, ou sequer justaposta, ao nome do Estado: todas eram, e assim foram reconhecidas, divisões administrativas dentro dos limites de Portugal.

Entre os nomes por que são designadas figuram cidades ou vilas importantes, rios e suas margens, divisões territoriais, expressões descritivas de localização («do Douro ao Lima», «além Tejo»); entre eles encontra-se um tal *tenens Algarbium* num documento de 1254. A designação enquadra-se assim nas da terceira categoria, analogamente a Terra de Barroso, Terra de Santa Maria, embora não seja precedida de *terra*, como Beira, Seia e várias outras.

3. *Comarcas e províncias*: *formação e evolução dos seus nomes*

A divisão do reino em *comarcas*, se bem que este nome só se leia depois, aparece já esboçada num codicilo do testamento de D. Dinis (1299); alude-se pela primeira vez a elas nas Chancelarias de D.

[4] Recordam-se as tentativas reiteradas de expansão para o interior da Península desde D. Afonso Henriques a D. Dinis, sem resultado na maior parte.

[5] Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, pp. 14 e segs., onde se acha reunido, na forma de excertos, o material principalmente utilizado neste estudo.

Fernando (1383), mas não se indicam todas. No princípio do século XV, segundo Fernão Lopes, o reino estava dividido em cinco comarcas, onde já estão fixados os nomes por que ao diante serão conhecidas: *antre Doiro e Minho*, *Trás-os-Montes*, *Beira*, *Estremadura*, *antre Tejo e Odiana*; não figura aí o reino do Algarve, que posteriormente ora será assim designado, ora englobado no Alentejo, ora considerado uma sexta comarca.

Pelos fins do século XVI, dizia-se indiferentemente *província* ou *comarca*; um século depois, ainda esta palavra aparece, «como reminiscência do passado», mas a primeira acabou por triunfar e foi a única que chegou até nós com o mesmo sentido originário.

As províncias tradicionais, como se sabe, não correspondem hoje a divisões administrativas, substituídas como foram pelos distritos ou pelas novas províncias; mas, delas existe claro sentimento, tanto entre as pessoas cultas como, em menor grau, entre os seus naturais. Apenas a Estremadura constitui excepção, talvez por ser a mais heterogénea e certamente por, mais do que qualquer outra, ter oscilado muito nos seus limites, retraindo-se pelo norte e leste e alargando-se pelo sul do Tejo, que durante muito tempo se considerou a sua fronteira natural. Assim, é corrente designar pelo seu correspondente nome étnico os naturais das províncias (e eles próprios assim o fazem também); mas ninguém se dirá *estremenho*, como se não diz, por exemplo, *ir à Estremadura* ou *viajar pela Estremadura*.

Os nomes de província nasceram de expressões descritivas da sua localização e, excepto talvez *Beira*, são compreensíveis ainda na língua corrente. Vejamos, segundo Leite de Vasconcellos, como eles se formaram.

Num território cortado de grande número de rios, confluentes uns, paralelos outros, que se lançam numa costa em linha recta, cedo houve tendência para demarcar pelos nomes deles os terrenos intermédios onde existissem *villas* rústicas ou outras propriedades, de que ocorrem muitos exemplos em documentos medievais. Assim nasceu a expressão «entre Douro e Minho», que começou a usar-se com carácter puramente descritivo (1224), mas cedo aparece também como nome próprio (*Nobiliários*, séculos XIII-XIV), sem embargo do primitivo sentido, embora este não predomine já no século XVI. Só no século XVII se diz *Minho* por *Entre-Douro-e-Minho*, que hoje há tendência a restaurar, tanto mais que por Minho se não entende, no conceito geral, o distrito do Porto.

«*Trás-os-Montes*, na origem não passava de uma frase intercalada no falar comum», usando-se a par com *além dos montes*: prevaleceu a primeira, perdendo-se aos poucos o seu sentido originário.

«Não há nenhuma dúvida que a palavra *Beira* é a mesma que na língua comum quer dizer 'borda'[…] Se *Beira* veio do substantivo usual *beira*, resta saber em que sentido.» Leite de Vasconcellos pensou primeiro que seria *beira* do Douro, mas aceita, com Joaquim da Silveira e Ruy de Azevedo, que se trata da beira da Serra da Estrela. Como divisão geográfica aparece pela primeira vez num texto de 1211; e foi este nome que mais cedo perdeu a acepção comum, aparecendo por isso como o menos aparente nesse sentido.

Estremadura significou primeiro, e naturalmente, «raia»; depois, fronteira e extrema de terras cristãs, em relação com os mouros (documento de 960) [6]. Com o tempo, tornadas definitivas até ao Tejo as conquistas que Fernando Magno levara até Coimbra, converteu-se a Estremadura em nome de província (pela primeira vez num codicilo de D. Dinis, 1299).

Alentejo, na origem também uma expressão descritiva, tornou-se depois nome próprio, e assim aparece já no século XIV (com ou sem artigo), com grande representação em cantigas populares, ao contrário de outros nomes de província (Estremadura), que o povo desconhece. Com Alentejo coexistiu *Entre Tejo e Odiana* (*ou* Guadiana), com largo emprego como expressão descritiva, ainda no século XVI, sem se encontrar nessa época um texto decisivo que lhe dê claro sentido de nome próprio, o qual parece nunca ter chegado a atingir; «e chegaria acaso essa expressão a tornar-se inteiramente popular?».

4. *O* reino *do Algarve*.

Neste conjunto de nomes, apenas Beira não evocará a acepção corrente de «borda» ou «orla», a que se chega contudo por um pouco de reflexão. Não assim o nome da última província incorporada no território nacional.

Algarve vem do árabe *algharb* = o Ocidente, assim como *algarvio* vem de *algarbí*, dos raros adjectivos que dessa língua passaram à nossa, diferente na formação dos vários exemplos de adjectivos do mesmo tipo

[6] Ver o estudo reproduzido a seguir.

(cf. *minhoto*, *picaroto*, da Ilha do Pico; *transmontano*, *alentejano*, *ribatejano*; *beirão*, *alentejão*, popular [7]; *-ense*, o mais corrente, *passim*). Os mouros e moçárabes que aí permaneceram depois da Reconquista seriam os únicos a entender estas palavras, estranhas no sentido para os portugueses que desconhecessem a língua árabe [8].

O Algarve era já assim designado nos documentos portugueses ao tempo da sua primeira reconquista (1189); incorporado definitivamente em 1250, cedo se organizou em território, parte da Coroa, parte da Ordem de Santiago, que terminara a sua ocupação militar (1254, documento que menciona um *tenens Algarbium* [9]).

O nome que lhe cabia entre as divisões administrativas da época muçulmana, não se sabe ao certo qual fosse [10]; no tempo do califado, contituía uma *qurâ*, isto é, circunscrição, com o nome de Ocsónoba (Ossónoba), cuja capital era Silves [11], que ao tempo da primeira Reconquista era ainda a sua principal cidade. Com a ruína do califado, esta terra distante seguiu as tendências separatistas que reiteradamente se observavam no mundo muçulmano. Umas vezes foi Silves o centro de resistência contra o poder central (principado efémero incorporado no reino *taifa* de Sevilha em 1051), outras esta cidade seguiu a parcialidade de Mértola, a cujo castelo, considerado um dos mais fortes do Ocidente, parece ter obedecido por vezes todo o território algarvio (principado de Ibne Cací, 1144-1151). Já antes, como consequência da anarquia do califado, no princípio do século XI, Ibne Hárune estabelecera um

[7] Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, p. 542, dá abonações literárias mas diz que não se lembra de ouvir assim ao povo; ocorre-me ter ouvido esta forma na Estremadura e na Beira Baixa, sem poder precisar os locais.

[8] Como hoje: há quem pense (e até escreva…) que Algarve significa «jardim»!

[9] Leite de Vaseoncellos, *op. e vol. cit*., p. 614, onde cita Gama Barros; cf. Ruy de Azevedo, in *História da Expansão Portuguesa*, t. I, pp. 17 e 63, que refere outro *tenens* em documento de 1265.

[10] David Lopes, «Os Árabes, nas obras de Herculano», *Bol. da Academia*, 1911, pp. 50 e segs., com a sugestiva hipótese da utilização das fontes clássicas por Edricí e da influência delas no conceito das regiões que descreve. A coincidência dos limites dessas divisões com os da Lusitânia romana não é contudo argumento decisivo; a esses mesmos limites se irão ajustar a fronteira política e a separação linguística. Eles representavam, na organização da Península, um elemento de ordem e coesão local, respeitado e utilizado pelos sucessivos dominadores. É evidente que as divisões da Reconquista não *reencontraram*, por um acaso pouco explicável, os limites antigos; estes é que não tinham, através dos tempos, perdido totalmente o seu valor.

[11] Levi-Provençal, *Histoire de l'Espagne Musulmane*, t. III, p. 50 e David Lopes, *op. cit*., p. 79.

principado independente na povoação que tomou o seu nome (Faro [12]). Governado por alguns chefes locais, que se rebelaram mesmo contra a unificação do império almorávida, não admira que o Algarve figurasse um «reino» ao tempo da sua primeira reconquista. «Reis» eram, com efeito, nas memórias cristãs desse tempo, os chefes muçulmanos locais (o rei Esmar da batalha de Ourique, por exemplo, identificado por David Lopes como um governador de Santarém [13]). Pouco depois de se apoderar de Silves, D. Sancho I juntou, nos documentos oficiais, ao título de *rei de Portugal*, o de *rei de Silves e do Algarve*, ou somente *do Algarve*. Com a perda dessa cidade, o título deixa de figurar nas chancelarias dos dois reis seguintes, reaparecendo somente com D. Afonso III, depois da segunda e definitiva reconquista. D. Afonso V, depois das suas conquistas em Marrocos, alargou, como se sabe, esse título a *dos Algarves*, *de aquém e de além mar em África*. Os mouros chamavam «Ocidente» ao Oeste de Marrocos, como já haviam chamado ao Oeste da Península. A sugestão deste título deve ter partido não apenas da identidade de nome mas ainda do conhecimento da sua significação [14]; acaso influíra também alguma semelhança entre estes territórios que uma posição homóloga, a identidade da natureza e a civilização comum muito fizeram para aproximar. *Rei de Portugal e dos Algarves* (*etc*.) foi quase sempre, em breve, o título que os nossos reis usaram, em diplomas ou medalhas, até ao fim da monarquia.

Um título que, no decurso da história, cedo havia de perder o seu conteúdo real, custa a crer que viesse a ter influência bastante para criar um uso. Mas, de facto, não só entre os corógrafos o Algarve figura sempre como *reino* (e não como província), justaposto a Portugal, como se conservarão por muito tempo expressões como «rua chamada de Portugal», em Loulé, demolida pela maior parte por um terremoto em 1580 [15]; «estrada de Portugal» (ainda em 1607 [16]); «porta de Portugal», nas muralhas de Lagos, lembrada hoje na longa rua de acesso à cidade [17]; curiosa é também a designação de *bispo do Algarve*, que ainda se usa,

[12] Chamada primeiro Santa Maria do Algarve; parece ter suplantado Ossónoba em importância. Vid. David Lopes, *op. cit*., p. 78.

[13] *Op. cit*., pp. 170 e segs.

[14] Dum e doutro lado do estreito de Gibraltar, *Algarve*, segundo David Lopes (*op. cit*., pp. 188-189) significou apenas uma parte e não, genericamente, todo o «Ocidente».

[15] Pereira de Sousa, *O Terremoto de 1755*, vol. III, p. 537.

[16] Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, p. 614.

[17] *Guia de Portugal*, vol. II, p. 301 (Rua da Porta de Portugal).

quando todos os demais prelados portugueses são nomeados pela cidade da sua sé (da mesma forma para bispado). O facto da sede do bispado ter mudado de Silves para Faro não explica essa anomalia; cf. bispo de Bragança e Miranda, bispo da Guarda (antes Egitânia, Idanha). Nestes exemplos fica patente o sentimento de individualidade do Algarve, considerado, em relação ao resto do país, antes como um apêndice do que como parte integrante dele. Para tal, uma razão poderosa deve existir, mais forte do que a pretenciosa solenidade das chancelarias régias.

5. *Incorporação e desenvolvimento desta região*

Os nomes de região acompanham o desenvolvimento e a organização dos territórios. Leite de Vasconcellos, no segundo volume da *Etnografia Portuguesa* mostrou, com base na sua colheita exaustiva de nomes de divisões tradicionais antigas e modernas, a existência de extensas áreas que constituem *pars indivisa* ou *innominata* no meio das restantes. Pela maior parte, foram aquelas que, à margem das grandes linhas de trânsito e por ausência de centros de atracção, permaneceram no isolamento e vieram a organizar-se em época mais tardia. O que seja este mundo, pobre e arcaico, ainda hoje se pode avaliar percorrendo as últimas estradas abertas, através da penúria das montanhas de xisto, no coração da Beira: lugarejos de casas cobertas de lousa, perdidos numa prega de terreno, retalhos de cultura que salpicam irregularmente a enorme extensão do matagal, estradas quase sem trânsito que, de longe em longe, atravessa um grupo de gente ou um rebanho, seguindo pelos velhos trilhos pedregosos e irregulares, de lugar para lugar ou entre as cortes e a magra pastagem que reveste as encostas dos montes. Quando muito, a lugares assim aplicam-se designações genéricas, como *charneca*, *serra*, que, embora tomadas no sentido de nomes locais, são entre estes, os menos precisos no conceito de localização.

O estudo da formação dos nomes de província mostrou que estes, muito antigos na língua, vieram a fixar-se numa época tardia, depois de hesitações e flutuações próprias de expressões tiradas da linguagem corrente e tomadas num mero sentido de localização. Veja-se, por outro lado como, excepção talvez para Trás-os-Montes, mais cedo individualizada no seu isolamento interior, o conceito das províncias variou com o tempo, ora alargando-se, ora restringindo-se, não sendo ainda hoje claro em relação a parte delas (excluídas, naturalmente, as

divisões administrativas modernas, mais ou menos arbitrárias). Não assim com o Algarve: ausência de um sentido descritivo de localização compreensível dentro da língua (não se iria chamar «Ocidente» à mais meridional das regiões), uma forma única em contraste com outras expressões flutuantes (Alentejo ou Entre Tejo e Odiana, por exemplo), confins marcados com precisão (quando, entre a Beira e a Estremadura, entre esta e o Alentejo, oscilaram grandes extensões de território), inexistência, dentro da província, ou entre ela e a confinante, de divisões secundárias extensas (como Douro e Ribatejo). Apenas um conceito lato e um conceito restrito, este aplicado à faixa de terrenos modernos, contraposta à «Serra» de xisto. Ainda hoje o vulgo serrano emprega expressões como «ir ao Algarve», marcando com toda a precisão o lugar onde ele começa. Mas ninguém terá dúvida em que as Serras de Monchique ou do Caldeirão ficam «no Algarve».

6. *Organização e isolamento*

Esta singularidade entre os nomes das nossas províncias só pode explicar-se por dois factos: o Algarve, conquistado rapidamente, conservou o essencial da sua organização da época muçulmana [18]; as pobres e ásperas serranias que o separam do Alentejo mantiveram-no segregado desta província e, portanto, do conjunto de Portugal, onde ele formou, de facto, um mundo à parte.

A primeira reconquista de Silves (1189), conservada apenas por pouco mais de um ano, não podia manter-se por falta de apoio terrestre. Ela pode considerar-se como uma diversão à pressão exercida pelos exércitos almóadas que, no ano seguinte, viriam a ocupar as alturas da Outra Banda, cercando Santarém, ameaçando Tomar e Lisboa e isolando completamente Évora, defendida valorosamente pelos freires de Calatrava. Sem o concurso de uma armada de cruzados, nunca D. Sancho I se atreveria a tentar a expugnação da cidade. As forças portuguesas vieram parte por mar, navegando com a armada estrangeira, parte por terra, através de serranias cortadas de desfiladeiros, despovoadas e incultas; se nenhum castelo lhes tolhia o passo, também, provavelmente,

[18] «As principais povoações e fortalezas da província tinham já existência no período sarraceno e foram incorporadas no reino de Portugal em pleno desenvolvimento, muitas delas, até, com os mesmos limites do domínio anterior», Ruy de Azevedo, *op. e vol. cit*., p. 63.

não encontraram neste descampado maneira de abastecer-se. Por mais de uma vez, perante a heróica resistência muçulmana, talados os campos à roda da cidade, os sitiantes pensaram em levantar o assédio por começarem a escassear-lhes os mantimentos [19]. Desimpedido o carrinho do regresso, ficavam, ainda assim, muito longe as bases de abastecimento. De facto, até há um século, toda a faixa litoral que se estende do estuário do Sado até ao Cabo de São Vicente, permaneceu coberta de charnecas e areais estéreis, pela maior parte inculta e despovoada. Perante a pressão almóada, Silves, quando os cruzados se foram, sem o apoio de uma esquadra poderosa, não podia sustentar-se. Assim, este brilhante episódio militar ficara sem consequências.

As campanhas de D. Sancho II são conduzidas com outra segurança. Abordado por terra, o Algarve foi-o pela sua porta mais importante: o vale do Guadiana. Ao mesmo tempo, procurando firmar-se em ambas as margens, este rei isolava os muçulmanos do extremo Ocidente das principais cidades donde lhe poderiam vir recursos. D. Afonso III limitou-se a colher o fruto que o seu antecessor deixara amadurecer. Entre a queda de Mértola, o «forte castelo» que tanto influíra na história interna dos principados árabes do Algarve, e a submissão do resto do território, decorreu uma escassa dúzia de anos [20].

Até à construção das estradas e dos caminhos de ferro, uma faixa de montanhas, se não elevadas, de relevo confuso e cortadas de vales profundos, terras de xisto de extrema pobreza, isolaram o Algarve do resto de Portugal. Elas não eram completamente destituídas de acessos: o corredor por onde segue a via férrea, a faixa natural de trânsito que ora corre nas plataformas cobertas de areia ora desce aos fossos do litoral (Aljezur), são, depois do Guadiana, as duas entradas mais acessíveis. Mas tudo à roda foi, até há cem anos, pouco menos que um deserto. Ainda hoje, à excepção de Monchique, um oásis de fertilidade por causa da composição do solo e da abundância de chuva, em toda a serra de xisto não há vilas, nem aldeias, raros sendo os lugares que alcançam uma centena de habitantes. Apenas, insinuando-se ao longo dos vales, a favor de uns retalhos de horta em aluviões regadas, uma colonização moderna

[19] Para a narrativa minuciosa destes sucessos e dos seguintes, ver as páginas clássicas de Herculano, ainda não superadas; aos factos descritos pelo grande historiador acrescento apenas algum comentário pessoal, à luz do conhecimento dos lugares.

[20] Mértola era já portuguesa em 1238; a campanha do Algarve foi iniciada por D. Afonso III em 1249.

tem, a pouco e pouco, conquistado este perdido maciço. Formas muito primitivas de economia persistem aí: «apanha» de medronhos (para o fabrico de aguardente), queimadas de mato, que precedem arroteias deslocadas ao fim de dois ou três anos, fabrico de carvão de troncos e raízes de arbustos. Alferce e Marmelete, duas pequenas aldeias nas extremidades do maciço eruptivo de Monchique, até há poucos anos viviam totalmente isoladas; não tinham estrada nem caminho carroçável, nem carros portanto, pois só os animais e as pessoas podiam circular pelos ásperos declives que as separavam do resto do mundo.

Em contraste com estas serranias isoladas e arcaizantes, o Algarve propriamente dito era, e foi sempre, outro mundo: muito povoado, cortado de uma rede densa de estradas e caminhos, salpicado da brancura das suas casas dispersas, coberto de uma verdadeira «mata cultivada» de figueiras, alfarrobeiras e amendoeiras, com as suas velhas cidades e vilas, rodeadas, desde o tempo dos mouros, de hortas e vergeis feracíssimos, os recessos do litoral onde se abriam locais de pesca, os múltiplos recursos da terra e do mar (frutos, mel e sal já exportados na Idade Média), aberto, desde os tempos mais recuados que a Arqueologia permite enxergar, à vida de relação e à ressonância das grandes civilizações mediterrâneas.

Terminada a incorporação do território nacional, antes da infusão de civilização europeia devida a D. Afonso III e à sua gente e do surto agrário do tempo do seu sucessor, é de crer que, a seguir ao velho solar minhoto, que lhe serviu de berço, nenhuma área do país possuísse organização tão desenvolvida como o Algarve. Neste facto, e no isolamento em que o «reino» ao depois havia de permanecer, se podem encontrar as razões da singularidade por que ficou conhecido entre os demais nomes de província.

REFLEXÕES SOBRE ESTREMADURA: SIGNIFICADO E ORIGEM DO NOME

Evolução do conceito de uma região tradicional e administrativa

Com a consabida sagacidade e erudição, José Leite de Vasconcellos estudou a Estremadura entre «as divisões tradicionais do território português» [1]. À condensação da matéria pelo mestre da Etnografia portuguesa acrescentarei as minhas próprias informações.

Não há província com tão grande variação de limites: terras que vieram a pertencer à Beira, outras ao Centro Litoral do País, outras ao Sul, visto que se criou, embora com pouco uso, a designação de Estremadura Transtagana, que, no tracto mais extenso, não difere do Alentejo.

São inúmeros os exemplos, em diferentes épocas: povoações outrora pertencentes à Estremadura vieram depois a fazer parte da Beira, outras, por seu turno, passaram do Alentejo à Estremadura. Desta oscilação de limites resulta, como já fiz notar [2], que a designação de Estremadura é menos precisa que a de qualquer outra província: ninguém atribui a si próprio a qualidade de «estremenho», assim como se não emprega a expressão «viajar na Estremadura». É assim a província de que se tem menos consciência.

No codicilo do testamento de D. Denis, de 1299, alude-se a *concelhos d'antre Tejo e Odiana e de Moura e Serpa; da Estremadura; d'antre Douro e Mondego*, *da Beira*, *d'antre Douro e Minho*, «omitindo-se Trás-os-Montes e Algarve por estarem talvez encorporados respectivamente em Entre Douro e Minho e Antre Tejo e Odiana» [3]. A interpretação de Leite de Vasconcellos não é convincente. O codicilo

[1] *Etnografia Portuguesa*, t. III. Lisboa, 1941, pp. 392-422 (parte geral). Saído postumamente, foi o último volume preparado pelo autor.

[2] «Portugal e o Algarve: singularidade de um nome de província», estudo acima reproduzido.

[3] *Etnografia Portuguesa*, t. III, p. 17.

enumera, ao acaso e sem ordem, a situação de várias deixas. Trás-os-Montes aparece individualizado muito cedo, embora pertencesse, até à fundação do bispado de Miranda (1545), ao arcebispado de Braga. O que pode ser duvidoso para esta comarca é certo para o Algarve: desde a primeira reconquista de Silves, por D. Sancho I (1189), com auxílio de uma armada de cruzados mas sem apoio terrestre e por isso abandonada ao fim de poucos meses, os monarcas se intitulavam «Reis de Portugal e do Algarve»; é impossível que um «reino», que conservou sempre a sua individualidade, fosse incorporado na comarca de Antre Tejo e Odiana. Mais uma vez, como tantas na história, a omissão não constitui prova. É de notar que «entre Douro e Mondego» não se manteve como nome de comarca e que resulta nítida a individualidade de Além-Guadiana, por onde D. Dinis quis dilatar a fronteira conquistando Aroche e Aracena, restituídas à Espanha em «escambo» das Terras de Riba Coa, de que o Rei se apoderara no ano anterior, pelo tratado de Alcañices (1297).

A designação de «antre Douro e Mondego» desapareceu, estendendo-se a Estremadura até Gaia, que em 1437 passou da comarca ou correição da Estremadura para a de Entre Douro e Minho [4]. Este retraimento da Estremadura no norte, indica (seja qual for a origem do nome, discutida adiante), que a designação caminhou do norte para o sul (fig. 7) [5].

Pelo numeramento de 1527 a vila da Feira era ainda o seu lugar mais setentrional e a comarca tinha como limite meridional o Tejo. Na «Descrição de Portugal», de Duarte Nunes do Leão, pronta em 1599 e impressa em 1610, este limite havia-se modificado, portanto em menos de três quartos de século, sem que se consiga, com os textos que pude haver à mão, indicar a data precisa dessa alteração.

Segundo este corógrafo, o reino de Portugal divide-se em «seis regiões, ou províncias… a terra d'antre Douro & Minho,… a província de Tras los Montes… a Beira,… a província de Entre Tejo e Guadiana em que se contem o Campo de Ourique,… a Estremadura de que é cabeça a grande cidade de Lisboa, que por si só com seu termo é um grande

[4] *Etnografia Portuguesa*, t. III, p. 122, n. 1 e p. 392.

[5] Já em 1416 o anónimo arauto, autor de uma descrição em latim da Europa, dizia que o rio Douro «delimita esta província até ao mar ocidental». Interessa aliás notar que, segundo ele, «A Estremadura tem este nome de extremada porque é a melhor, a mais rica e a mais forte de todas as regiões do reino», prova que, no princípio do século XV, o sentido original do nome da província já estava esquecido (A. A. Nascimento, *Livro de Arautos*, Lisboa, 1977, p. 248) [nota de 1986].

reino,… o reino do Algarve». Mas a enumeração dos lugares é feita sobre as «correições», divisões judiciais, várias por província.

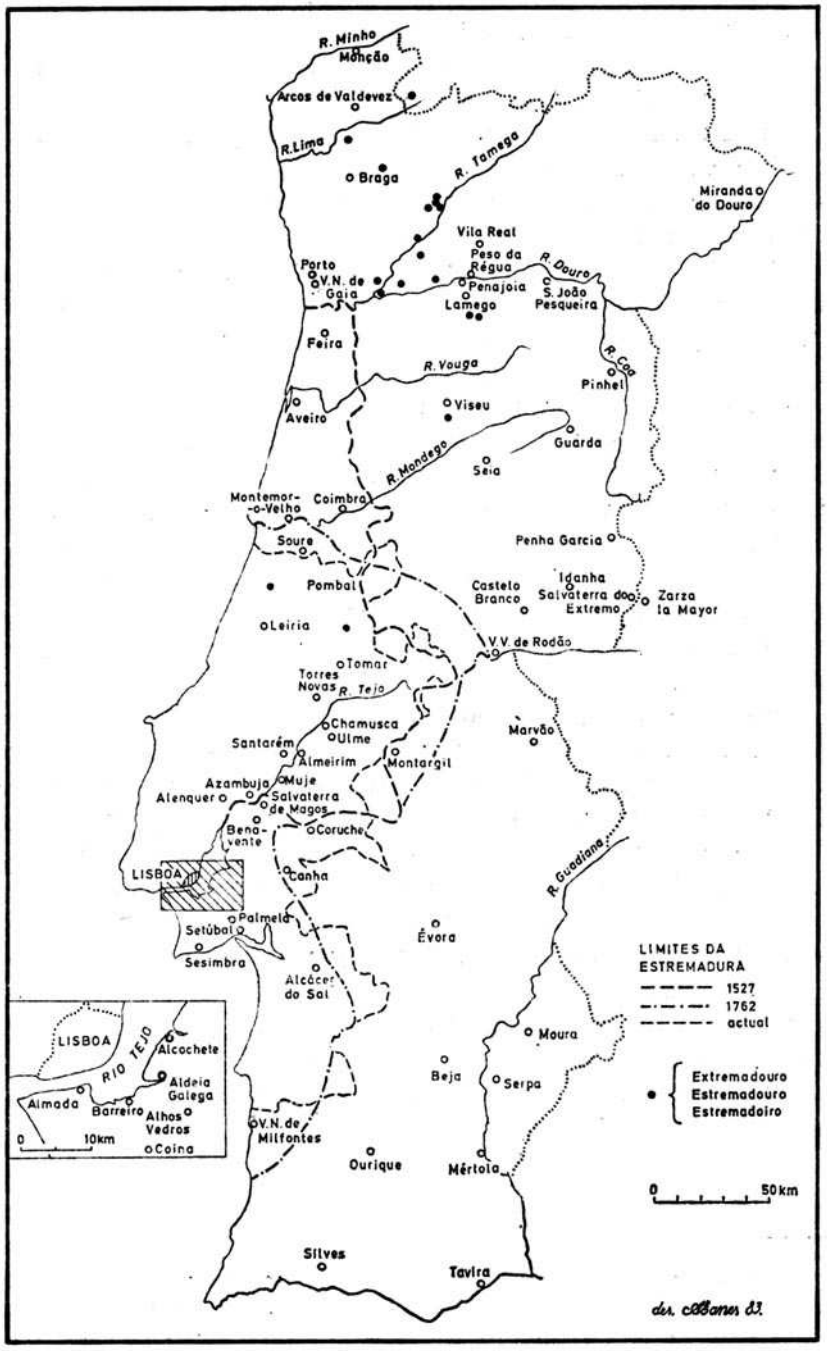
Na correição do Porto não figura Vila Nova de Gaia, provavelmente incluída na cidade, de que forma um arrabalde de fácil comunicação pelo rio. Na correição de Aveiro, que confronta com a anterior, refere a «Villa e terra da Feira». Mas, ao passo que menciona as correições de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, a «Comarca de Alentejo», Estremadura e Algarve, não especifica a Beira, certamente por lapso: pertencem-lhe assim as correições de Coimbra, Viseu, Lamego, Guarda, Aveiro, Pinhel e Castelo Branco; a enumeração não segue qualquer ordem e reflecte o espírito um tanto confuso do autor, que não tinha o sentido do espaço nem consultou o primeiro mapa impresso de Portugal em 1560, de Fernando Álvaro Seco [6].

Na Estremadura enumera as correições de Santarém, Leiria, Tomar, Alanquer, Setuual e Lisboa. No fim do século XVI, os limites da Estremadura haviam-se modificado consideravelmente, passando a parte setentrional para a Beira, até Coimbra, e ultrapassando o Tejo nas correições de Santarém e Setúbal: na primeira Almeirim, Muja, Saluaterra, Monte Argil, Curuche, Vlme, Chamusca; na segunda: Setuual, Palmella, Couna, Barreiro, Alhos Vedros, Aldeia Gallega, Alcouchete, Cezimbra, Almada, Cabrella, Benavente, Alcacere do Sal (sempre sem ordem corográfica).

O mapa da província com que Leite de Vasconcellos ilustrou o seu estudo tem a data de 1762; pelo norte, o limite alcança o Mondego, a jusante de Montemor o Velho, a leste abrange parte considerável da Beira, até Vila Velha de Ródão, com uma pequena extensão ao sul do Tejo em direcção de Marvão, que já pertencia ao Alentejo, pelo sul até Vila Nova de Milfontes; ficam de fora Canha, embora pertencente ao concelho de Aldeia Galega, que também fazia parte do Alentejo. Deu-se assim, como em Espanha, uma *meridionalização* do conceito de Estremadura como entidade tradicional e geográfica. A criação dos distritos de Lisboa e de Santarém, com a sua ponte «transtagana», tinha assim uma tradição de, pelo menos, 236 anos; a Estremadura englobava ainda o distrito de Leiria e excluía os de Coimbra e Aveiro.

[6] Tão largamente difundido que ainda às vezes aparecem exemplares em negociantes de livros e mapas raros. Não vem a propósito referir aqui alguns erros grosseiros de localização dos lugares em Duarte Nunes do Leão.

Fig. 7 — LIMITES DA ESTREMADURA E OCORRÊNCIAS DO TOPÓNIMO EM PORTUGAL



Reconquista da Estremadura

Afonso VI de Leão e Castela procurou anexar a Estremadura aos seus domínios. Há uma primeira Reconquista, por 1093-1095, depois a invasão almorávida fez recuar os limites cristãos e a Reconquista definitiva, demarcada pela linha do Tejo, aproveita o desmoronamento rápido daquele império, que tinha o centro e o comando em Marrocos, e a energia e capacidade do grande cabo de guerra que foi o nosso primeiro Rei, justamente cognominado o Conquistador. Primeiro a fundação do castelo «inexpugnável» de Leiria (1135), na realidade várias vezes conquistado e perdido, depois a conquista de Santarém, Lisboa e vilas do seu termo (1147). O Tejo foi logo ultrapassado pela rendição de Almada, Palmela e por frequentes incursões pelo Alentejo que, embora com vária fortuna, efectuaram a conquista de Beja e de outras terras, pela acção dum ousado guerrilheiro que combatia por conta do Rei de Portugal mas seguia a própria inspiração, Geraldo Sem Pavor, que ameaçava a poderosa fortaleza de Badajoz, capital de um reino de taifa e, com grande ousadia, desenhou um promontório pela Extremadura espanhola até Trujillo, logo perdido em favor de Leão.

Foi durante o período dos primeiros «reinos de taifa» (ou de bandeira), quando muitas cidades procuravam não só autonomia mas expansão dos pequenos ou grandes territórios delas dependentes, que a Reconquista progrediu com mais vigor e segurança.

Havia grandes tractos sujeitos ao mesmo reino, Badajoz, por exemplo, que se estendia até ao mar, em Lisboa; a navegação do Tejo deve ter contribuído para facilitar este alargamento. Para ocupar as novas terras e assegurar a sua defesa faziam-se concessões importantes a cruzados e outras colónias na Estremadura. Método seguido em todos os tempos e impérios, de fixar soldados transformando-os em colonos, geralmente agrícolas. Assim tinham feito os romanos na Península e tentaram fazer os portugueses em Angola. Dois exemplos, tão distantes no tempo, bastando para mostrar a permanência de uma prática, mais ou menos conscientemente generalizada.

Durante a reacção almóada, sob o comando de um imperador hábil e prestigioso, Iúçufe Abu Iacube, as fronteiras recuaram, Santarém foi cercada, Almada ocupada, Torres Novas também e Tomar ameaçada, e perdidas todas as terras ao sul do Tejo, excepto Évora, que resistiu como uma ilha valorosamente defendida pelos freires de Calatrava (1190). O rápido declínio do império almóada, que se seguiu à morte de Iúçufe, os

segundos reinos de taifa, que se guerreavam entre si e faziam alianças separadas com os reis cristãos, permitiram os rápidos e derradeiros progressos da Reconquista, adquirindo Portugal, em 1250, com muito pequenas diferenças, a forma definitiva: a mais antiga e estável das fronteiras do mundo.

Extrema das terras cristãs e mouras ou Extrema do Douro?

J. Leite de Vasconcellos aceita, de acordo com a tradição espanhola, que *Extremadura* ou Estremadura [7] vem de «extremar» os limites dos dois dominadores rivais: «A palavra significou primeiro, e naturalmente, 'raia'», dando-se exemplos abonatórios de autores portugueses (Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, parte VI, p. 53: «reino de Leão em cuja *estremadura* está Albuquerque situada»; P.e Luís Cardoso, *Dicionário geographico*, I, 1747, p. 336: «…pela parte, ou *estremadura* do reino de Lião»).

«Depois passou a significar, muito tempo, como dizem alguns autores, fronteira e extrema do que os cristãos possuíam (com relação aos mouros)». Como escreveu Gama Barros [8]: «Até ao século XIII, durante quase todo o período da Reconquista, a palavra *stremadura* designava os territórios onde já dominavam os cristãos, mas fronteiros àqueles que estavam ainda sujeitos aos muçulmanos».

Ao domínio dos muçulmanos chamavam os nossos antigos *Terra dos Pagons*, expressão análoga à que se usava em Leão, *Terra Maurorum* (1147). Como documentos mais remotos Gama Barros cita um de 960 e Leite de Vasconcellos um de 1059, com *in extremis*.

«Na confirmação do foral dado por Fernando Magno, rei de Leão e Castela, à Pesqueira e a outras povoações, entre 1055 e 1065, confirmação feita por D. Afonso Henriques, diz este que os seus antepassados ampliavam e povoavam as *extrematuras*».

Continua Gama Barros: «tornadas definitivas as [primeiras] reconquistas de Fernando Magno, se converteu [subentende-se pelos

[7] O autor adoptou a primeira forma nos escritos reunidos em *De Terra em Terra*, mas na *Etnografia* decidiu-se por Estremadura, única forma registada no *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves. A pronúncia não permite decidir porque ambas soam *Xtremadura*. Em castelhano usa-se Extremadura.

[8] *Boletim de Etnografia*, n.º 5, Lisboa, 1937, p. 84.

tempos adiante] a denominação *Extremadura* em nome próprio da província» [9].

A data mais antiga que a atesta é o famoso codicilo de D. Dinis de 1299 e outras alusões dos séculos XIII-XIV: *«Fulano* casou na Estremadura com irmã do Alcayde d'Azambuja», «filha d'huum caruoeyro na Estremadura». E em poesias trovadorescas:

E disse-m'el: *per Leyrea*
Se vai caminho de Sea.
Dix(*e*): *per com'el cea*
Poys eu fiqu'ẽ Stremadura [10]

Cancioneiro da Vaticana n.º 912 (de Estevam da Guarda). E outra, no mesmo *Cancioneiro*, de João Zorro (n.º 758):

Mete el-rei barcas no rio forte
……
Mete el-rei barcas na Estremadura.

Leite de Vasconcellos, que cita estas cantigas, não tirou partido da segunda. Penso que o «rio forte» possa ser o Douro, navegável até ao Cachão da Valeira (São João da Pesqueira), navegado por embarcações de alto bordo até Penajoia (perto da Régua), que servia de porto a Lamego e Vila Real, para exportação dos seus excelentes vinhos muito antes do tratado de Methuen (1703); portanto mete el-rei barcas na Extrema do Douro; isto é, no rio que deu o nome à região. O Mondego era navegável no tempo de D. Afonso Henriques até Coimbra e Soure por «navios de pequena calagem, como fustas e barcas» (Jaime Cortesão), mas depressa se assoreou [11] e o Tejo separava a Estremadura da comarca de Antre Tejo e Odiana, pelo menos até 1527. O que fala em favor da interpretação adiante proposta.

[9] *Boletim* cit., pp. 84-85.

[10] Ir por Leiria a caminho de Seia é mera liberdade poética; há um trocadilho com o nome da terra e a refeição. Seia, centro de organização do sopé norte da Serra da Estreia, e por isso independente, como Viseu, da Terra de Portugal com que confinava, conservou tardia originalidade mesmo quando a figura políaica de Portugal se definiu.

[11] V. O. Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977, pp. 102-103.

«Pois que Estremadura, na origem, não passava de nome comum, que depois se tornou próprio, assim continuando até hoje, fica posta de parte a explicação dele por *extrema Durii*, que autores antigos adoptaram». Reforça peremptoriamente Leite de Vasconcellos: uma razão filológica apoia a conclusão histórica. «Em primeiro lugar, *extrema Durii*, se fosse expressão viva, não se transformava em Estremadura mas em *Estremadur*»; em segundo lugar, o nome medieval do rio era *Dorius*: *flumen Dorio* (875); no livro de D. Mumadona (959) aparece mais uma vez *inter Dorio et Tamega*. Leite de Vasconcellos, tão cauteloso em afirmar, inclina-se sem hesitação para esta ideia, reforçada com Gama Barros. Vejamos se o assunto poderá ter outra solução.

Chamou-me a atenção para ela uma placa indicativa de pequena estrada camarária a 4 km a SW de Lamego com a indicação *Estremadouro*. Como alguns mapas têm Estremadoura, verifiquei *in loco* que era erro. Trata-se de um lugar da freguesia de Penude, concelho de Lamego, logo ao SW da cidade, com 46 prédios. No Numeramento de 1527 «Aldea de Penude» figura entre as 70 «quintãs e lugares» do termo de Lamego, com 13 moradores; como Estremadouro pega com outro lugar e este com Penude é natural que tenham sido englobados num só. Quase dentro de Lamego, há um grupo de menos de 5 casas com o mesmo nome. Estremadouro está de acordo com a forma medieval do rio, Dorius e não Durius, ou seja Douro; do hipotético «Estremadur» não se conhece qualquer vestígio, nos textos ou na toponímia.

Foi a partir daqui que, com a ajuda de J. Proença Ribeiro, se elaborou um mapa dos topónimos *Extremadouro*, *Estremadouro* e *Estremadoiro*, não havendo um único Estremadura [12] (fig. 7).

Dele resulta claramente que se trata dum topónimo do Noroeste (a colmeia humana donde partiu a Reconquista portuguesa), que não ultrapassa o limite de Entre Douro e Minho, tanto para leste como para sul. Ao sul deste rio apenas aparece duas vezes junto a Lamego, uma a Viseu e duas perto de Pombal.

Se não é um topónimo claramente ligado *ao rio Douro*, pois aparece em ambas as margens, mas só abunda entre o Lima, o Douro e o Tâmega, tão-pouco aparece nas frentes das Reconquistas ou *Estremaduras*, mais estáveis ou mais mudáveis (em todo o caso permanecendo no sentido de *limite*) dos grandes ermos do Sul do país e dos avanços e recuos dos impérios almorávida e almóada.

[12] Segundo o *nomenclator* do mapa a 1:25.000 do Estado Maior.

Na geração de Leite, de que Menéndez Pidal foi o derradeiro sobrevivente, a comunicação científica era intensa entre os dois Estados peninsulares. Por isso Leite procura, e encontra, um paralelo espanhol. Segundo L. Martín Echevarría [13] «na Idade Média chamava-se território de «extremos» aos países fronteiriços — quase sempre dedicados a pastos, porque as correrias de mouros e cristãos impediam o seu cultivo — e aplicou-se primeiramente a palavra Extremadura às terras do Douro, desde Aranda a Astorga, estendendo-se à medida a que avançava a Reconquista até chegar à raia de Andaluzia. Desde a conquista de Toledo, começou a conhecer-se com o nome de Extremadura de Leão a região situada a oeste daquele reino. Formou nos fins do século XVIII uma intendência, que tem de extensão 41 800 km^2, dividiu-se logo em duas províncias, as maiores da Espanha» [14].

Ora à opinião peremptória do geógrafo espanhol citado pode opor-se outra muito mais recente e autorizada de Angel Cabo Alonso: «Galiza, Astúrias, Aragão, Catalunha e outras diversas regiões tomaram o nome de uma demarcação histórica a que mais ou menos se acomodam os limites actuais. A palavra [Extremadura] deriva de outras medievais, Extrema Durii, que se aplicavam ao espaço compreendido entre o Douro e o Sistema Central a partir do momento em que Afonso III estendeu os seus domínios no século IX desde o mar Cantábrico até à margem direita desse rio. A Extrema Durii era a terra extrema e fronteira frente ao sul muçulmano. Transposto o Sistema Central penetrava-se na Trás-Serra» [15]. É evidente que o geógrafo recolhe uma opinião corrente entre filólogos e historiadores. C. Sánchez-Albornoz escreve [16]: «No que foram depois os *Extrema Durii*, em romance Extremadura, na zona que se estende até à Cordilheira Central, ainda que muito intenso, o despovoamento não foi tão grande».

Vejamos outros exemplos e interpretações:

«A palavra Extremadura é originariamente um nome que, tanto em espanhol como em português, designa a 'orla fronteiriça mais exterior'. Na época da Reconquista tardia foi empregada por ambos os povos para

[13] *Geografia de España*, t. II, 1928, pp. 90-91 (col. *Labor*, Barcelona).

[14] A Extremadura espanhola tem quase metade da extensão de Portugal (ver fig. 8).

[15] «Introducción Geográfica» a *Extremadura*, na obra colectiva *Tierras de España*, Madrid, 1978.

[16] *España. Un enigma histórico*, II, p. 28 (1956). Nesta obra de síntese o autor prescinde de citações mas é claro que se apoia na autoridade de um filólogo.

designar o sector de luta das guerras contra os mouros e desta maneira conservou de ambos os lados da fronteira política uma significação territorial. Contudo a Extremadura portuguesa e a espanhola não confinam. Em Espanha Extremadura é ainda hoje a região das províncias de Cáceres e Badajoz. Em Portugal a Estremadura era aquela das seis antigas províncias [tradicionais] que coincide com os actuais distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal e o actual nome foi escolhido na divisão geográfica do território português no sentido mais regionalmente limitado» [17].

«A oeste do fosso do Tejo médio, dos Campos de Calatrava e ao norte da Sierra Morena, estende-se a Extrematura espanhola», ainda que os seus limites sejam indecisos, principalmente com a «região afim da Sierra Morena». Por outro lado, «a parte mais genuína de Portugal, por ser a mais atlântica, é o território que se estende, adentrando-se no mar, pelo terço médio do litoral ocidental peninsular, compreendendo a região da Extremadura [Estremadura] lusitana».

«Durante o largo período da Reconquista as nacionalidades que nasciam transformavam-se continuamente, não tendo limites estáveis, nem corresponderam tão-pouco em qualquer época a regiões naturais. Os reinos de Leão e de Castela dividiam a altiplanície do Douro, seguindo uma fronteira que do norte ao sul atravessava pelo meio a planura castelhana, aumentando continuamente as suas extremaduras, ou seja os extremos meridionais. Portugal, com limites mais estáveis, prolongava a sua extremadura até chegar ao reino do Algarve, tendo como única característica fisiográfica geral em toda a nação a sua situação atlântica» [18].

[17] H. Lautensach, *Iberische Halbinsel*, München, 1964, pp. 488-489. Neste livro, que trata conjuntamente Espanha e Portugal, evita-se o nome como designação regional para que não haja confusões. A despeito de inconveniente o mesmo nome aplicado a regiões de Espanha e de Portugal, é difícil proscrevê-lo da nomenclatura, dada a manifesta originalidade e o uso corrente.

[18] Eduardo Hernández-Pacheco, *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España* [y Portugal], Madrid, 1934 (2 tomos com numeração seguida), pp. 101, 374 e 405. Cita-se de propósito o pioneiro da Geologia e Geografia da Península Ibérica, compreendendo Portugal, a cujas praias, como a maioria dos estremenhos, vinha passar o Verão. Posteriormente adoptou 'Hispano' quando se refere a toda a Península Ibérica: *El Solar en la Historia Hispana*, Madrid, 1952 e *Fisiografia del Solar Hispano*, Madrid, 2 vols., 1955-56.

Fig. 8 — A ESTREMADURA ESPANHOLA

Vejamos algumas dificuldades desta interpretação. Se existe «estremadura» em duas línguas afins, porque não se encontra na outra — o catalão? Se Leão e Castela e Portugal tiveram as suas «estremaduras» movediças, porque não se encontram em Aragão e Catalunha, que também dilataram os seus territórios à custa dos mouros?

As Reconquistas de Portugal e de Leão e Castela não progrediram paralelamente. A Reconquista portuguesa avança muito rapidamente até ao Porto. *Portucale* havia sido, durante a monarquia sueva e visigótica, ao mesmo tempo circunscrição civil (*civitas*) e sede de bispado; a invasão muçulmana desorganizou, sem todavia o despovoar, este território, novamente «ermado» por mais de um século, pelas razias de Afonso I das Astúrias, e retomado pelo presor Vímara Peres em 868; antes de Braga, que fora cidade mais importante, talvez no propósito de constituir um baluarte contra os mouros, recebendo mesmo população de Coimbra, tomada por essa época mas abandonada pouco depois. Portanto o Douro constituiu um limite e uma pausa na Reconquista levada até à *extrema Durii*; *Portucalis*, *territorio Portugal* ou apenas *Portugal*, cedo se individualiza, ultrapassando o Douro «entrando pela Lusitania romano-goda, ou seja pela tradicional diocese conimbrigense, e atingindo o curso do Vouga», confinando com os «territórios de Braga, Lamego, Viseu, Seia e Coimbra» [19].

O topónimo Estremadouro

É altamente provável que a palavra Extremadura tenha surgido simultaneamente nas duas falas do Ocidente peninsular, quando ainda não diferenciadas, passando-se por lenta transição, «por línguas intermédias, do português ao espanhol» (H. Maier), ao passo que, no Sul, o limite entre ambas é nítido. Enquanto a «terra de Portugal» se ia individualizando dentro da monarquia astur-leonesa, *extrema Durii* devia ter um sentido lato, referida ao limite natural constituído por um grande e caudaloso rio, embora ultrapassado tanto do lado português como espanhol, alargando-se progressivamente para o sul, com o prosseguimento da Reconquista. À falta de bibliografia sobre o assunto,

[19] Paulo Merêa, «De 'Portucale' (Civitas) ao Portugal de D. Henrique», em *História e Direito*, tomo I (e único), Coimbra, 1967, última redacção de um estudo várias vezes retomado. Ver também O. Ribeiro, «Portugal (Formação de)», no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, acima reproduzido.

adianto a hipótese de ela se ter constituído durante as conquistas de Afonso III, o Magno, eleito pelos nobres aos 14 anos (segundo Sampiro) ou aos 18 (segundo o Albeldense), que logo revelou espírito combativo e qualidades de cabo-de-guerra. Os seus primeiros feitos são contra a «nobreza levantina e irrequietos vascos». Umas vezes em paz e outras em guerra contra os mouros, levou a fronteira até à linha do Douro, que guarneceu de castelos, «restaurando» terras ao norte dele (Braga, Orense, Burgos) ou ao sul (Coimbra, depois perdida) e nas margens do rio, Simancas, Toro, Samora e Porto [20].

A redacção em latim de todos os documentos, mesmo os relativos à vida privada (escrituras de compra e venda, «escambo» ou troca, testamentos) facilita a conservação da expressão «extrema Durii», documentada nos topónimos Estremadouro, Estremadoiro, representados 18 vezes no Noroeste de Portugal, alguns junto do Rio Douro (além dos hipotéticos Estremaduro e Estrumaduro, de que não há vestígios). É curioso que em Espanha apenas apareça uma vez, na forma galega de Estremadoiro, «barrio» no «ayuntamiento» de Ginzo, província de Orense (*Diccionario* de Madoz, s. v.). Extremadura não existe na língua corrente. Tão-pouco existe ou existiu em português arcaico: o *Elucidário* de Viterbo regista, com o sentido «raia, baliza, confim, extremidade da terra ou da monarquia», *estremo* [Salvaterra do Extremo, a seguir mencionada]; e com o de «divisão, demarcação, destrinça ou partilha», *estremança* ou *estremaça*. Este argumento parece-me decisivo; embora uma rebusca mais minuciosa de José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, s.v., t. II, p. 494, registe, ainda em latim, «Suerius menendi *extremature* de sena [Seia] sub rege alfonso presidens» (1169) e «Como top. no século XIV (?): 'Mete el Rey barquas na [*Estre*]*madura*', João Zorro, no C.B.N. n.º 1100». Regista ainda «*Estremar*, de *extremo*, séc. XIII»: numa cantiga de D. Dinis que teve dificuldade em *estremar* o bom do mal; *Estreme*, de estremo, séc. XV (Morais) e *Estremenho*, adjectivo, de *Estrem(adura)* ou do castelhano *estremeño*? (Morais, 1890); Montádigo [imposto de passagem de gados estranhos] do *stremo* da Guarda, *Forais antigos* (s.d.) — isto é, no lugar mais afastado ou *extremo*, *Strematura*. Com este sentido concorda o nome de uma vila antiga da Beira Baixa, Salvaterra do Extremo,

[20] O *Diccionario Etimológico* de Corominas, vol. II, s. v. *extra*, apenas consigna «*extremadura (estr-)*, concepto geográfico que se fue extendiendo hacia el Sur a medida que adelantaba la Reconquista»; magra referência que mostra como o assunto está por estudar.

fortemente acastelada, a cavaleiro do Erjes, que forma fronteira com a Estremadura espanhola.

«A Vila de Salvaterra do Extremo fica quatro legoas de Pena Garcia para o Sul, & huma da Villa da Sarça do Reyno de Castella: tem forte Castello bem descortinado, que mandou fazer ElRey D. Dinis: he povoação de 110. visinhos com huma Igreja Parroquial da invocação de S. Maria, Vigayraria da Ordem de Cristo, Casa de Misericordia Hospital, & quatro Ermidas. ElRey D. Sancho o Segundo lhe deo foral, que confirmou depois ElRey D. Manuel» [21].

A aproximar deste sentido ocorre-me Portela do Extremo, na quebrada do vale alinhado entre os Arcos de Vale de Vez e Monção (o Lima constituiu limite entre o Condado de Portugal e a Galiza, antes do Minho — séc. XI?). O *Nomenclator* do mapa 1:25.000 não menciona este topónimo, que cito de memória.

Meu filho Manuel Ramos Ribeiro, classicista, prestou-me a seguinte e importante informação: Extrema [local] durii designa lugares extremos do Douro ou Extrema Duria, em que Duria é o adjectivo correspondente (na forma feminina) a Durius, tanto mais que os nomes de rios são, em latim, geralmente femininos. Aqui encontraria apoio *Estremadura*, ao passo que o hipotético *Estremadur*, sugerido teoricamente por Leite, não aparece em qualquer texto ou topónimo.

Translação de um nome regional

Soria fria, *Soria pura*
Cabeza de Extremadura

canta Antonio Machado em *Campos de Castilla*. Neste sentido os historiadores falam tardiamente de Extremadura soriana (1120 a 1124) e de Extremadura aragonesa (1129) [22], designações que se conservam depois de se ter fixado a Extremadura extremenha.

A extensão para o sul, acabando por se retrair pelo norte e se fixar muito longe do lugar de origem, oferece muitas dificuldades. Já rastreei

[21] P.e António de Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1708, t. II. p. 402.

[22] J. A. García de Cortázar, *La época medieval* in *Historia de España Alfaguara*, Madrid, 1973, II, pp. 331-332.

esta evolução relativamente a Portugal. Os castelos que guarneciam a linha do Douro acabaram por sobrepor Castilla a Extremadura. Como designação regional só vai aparecer, depois da reconquista de Toledo (1085), aplicada ao tracto compreendido entre Castela-a-Nova e a raia de Portugal. A emoção causada entre os muçulmanos pela perda de uma das suas principais cidades foi tal que os almorávidas vieram em socorro dos reis taifas e a sua cavalaria, carregando ao som dos tã-tã, que pela primeira vez se ouviram na Europa, causou às armas cristãs uma das suas maiores catástrofes (batalha de Sacralias ou Segrajas, perto de Badajoz, 1086). Esta região foi, de facto, longo teatro de guerra e uma das últimas frentes importantes da Reconquista, onde cristãos e mouros sofreram duros reveses. Possuía duas cidades importantes e bem defendidas, Cáceres e Badajoz, ambas acabadas de fortificar pelos almóadas. Mérida acrescenta ao belo conjunto de edifícios romanos uma *Alcazaba* com uma cisterna monumental. Entre Mérida e Badajoz, num trecho regularizado do Guadiana, é de crer que a navegação continuasse a ser importante. A parte acessível à navegação por mar é guardada pelo «forte castelo» de Mértola, efémera capital de um reino de taifa e principal porta de entrada do Algarve.

A Reconquista da Extremadura atrasa-se tanto em relação a Castela-a-Nova (Toledo, 1085) como a Portugal (Santarém e Lisboa, 1147); a posse definitiva de Cáceres (1227) e de Badajoz (1230), fez-se por Afonso IX de Leão, «de cujo reino fornecerá a sua Extremadura as terras reconquistadas» [23]. Ela forma como uma cunha muçulmana no Ocidente cristão da Península.

Extremadura liga, pelo norte, com Leão e Castela-a-Velha, por leste com Castela-a-Nova, pelo sul com a Andaluzia, que por sua vez tem fronteira com o Algarve. Estas confrontações permitem-nos compreender a evolução, por vezes estranha e inexplicável, dos nomes regionais. É evidente que Castela-a-Velha e Castela-a-Nova surgiram quando a frente da Reconquista, ultrapassando a cintura de castelos que dera o nome à alta bacia do Douro, atravessou as montanhas centrais e alcançou e ultrapassou outro importante acidente natural: o vale do Tejo, condicionado na maior parte do percurso médio do rio por uma sequência de fossos tectónicos. As duas Castelas, separadas pelos altos muros de uma «Cordilheira Central», formaram então um complemento que distingue a sua incorporação, mais ou menos remota, no reino de Castela

[23] Manuel de Terán, na *Geografia Regional de España*, Barcelona, 1968, p. 172.

unificado com o de Leão no final do século XII, debaixo do ceptro de Afonso VI, que se intitulou, dada a prevalência do novo estado na Península, *Imperator totius Hispaniae* e, avassalando vários reinos de taifa, «soberano dos homens das duas religiões». O seu sonho «imperial» só viria a realizar-se com o casamento dos Reis Católicos três séculos depois, que marca o nascimento da Espanha moderna e a passagem do reino de Castela de estado a entidade regional, conservando-se o complemento Velha e Nova tanto nos formulários oficiais como no sentimento dos seus habitantes. Esta distinção é tardia: por Castela entende-se tradicionalmente a Velha; ainda no século XVI, a designação de «Reino de Toledo» prevalecia sobre a de Castela-a-Nova, morosa em divulgar-se. Andaluzia, também um reino no sentido de grande região, que conserva os privilégios dos seus foros, provém de Al-andaluz (Ojazira Alandaluz, duvidosamente de Vandalitia, Vandaluzia, ilha dos Vândalos), nome que os muçulmanos davam à parte da Península Ibérica que conquistaram de maneira fulgurante e levaram quase oito séculos a perder. Algarve ou Almagrebe tem o sentido genérico de Ocidente, o mesmo que Magrebe, aplicado à África menor e depois restringido a Marrocos, cujo nome actual é Almagrebe (*al*, o artigo e *mo* ou *ma*, prefixo que se antepõe a nomes de lugar). No concelho de Aljezur há o lugar e a praia de Almagrave; mais dois lugares, um perto de Ourique, outro de São João das Lampas, ao norte de Sintra.

Contaminação de sentidos

Em inglês, *frontier* designa limite de estados. Na colonização progressiva dos Estados Unidos passou a aplicar-se à frente de colonização que, conforme mostrou uma das fundadoras da Geografia humana, Ellen Churchill Semple, mais duramente criticada (às vezes até à irrisão) do que lida, se fez passo a passo, da fachada atlântica, particularmente da sua mais velha província, a Nova Inglaterra, vencendo os obstáculos transversais das montanhas e dos rios, até alcançar a meta final das costas do Pacífico. Ora a palavra passou a designar o lugar extremo alcançado pela colonização, em luta contra obstáculos naturais e a existência de índios aguerridos e decididos a defender as suas terras e portos. Num estudo magistral, Carl Ortwin Sauer, com William Morris Davis e Isaiah Bowmann, a tríade dos maiores geógrafos americanos, traçou a evolução da *Western Frontier*, em relação com a história da sua

progressiva deslocação [24] *Frontier* era o mesmo que *pioneer fringe*, frente pioneira, expressão criada e ilustrada por Bowmann que acabou por se generalizar a todos os países de colonização, especialmente na América.

Vamos supor, por hipótese, que *Estremadouro*, *Extremadura* possa ter vindo a significar, com o tempo, a extrema entre territórios cristãos e muçulmanos, dando-se uma contaminação de sentidos. A Extremadura espanhola seria assim uma fase da Reconquista, de limites mal definidos. Pelo contrário, a Estremadura portuguesa escalona-se desde a ocupação do Porto (868) até à definitiva capitulação de Santarém e Lisboa (1147), quase três séculos de avanços e recuos, de vitórias e reveses, que podem ter ajudado a fixar como nome de região a palavra da língua corrente. Esta hipótese, sem dúvida sedutora, precisava de ser minuciosamente confrontada com a deslocação da extrema do Douro até ao sul do Tejo, praticamente até à Sierra Morena, difícil de transpor mais do que pelo obstáculo do relevo por ter constituído, até tarde, uma terra de ninguém, grande deserto humano coberto de brenhas ou de *jara* (xara ou esteva, associação degradada por selecção do gado miúdo que come as outras plantas mas a que repugna esta, pelo cheiro intenso que derrama e pela resina amarga que cobre ramos e folhas). Frequentavam-no apenas cabreiros e carvoeiros e não há nele povoamentos importantes que possam ter servido de centro à organização do território, aliás devastado, desde os tempos de Tartessos, por intensa exploração mineira, que os romanos activaram, e que chegou até hoje. A migração da Extremadura do Douro deteve-se contra esta faixa de barreira, natural e humana, que a separa da planura do baixo Guadalquivir, fértil, aberta ao trânsito, com grandes aldeias e vilas e duas cidades que foram, em dada altura, as mais importantes da Espanha árabe — Córdova, capital do Califado, e Sevilha, capital de Índias — e com Cádiz, o porto de mar mais importante da Andaluzia atlântica.

Introduz-se esta divagação apenas pelo desejo de não desprezar nenhuma faceta de um problema que creio ter ficado esclarecido com um feixe de provas que afasta a solução, proposta por alguns filólogos e geógrafos, de Estremadura, como extrema de terras de cristãos e mouros. Fica assim estabelecido que, de acordo com a tradição, este nome

[24] «Historical Geography and the Western Frontier», texto de 1929 recolhido em *Land and Life*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1965. «Historical Geography and the Western Frontier», texto de 1929 recolhido em *Land and Life*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1965.

regional significou primeiramente, tanto na Espanha como em Portugal, a extrema do rio Douro, não linha mas faixa que se estendeu até ao Lima.

Crendo ter resolvido um assunto controverso, ofereço gostosamente estas páginas em homenagem a Manuel de Paiva Boléo, colega e amigo exemplar, em lembrança do nosso encontro, na Zebreira, extinto concelho incorporado, na reforma administrativa do Liberalismo, no de Idanha-a-Nova. Aí partilhámos o mesmo quarto numa estalagem quando houve que dar o outro a um ourives ambulante; depois de jantar passeávamos na estrada, então vazia de automóveis; a partir desta aldeia andámos vários caminhos, a pé e de burro. Às vezes abria os inquéritos, com a longa prática de conviver com povo. Ficou-nos a mais grata recordação desta encruzilhada dos nossos caminhos de geógrafo andarilho e de filólogo de gabinete que o desenvolvimento dos estudos dialectais levou ao primeiro contacto com o campo. Já lá vão mais de quarenta anos e, ambos jubilados, continuamos a «amar e servir» a Ciência, por entranhada vocação e… porque nunca soubemos nem quisemos fazer outra coisa!

Vale de Lobos, Abril de 1981.

LISTA DAS FIGURAS

1. Período pré-romano … 22

2. Período romano … 29

3. Mosteiros e mourarias … 35

4. A Reconquista no tempo de D. Afonso Henriques … … … … … … … … … … … 44

5. A Reconquista após D. Afonso Henriques … … … … … … … … … … … … … 46

6. Factores de povoamento na época portuguesa

I — Terras das ordens militares … … … … … … … … … … … … … … … … … 49

II — Outros … 50

7. Limites da Estremadura e ocorrências do topónimo em Portugal … … … … … 113

8. A Extremadura espanhola … … … … … … … … … … …… … … … … … … 120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Plano do livro projectado em 1967
Inédito

Formação de Portugal
Dicionário de História de Portugal (dir. Joel Serrão), Lisboa, 1971 s.v., III, pp. 433-451.

Sobre as Origens de Portugal
Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, X, 19, 1975, pp. 154-162.

Primórdios da Reconquista: a Controvérsia do Ermamento
Inédito

Influências Muçulmanas no Noroeste da Península Ibérica
Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, III, 5, 1968, pp. 115-116.

Portugal e o Algarve: Singularidade de um Nome de Província
Boletim de Filologia, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, XIV (3-4), 1953, pp. 330-339.

Reflexões sobre Estremadura: Significado e Origem do Nome
Biblos, LVIII, Coimbra, 1982, pp. 455-472.

ÍNDICE

PREÂMBULO 6

I ASPECTOS DE CONJUNTO 9

Plano do livro projectado em 1967 10
Formação de Portugal 12
Sobre as origens de Portugal 60
Primórdios da Reconquista: a controvérsia do ermamento 71
Influências muçulmanas no Noroeste da Península Ibérica 96

II ASPECTOS REGIONAIS 99

Portugal e o Algarve: singularidade de um nome de província 100
Reflexões sobre Estremadura. Significado e origem do nome 110

LISTA DAS FIGURAS 128

Referências bibliográficas 129